

ابن مروان
IBN MARUÁN

Nº 1

NOVEMBRO 1991



REVISTA CULTURAL DO CONCELHO DE MARVÃO

FICHA TÉCNICA

Director:

António Moura Andrade
(Presidente da Câmara Municipal de Marvão)

Coordenador:

Jorge Oliveira

Presidente do Conselho de Redacção:

José Luis Murta Ruivo (Vereador da Cultura)

Conselho de Redacção:

António José de Sousa Caria Mendes
Carmen Balesteros
Eliseu Dias da Silva
Emília Silva
Felicidade Tavares
Fernando Farinha
João Vidal
José Caldeira Martins
Manuela Andrade

Edição e Propriedade:

Câmara Municipal de Marvão - 7330 Marvão

Capa e Projecto Gráfico:

António José de Sousa Caria Mendes

Revisão:

António José de Sousa Caria Mendes
António Borrhalho Mendes

Fotografia de Capa:

João Miguel de Figueiredo

Edição Electrónica:

Artur Jorge Mafra

Composição e Impressão:

INGRAPOL, Portalegre - Setembro /91

Tiragem: 1.000 exemplars

Depósito Legal: 51214/91

Colaboram neste número:

Adel Sidarus, António José de Sousa Caria Mendes, António Moura Andrade, Artur Goulart Borges, Carlos Marques, Carmen Balesteros, Clara Oliveira, João Miguel de Figueiredo, João Vidal, Jorge Oliveira, José Caldeira Martins, José Olívio Caeiro, José da Silva Máximo, Júlio Barbas, Manuel Inácio Pestana.

Os artigos assinados são da inteira responsabilidade dos seus autores.

A Direcção da Revista não se compromete com a publicação ou devolução de artigos não solicitados.

Solicita-se permuta. On prie l'échange.

Exchange wanted. Tauschverkehr erwünscht.

- Editorial	7
- Nota de Abertura	9
- Temas:	
- Amaia de Ibn Maruán: Marvão - <i>Adel Sidarus</i>	13
- Apontamentos para a História do Convento de Nossa Senhora da Estrela de Marvão - <i>Carmen Balesteros</i>	27
- A Lápide Árabe da Serra S. Mamede - <i>A. J. Caria Mendes e Artur Goulart</i>	59
- Ritos de Passagem do Nordeste de S. Mamede - <i>João Nunes Vidal</i>	67
- Vária:	
- Uma singela demanda entre os Juizes de Fora de Marvão e Castelo de Vide - <i>Manuel Inácio Pestana</i>	83
- A Estátua Romana da Escusa (Aramenha - Marvão) - <i>Jorge Oliveira</i>	85
- Tempo de Escrita:	
- Poesia - <i>Júlio Barbas</i>	99
- Poesia - <i>José da Silva Máximo</i>	103
- Poesia - <i>Clara P. F. Oliveira</i>	113
- Poesias Populares - Recolha de <i>João Nunes Vidal</i>	117
- Os Cães - <i>José Caldeira Martins</i>	121
- Memórias:	
- Fotografias de Marvão	127
- Leituras Novas:	
- Sobre "Os Versos Que Eu Fiz" de J. Silva Máximo - <i>Carlos Marques</i>	137
- A propósito de "O Livro de Horas dos Olhos d'Água" de Delmira Maçãs - <i>Jorge Oliveira</i>	142
- Sobre o "Levantamento Arqueológico da Barragem da Apertadura" de Jorge Oliveira e Carmen Balesteros - <i>José Olfvio Caeiro</i>	144

A publicação do primeiro número da **Revista Cultural da Concelho de Marvão** é um momento particularmente feliz no exercício da nossa missão como Presidente da Câmara.

Por este motivo, é nosso desejo aproveitar esta esplêndida oportunidade para aqui deixar uma saudação muito especial a todos os filhos e amigos de Marvão, quer residam na área do nosso Concelho, quer vivam noutros pontos do País ou até no estrangeiro.

Ultrapassados que foram alguns obstáculos, surgidos com a organização deste projecto foi possível concretizar mais este desejo, cujo interesse temos vindo a defender há já algum tempo, no sentido de, mais uma vez darmos o nosso indispensável contributo à cultura do nosso Concelho, com o principal objectivo de o divulgar cada vez mais.

Pensamos continuar com esta publicação no futuro, tentando, como é natural, que a sua qualidade seja sempre melhorada, apelando por esse motivo, a todas as pessoas que de algum modo desejam colaborar connosco.

Para finalizar cumpre-nos agradecer, muito sensibilizados, a todas as pessoas que, de forma tão desinteressada se dignaram prestar a sua colaboração para que este projecto seja hoje uma feliz realidade.

O Presidente da Câmara



(António Moura Andrade)

A **IBN MARUÁN - Revista Cultural do Concelho de Marvão**, é uma forte aposta cultural que a Câmara Municipal de Marvão e um grupo de cidadãos se comprometeram levar a cabo ao sentirem necessidade de criar um novo espaço editorial que, ultrapassando os sempre limitados contornos dum boletim municipal não enveredasse por uma especialização, na maior parte dos casos tendencialmente elitista.

A **IBN MARUÁN** pretende ser assim, um espaço multifacetado, como multifacetada é a cultura. Espaço aberto a todos que queiram transmitir opiniões, ensaios ou estudos que de alguma maneira se relacionem com o Concelho de Marvão. Esta nova revista justifica-se, ainda, como elo de ligação entre o passado e o futuro de um Concelho com séculos de existência, que tem sabido preservar e enriquecer o seu legado cultural.

Pretende ainda constituir-se como uma memória viva de ideias e novos conhecimentos ou experiências reforçando os laços de união entre todos os que de algum modo a Marvão ou ao seu Concelho se encontrem ligados. Estimular o gosto pela escrita, pela leitura ou pelas artes plásticas é também razão de ser da **IBN MARUÁN**.

Tinha que ter um título. Vários nomes foram propostos. Haveria que se escolher um. Uma palestra proferida na Universidade de Évora pelo Professor Adel Sidarus sobre o Alentejo durante o domínio Árabe mostrou claramente a íntima relação entre o líder **Ibn Maruán** (século IX) e a fortificação que se construiu junta às ruínas da velha **Amaia** (Freguesia de S. Salvador da Aramenha). A documentação apresentada pelo Professor Sidarus era esclarecedora. **Marvão** deve o seu nome ao caudilho **Ibn Maruán** que entre 876 e 877 mandou fortificar ou refortificar o morro sobranceiro à **Amaia** dos Romanos.

Sabendo-se que "**ibn**" significa "**filho de**" foi intenção da Direcção da Revista manter a expressão completa com toda a sua carga simbólica, porque histórica e linguisticamente correcta, e não apenas **Maruán**, numa clara dedicatória a todos os "**Filhos de Marvão**".

NOTA DE ABERTURA

Pela importância da Palestra do Professor Adel Sidarus para a História desta região, foi convidado pela Direção da Revista a passar a papel a sua importante comunicação e que se traduz no artigo com que abrimos este primeiro número da **IBN MARUÁN - Revista Cultural do Concelho de Marvão**. Para ele os nossos reconhecidos agradecimentos.

Tenta-se, já no primeiro número, que a **IBN MARUÁN** seja um reflexo do que se pretende que ela venha a ser, isto é, aglutine o maior número de temas possível. Da Etnografia ao Ensino, da Crítica Literária à História e à Arqueologia, estando também presentes a Poesia, a Fotografia e a divulgação turística. Entre outros temas é esta a proposta de revista que queremos construir.

Será difícil, mas possível, o lançamento de novos números regularmente. Queremos que, pelo menos um seja editado anualmente. Melhor seria que o número anual de edição fosse alargado. Para isso, deixamos aqui uma porta aberta a novos colaboradores esperando que a **IBN MARUÁN - Revista Cultural do Concelho de Marvão** possa ser um novo marco cultural nesta região do Alentejo.

J. O.

temas

AMAIA DE IBN MARUÁN: MARVÃO

Adel Sidarus (*Universidade de Évora*)

... جبل أماية المعروف اليوم بأماية ابن مروان،
وهو جبل شامخ حصين بشرفي مدينة أماية الخراب
على وادي سبير .

... o Monte de Amaia, conhecido hoje por Amaia de Ibn Maruán: é um monte alto e inexpugnável, a leste da cidade de Amaia-das-Ruínas, (sita) sobre o Rio Sever.

É nestes termos que a actual vila de Marvão é identificada no século X, na obra perdida do historiador cordovês Isa Ibn Áhmad ar-Rázi ⁽¹⁾. O trecho em causa vem citado na conhecida compilação cronográfica *al-Múqtabas* do grande historiador Ibn Hayyán (ele também cordovês mas já do século seguinte), a qual de resto conserva largos excertos daquela obra ⁽²⁾. Mas Isa ar-Rázi, por sua vez, deve ter tirado as suas informações de crónicas mais antigas relatando no princípio do século X as façanhas de Ibn Maruán e sua dinastia (Sidarus 1990, p. 41, n. 4b).

Noutras partes do excerto donde se tirou o texto em epígrafe, encontramos as seguintes designações para a mesma localidade: “Fortaleza de Amaia”, “A sua [de I.M.] fortaleza de Amaia”, “Fortaleza de Amaia-o-Monte” ⁽³⁾. Devia existir também o nome de “Monte de Ibn Maruán” (*Jábal I.M.*),

Agrada-me agradecer aqui ao meu colega Dr. Jorge Oliveira o estímulo e o apoio prestados na redação da presente nota.

(1) É o filho do primeiro historiador hispano-árabe, Áhmad ibn Muhâmmad ar-Rázi, cuja obra se celebrou entre os cristãos peninsulares com o nome de *Crónica do Mouro Rasis*, desde que D. Dinis a mandou traduzir em português. Veja-se o estudo recente de Lavajo (1991).

(2) **IBN HAYYÁN II**, p. 380. Aqui está a transcrição do texto árabe: ... *Jabal Ama:ya, al-ma'ru:f al-yawm bi-Amaya:(t) Ibn Marwa:n; wa-huwa jaba:l sha:mikh h.as.i:n, bi-sharqayy madinat Amaya:(t) al-Khara:b, 'ala: Wa:di:Sabi:r.* - Enquanto que, nestas transcrições excepcionais e no título de obras árabes, segue-se à risca a prática corrente dos arabistas, preferiu-se para o resto do texto uma transcrição simplificada. Nesta, o acento gráfico indica a acentuação tónica, nos casos divergentes da - ou estranhos à - fonologia portuguesa. Na outra, por razões tipográficas, os sinais



1. Castelo de Marvão - Visto de Poente

(Foto de J. Oliveira)

porque, num texto que se reporta a uma notícia datável de uma dezena de anos mais tarde que aquela que nos ocupa aqui, o próprio interessado refere-se ao sítio com a simples menção de "O meu Monte" (4). A este propósito, assinale-se que a nossa própria fonte, algumas linhas depois do trecho que evidenciamos no início, fala apenas de "O Monte" (*al-Jábal*).

Contudo, este mesmo texto deixa claramente entender que, com o decorrer do tempo, foi a denominação de "Amaia de Ibn Maruán" que acabou por prevalecer. O sítio teria então perdido o seu peso estratégico-militar e evoluído no sentido de um aglomerado habitacional sem grande projecção sócio-política. Como frisa o erudito editor de Ibn Hayyán (5), nunca mais se encontrará referência alguma a esta terra nas fontes árabes, quer históricas quer geográficas.

Ibn Hayyán integrou o citado trecho da obra raziana nos anais relativos ao ano de 263 da Hégira, correspondendo a 876-877 da era cristã (24 Set.-12 Set.). Naquela altura, diz o cronista,

diacríticos convencionais seguem as respectivas letras, com a substituição do tracinho supralinear próprio à sinalização do alongamento vocálico por dois pontos.

(3) IBN HAYYÁN II, p. 381-2. Transcrição dos textos: *H.is.n Ama:ya; H.is.nuhu Ama:ya; H.is.n Ama:ya(t) al-Jabal*. Note-se que a escrita defectuosa do árabe não permite saber se o *m* de Amaia era geminado, i.e., duplo. Tudo dependia da sua pronúncia corrente entre os autóctones daquele tempo.

(4) Em árabe: *jabali*; (ver mais adiante a nota 9).

(5) Na nota-comentário nº 606, p. 650, onde o lugar, de resto, vem correctamente identificado - supõe-se por



2. Castelo de Marvão - Torre do Bôto

(Foto de J. Oliveira)

Ibn Maruán e sua gente teriam povoado (*'ammaru:'*) o Vale do Tejo e ter-se-iam instalado (*nazalu: aqa:mu:*) naquele "Monte de Amaia, conhecido hoje por...". Isto deve-nos permitir, tendo em conta todo o contexto, considerar aquele ano como sendo o da fundação de Marvão, talvez sobre os escombros dum castro pré-histórico ou romano-visigótico ⁽⁶⁾.

sugestão do saudoso Dr. José Garcia Domingues, como noutros casos de toponímia portuguesa; veja-se, por exemplo, o caso da nota seguinte, p. 651, sobre o Rio Sever.

(6) É evidente que apenas escavações arqueológicas poderiam elucidar-nos a este respeito.

O EPÓNIMO IBN MARUÁN

Mas quem é exactamente aquele Ibn Maruán ao qual se refere a crónica? Tenciono tratar, numa próxima contribuição, deste epónimo da vila de Marvão e sua nova Revista Cultural. Chegaria para já dizer que se trata de 'Abd ar-Rah.ma:n Ibn Marwa:n Ibn Yu:nus al-Jillf:qi (Abderramão filho de Marvão filho de Iúnece - i.e. Johannes-João - o Galego), de nobre estirpe emeritense, que se celebrizou na história do último quartel do

século IX como rebelde e caudilho “muladi” (autóctone islamizado). Nesta época de generalizada contestação dos emires de Córdova, chegou a liderar, e a sua progenitura depois dele, a autonomia relativa de toda a região do Gharb al-Ándalus (o Ocidente Peninsular que correspondia a largos traços à antiga Lusitânia), a qual perdurou quase meio século ⁽⁷⁾.

Não é contudo a partir de *Hisn Amaya* (Fortaleza de Amaia) que Ibn Maruán e sua família irão liderar aquele processo. Pouco tempo depois da sua instalação ali, perante as continuadas perseguições das tropas do governo central, dirigiu-se para o Norte cristão, ou melhor, para as zonas fronteiriças do Douro. Ficou lá durante vários anos, sob a protecção de Afonso III, o agressivo rei asturo-leonês. Ao voltar para as terras muçulmanas, será a partir de Badajoz que “O Galego” tentará reconstituir o seu poderio político-militar. Ele funda praticamente esta cidade, não sem a anuência e o apoio financeiro e técnico do poder central de Córdova ⁽⁸⁾.

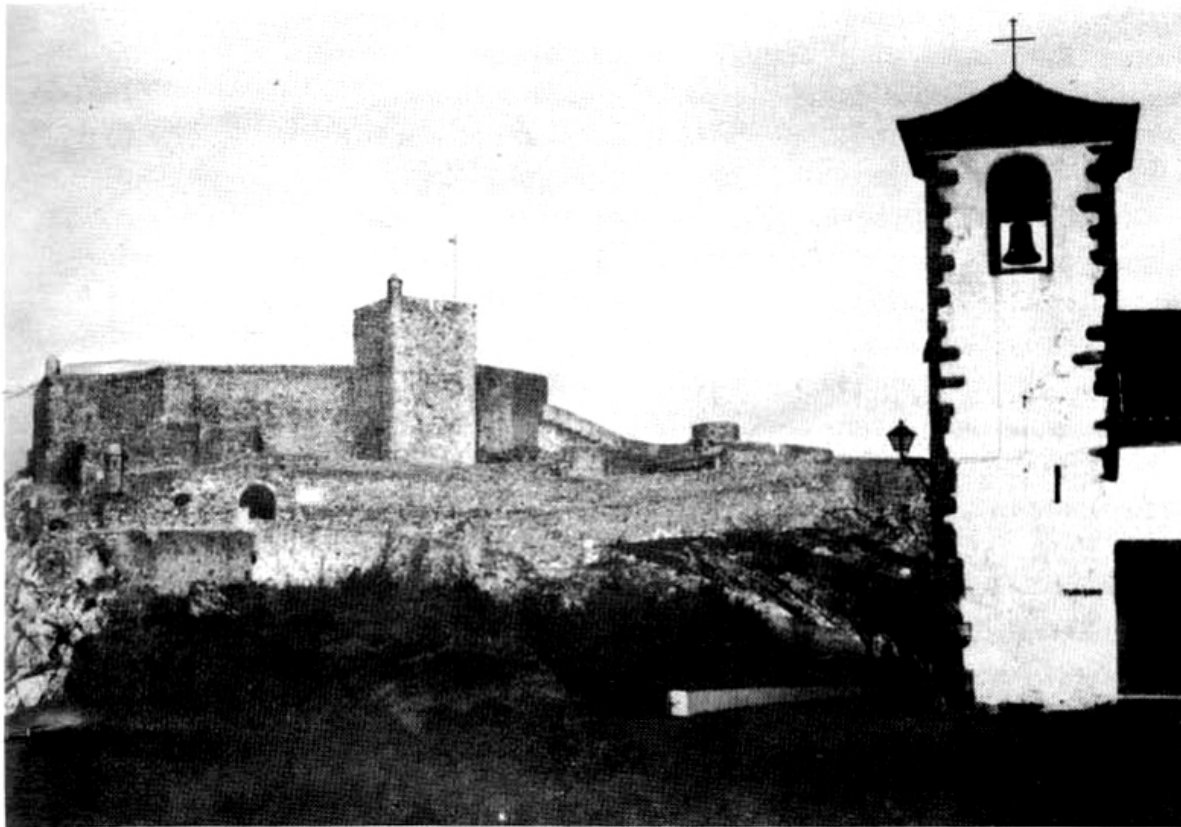
Nem por isso acaba a ligação de Ibn Maruán al-Jillíqi com Amaia. Pouco tempo depois de se ter alcançado um pacto de convivência entre rebelde e soberano, por volta de 884, as hostilidades reacendem-se e as tropas do Emir Muhámmad dirigem-se contra Badajoz. Ibn Maruán envia então a este uma carta onde ameaça destruir a nova capital e voltar para “o seu Monte”, se as tropas cordovesas continuarem a avançar em sua direcção ⁽⁹⁾. Note-se bem como Badajoz se tinha tornado factor de estabilidade política, desde que oficialmente garantidas a autoridade e a autonomia do seu Senhor, enquanto Amaia significava ainda rebeldia e anarquia. Mas isto tudo quer também dizer que, enquanto al-Jillíqi esteve nas regiões nortenhas, grande parte da sua gente e dos seus aliados permaneceram no Monte de Amaia, perpetuando o seu domínio sobre a região.

Pelo conjunto destas informações de primeira mão, vê-se claramente que o epónimo de Marvão não tem nada a ver com aquele *mouro (africano) senhor de Coimbra*, de nome *Maruan ou Marvan*, que, em 770, a teria mandado *povoar dando-lhe o seu nome*, como afirma Pinho Leal (1875, p. 115a). Este terá extrapolado as indicações de Sousa (1789, p. 120) - de quem transcreve, sem o dizer, as palavras -, pois que estas se referiam à uma vila na Beira Alta. De qualquer modo, Sousa não

(7) *EI*, I, p. 88 (com algumas incorrecções); CODERA 1917; SIDARUS 1990; 1991. Note-se que a fonte raziano-hayyana que tem constituído a base do nosso presente estudo (p. 346-399) inclui informações inéditas sobre Ibn Maruán e seu movimento, tendo sido sumariadas por VELHO (1981, p. 279-283). Ver também IBN HAYYÁN III, p. 15.

(8) PICARD 1991; TORRES BALBÁS 1972, I, p. 62-63 (§ 12); TERRÓN ALBARRÁN 1971, p. 626-634.

(9) IBN HAYYÁN II, p. 345-6. Note-se que é apenas nesta versão hayyana que encontramos *jabali*: (*a'u: dila: jabali: ...* - “volto ao meu Monte”). O texto editado de IBN AL-QUTYYA (p. 102, trad. apud Codera 1917, p. 38) tem *h.a:li: al-u:ta: ma'aka* (“minha primeira situação-posição para contigo”). Trata-se, com certeza, duma correcção-glosa de copistas que não podiam entender o significado daquela alusão.



3. Castelo de Marvão e Torre da Igreja de Santa Maria

(Foto de J. Oliveira)

documenta a sua afirmação. Brito (1609, f^o 292v), que ele cita, fala apenas da existência deste governador/senhor de Coimbra, Maruán Ibnzorah (*Marwa:n Ibn Zur'a*) de nome, com base num documento de doação datado de 770.

Do mesmo modo, não tem base documental ou historiográfica alguma a notícia de Pinho Leal (*loc. cit.*) - lamentavelmente retomada sem crítica por Coelho (1988, p. 111-2) - segundo a qual *os mouros [sic] causaram aí [na zona de Aramenha] grande mortandade nos christãos quando invadiram a Lusitania em 715, e os dentre eles que escaparam se foram refugiar na serra.*

Em relação ao significado do nome *Marwá:n* (Marwán/Maruán), o mesmo autor (*loc. cit.*), repetido por Coelho (1988, p. 110) e Moniz (1975, p. 5), dá erradamente: *suave, agradável, ameno etc.*. Está de certo dependente da etimologia fabricada por Sousa (*loc. cit.*). Como simples substantivo ou adjectivo, a palavra não vem referida nos dicionários, e a raiz lexical que lhe poderia ser subjacente não comporta tais acepções. Dela temos

apenas a palavra *al-marw*, que é o sílex ou um tipo de murta. Como topónimo, com certeza relacionado com o primeiro sentido, temos a zona de “al-Marwa” na cidade de Meca (*EI*, VI, p. 157b; Sabbagh 1989, p. 334) e uma cidade fortificada do Hijaz, no caminho que vai de Medina ao Egipto (Cornu 1985, p. 80a). Sabbagh (*ib.*, p. 335), que relaciona precisamente o nome próprio *Marwa:n* com o étimo *marw*, dá a indicação duma serra ou monte (*jabal*) com este nome, mas sem nos informar acerca da sua localização. Pretende também que o nome adjectival em causa tira o seu significado das propriedades do sílex: branquidão e brilho ao mesmo tempo que vigor e inflamabilidade (*ittiqa:d*) - entende-se: irascibilidade e capacidade de excitação e entusiasmo (*itha:ra*).

Para finalizar todos estes esclarecimentos histórico-filológicos, escusado será dizer quanto descabidas e infundamentadas se demonstram as lucubrações de cariz geomitológico de Carvalho (1973) acerca da origem do topónimo de Marvão, e indirectamente da de Castelo de Vide.

AS VÁRIAS AMAIAS E SUA DIFERENCIAÇÃO ONOMÁSTICA

Para voltarmos ao nosso texto inicial, é interessante assinalar a minuciosa localização que o autor faz de *Amaia-das-Ruínas*, como de resto esta mesma denominação dada à antiga Aramenha dos Romanos. Confirmam-se assim as sábias deduções de Leite de Vasconcelos, avançadas em 1935 (Vasconcelos 1935). Por outro lado, não se deve dar importância à qualificação do sítio como “cidade” (*madi:na*), pois mal podia existir ali, naqueles tempos, uma aldeia ou lugarejo, se tivermos em conta os três aspectos seguintes:

- a) o modo como o cronista se refere à localidade;
- b) a ocupação da zona por Ibn Maruán e seus homens, como primeiro centro de refúgio e de actuação político-militar;
- c) os poucos achados arqueológicos de época árabo-muçulmana encontrados no sítio (Coelho 1988, p. 69-70, 415 ad p. 71).

Estou de opinião, pois, que ar-Rázi cometeu aqui um

ligeiro deslize, conferindo à nossa Amaia o atributo que pertence de facto a uma outra Amaia, muito mais importante e conhecida na Idade Média peninsular. Trata-se da hodierna aldeia castelhana de Amaya, na região de Burgos, muito provavelmente a antiga *Segisama Iulia* ⁽¹⁰⁾. E seria precisamente para a distinguir desta localidade que a Amaia-Aramenha a sul do Tejo recebeu o cognome de *As-Ruínas*, enquanto que a fortaleza construída pelo rebelde emeritense passava a ser designada por *Amaia de Ibn Maruán*.

Aconteceu com estes topónimos o que irá a acontecer, no século X-XI, com o duplo topónimo ibérico de Santa Maria. Havia no Andaluz uma Santa Maria do Ocidente e uma Santa Maria do Oriente, posterior ou simultaneamente conhecidas por Santa Maria de Ibn Harún e Santa Maria de Ibn Razín, em referência aos respectivos senhores destas terras. E a evolução onomástica destes lugares foi exactamente a mesma que para Amaia de Ibn Maruán. Prevaleceu o último elemento, dando os actuais topónimos de Faro e Albarracín, respectivamente no Algarve português e no Levante espanhol (Lopes 1968, p. 48-49, 132-3).

TOPONÍMIA VÁRIA

Assinale-se, neste contexto, a existência de muitas localidades com o nome de Marvão, de Norte a Sul de Portugal (Machado 1984, p. 958a; Serra 1967, p. 51-52); há também casos de hidronímia (Machado, *loc. cit.*). De facto, como refere o grande arabista David Lopes (1867-1942), no texto que apontava pela primeira vez para a provável origem do nome da nossa Vila de Marvão, no sentido aqui demonstrado ⁽¹¹⁾, o antropónimo Marwán é muito corrente entre os árabes - acrescente-se: incluindo em al-Ândalus ⁽¹²⁾ - e está bem representado na antroponímia luso-moçárabe e luso-mourisca ⁽¹³⁾. Um ou outro daqueles topónimos poderia, ele também, referir-se ao nosso Ibn Maruán ⁽¹⁴⁾. Como veremos em pormenor, na anunciada monografia sobre esta curiosa personagem, ele andou um pouco por todos os lados do Ocidente Peninsular, inclusivé no Norte cristão, como se disse atrás.

(10) IBN HAYYÁN II, p.630, n.577; MADUZ II, p.235a-6a; XIV, p.64a.

(11) Texto comunicado a Laranjo Coelho e transcrito na sua obra (COELHO 1988, p. 110-1). Aparentemente por vias independentes, MONIZ (1975, p. 7-8) também sugere o epónimo correcto.

(12) A título de exemplo, ver para o século X: ÁVILA 1985, p. 138. Curiosamente, é apenas em Portugal e no Noroeste espanhol que o nome parece ter tido projecção toponímica. Na hodierna Espanha, nada segundo ASÍN PALACIOS (1944).

(13) Ver agora SERRA 1967, p. 51-52; MACHADO 1984, p. 958a.

(14) Ver p. ex. a proposta avançada por VELHO (1981, p. 277).

Há também um aliado de Ibn Maruán al-Jillfi que terá deixado vários rastros na toponímia portuguesa. Trata-se de Saadún Ibn Fat(a)h as-Surunbáqi, muladi originário da região de Beja, que acompanhou al-Jillfi na sua luta contra as hostes do Emir de Córdoba, assim como nas suas correrias meridionais, acabando por residir nas regiões fronteiriças do Noroeste, até ser morto pelo seu protector Afonso III, na penúltima década do século IX ⁽¹⁵⁾. Ora, Ibn Hayyán (III, p. 23) reporta que, numa dada altura, as-Surunbáqi se tinha instalado, por sua vez, “num monte” (*jabal*) que leva o seu nome, sito entre Coimbra e Santarém ⁽¹⁶⁾. Terá este monte algo a ver com a medieva localidade de Cirembaga, no antigo termo de Alvorge, entre Leiria e Coimbra (Velho 1981, p. 285)? A Norte do Tejo deparamos, mais duas vezes, com o topónimo Sarrabeca que se poderia relacionar com a mesma personagem (*idem*, p. 276, n. 14; 285, n. 9). O mesmo se poderia dizer a propósito das localidades alentejanas de Monte de Serombeque e Monte de Serombeque Novo, a poucos quilómetros de Beja, e de Saquinibaque, na foz do Rio Mira (*ibidem*). No entanto, um ou outro destes topónimos poderia ter surgido antes por causa do filho de as-Surunbáqi, Masúd, que teve um papel de relevo na política da região, na segunda década do século X (Sidarus 1990, p. 34-36).

O editor de Ibn Hayyán II (p. 651-2, n. 609), apoiado por Terés (1986, p. 409), propõe que se relacione o segundo elemento do nome da conhecida localidade espanhola de Guadalupe (Prov. de Cáceres) com mais um companheiro de armas de Ibn Maruán: Ali Ibn Lubb, do qual fala o texto hayyano (p. 380-1). Velho (1981, p. 276, n. 15), pelo seu lado, propõe o mesmo para a Ribeira de Lupe, no Concelho de Sousel. Na minha opinião, estas atribuições são absolutamente gratuitas. Para já, o nome *Lubb*, do romance *Lope*, é bastante vulgar na primitiva antroponomástica ibero-muçulmana ⁽¹⁷⁾, para não falar da posterior. Sem suporte documental ou informação histórica específica, é difícil sustentar a identificação acima referida.

Por outro lado, a Guadalupe em causa tirou o seu nome do afluente do Guadiana que passa ao sopé da serra onde está localizada (Madoz IX, p. 27a-29a; Terés 1986, p. 405). Como se sabe, este onomástico árabo-romance é etimologicamente um hidrónimo (“Vale/Curso de água/Rio de/do Lubb/Lupe/Lope”),

(15) Ver as mesmas referências que para Ibn Maruán (*supra* n.7), mais IBN HAYYÁN III, p. 23.

(16) CODERA (1917, p.43) parece ter glosado o texto de Ibn Hayyán, ao especificar que o monte era conhecido por *Monte de Saadún*.

(17) IBN HAYYÁN II, p. 688 s.v.; III, p. 158-9 s.v.; IBN HAZM, p. 502-3 (*passim*); TERÉS 1986, p. 407-8; ÁVILA 1985, p. 187 s.v..

de resto bem representado na Península ⁽¹⁸⁾. Conhecem-se também vários correspondentes neo-latinos do tipo Rio do Lobo (V.N. da Gaia); Rio de Lobos (Braga); Riolobos (Prov. de Cáceres; Madoz XIII, p. 489a), Vale de Lobos (*passim*), Ribeira do Lobo (Marvão), Ribeira de Lupe (Sousel), vários casos de Água de Lupe (Machado 1984, p. 747b), etc. Quando Guadalupe designa expressamente localidades (Terés 1986, p. 405; Machado 1984, p. 747), é na maior parte dos casos uma réplica da referida Guadalupe, prestigiada pelo seu culto da Virgem Maria.

Deve-se também frisar que o elemento *lubb/lupellope* (e seus derivados) é tradicionalmente entendido como se referindo simplesmente ao conhecido canídeo selvagem ⁽¹⁹⁾, cujo nome romance *lubb* é, por sinal, atestado no dialecto hispano-árabe (Terés 1986, p. 406-7). E esta etimologia deve poder-se apoiar na profusão de topónimos “Lobo”, ou seus derivados, por todos os lados da Península Ibérica (Madoz X, 316a-320b; Machado 1984, p. 889a-890b). Assim, não excluindo casos pontuais onde terá sido o antropónimo correspondente que esteve na origem de um determinado topónimo ou hidrónimo (Terés 1986, p. 407-9), seria mais curial, na ausência de informações concretas em sentido contrário, cingir-se para *Guadalupe* à etimologia corrente de Rio/Vale de/do Lobo, e considerar a sua ocorrência como testemunho duma antiga distribuição zoogeográfica.

(18) TERÉS 1986, p. 405-9, 391-5 (var. *Guadalobón e Guadalupe*), 460 (*Guadi-loba*); ASÍN 1944, p. 110-1 (com as mesmas variantes); MACHADO 1984, p. 747a-b.

(19) Ver nota anterior, mais LOPES 1968, p. 163.

ASPECTOS POPULACIONAIS

A crónica de Isa ar-Rázi integrada no volume da compilação *hayyana* que temos estado a explorar nestas páginas, faz muitas referências aos berberes. Eles, de facto, são muito envolvidos no movimento de contestação daquele século e, dum modo especial, no Ocidente do Andaluz (Sidarus 1990, p. 37-38; Picard 1991, p. 220). Por outro lado, as fontes históricas, em geral, ao relatarem os respectivos acontecimentos, juntamente com os dados toponímicos disponíveis (Terrón 1971, p. 43-51), deixam transparecer uma presença berbere bastante difusa no que é frequentemente denominado, nas fontes árabes, como *Ard. al-Jawf* (“Terras do Norte”) ou até *Bila:d al-Barbar* (“Terras dos Berberes”): curso superior do Guadiana, Alto Alentejo e Beira

Baixa, com as regiões espanholas correspondentes (Taha 1989, p.172-3). Estes dados vão ao encontro do que se sabe acerca do assentamento primitivo, na Hispânia, dos invasores muçulmanos. Enquanto os árabes ocupavam predominantemente os vales férteis das zonas meridionais, os berberes - quer os da primeira conquista, quer os das conseqüentes levas imigratórias - iam-se instalando de preferencia nas zonas serranas ou semi-serranas do interior, num ambiente muito semelhante ao seu habitat original, o Rife magrebino ⁽²⁰⁾.

Vemos, pois, que a população da zona onde Marvão se encontrava integrada, naquela altura, era composta, por ordem decrescente, por Moçárabes: cristãos submissos, nessa época e zona de certeza ainda pouco "arabizados" (*mustá'rab*); por Muladis: nativos hispano-romanos ou hispano-godos islamizados (*muwállad*); e, finalmente, por Berberes ⁽²¹⁾. Árabes, como tal, não os haveria, pelo menos enquanto grupo distinto e coeso.

A CISTERNA DO CASTELO

Uma nota final sobre a primitiva cisterna do Castelo. Não me refiro, claro, à famosa cisterna da zona abaluartada, cuja origem foi em tempo polémica (Coelho 1988, p. 110-1), mas que estudos em curso fazem remontar, sem grandes dúvidas, ao século XVII ⁽²²⁾. Quero antes referir-me à cisterna recentemente descoberta não muito longe da torre de menagem.

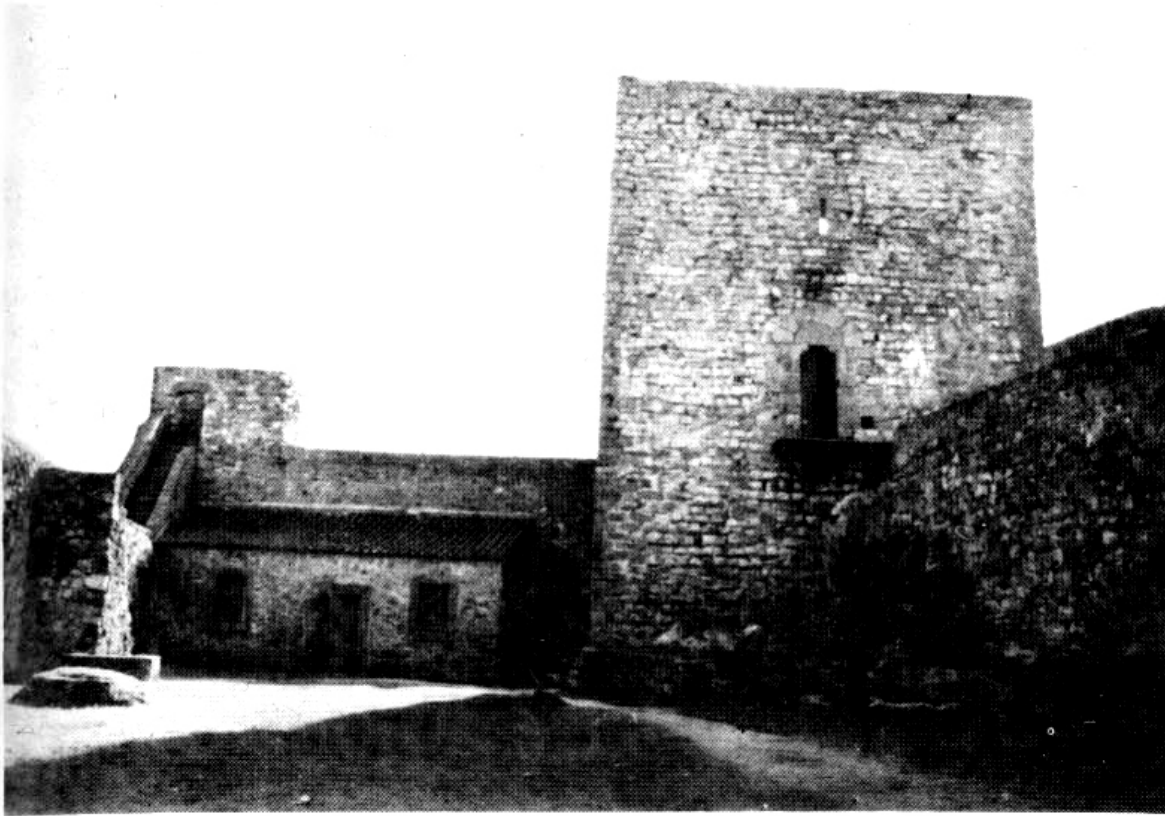
É óbvio que, na ausência de documentação pertinente, apenas um cuidadoso estudo tipológico e/ou escavações arqueológicas poderão desvendar a origem daquela estrutura hidráulica. Convém, porém, registar a este propósito que a mesma fonte raziano-hayyana que nos guiou até aqui fornece-nos uma curiosa notícia acerca duma construção análoga. O texto (Ibn Hayyán II, p. 351-2) foi traduzido por Samsó (1980, p. 495-6), tradução essa retomada por Pavón (1990, p. 188).

Quando Ibn Maruán foge de Córdova em 261 da Hégira, isto é, cerca de dois anos antes de fundar Marvão, o primeiro castelo onde se refugia é o de Alanje, a sul de Mérida. Ali é vítima dum cerco apertado por parte do exército emiral. Mas Ibn Maruán e seus companheiros conseguem aguentar o cerco,

(20) TAHA 1989, p. 110-118; GUICHARD 1977, p. 223-234, 248-281; LÉVI-PROVENÇAL 1950, I, p. 81-90; 1974, p. 50-53. Ver como fonte principal: IBN HAZM.

(21) Sobre moçárabes e muladis nos primeiros tempos do domínio árabe-muçulmano, ver: LÉVI-PROVENÇAL 1950, I, p. 73-79; 1974, p. 46-49. Para o Ocidente Peninsular em particular, ver com certa cautela: PICARD 1991a, p. 79-82.

(22) Estudos desenvolvidos pelo Eng^o José Manuel Mascarenhas, da Universidade de Évora, e o Dr. João Luz Cardoso, no âmbito dum projecto de investigação sobre os "Aproveitamentos hidráulicos pós-romanos", patrocinado pela Direcção-Geral dos Recursos Hídricos e dirigido pelo Prof. António Carvalho Quintela, do Instituto Superior Técnico de



4. Praça d'Armas do Castelo de Marvão
vendo-se à esquerda a entrada da cisterna antiga

(Foto de J. Oliveira)

durante mais de três meses, graças precisamente a um complexo sistema de poços ligados entre si por meio de canalização subterrânea. Isto demonstra, afinal, uma grande capacidade técnica no domínio da captação e conservação das águas, que se deve relacionar - como frisa muito justamente o editor Makki em comentário à nossa passagem (p. 636, n. 586), e depois dele Samsó (*loc. cit.*) - com a conhecida canalização subterrânea de Madrid, cidade fundada pelo Emir Muhâmmad, apenas alguns anos antes dos acontecimentos aqui relatados ⁽²³⁾. Terão os revoltosos marwánidas repetido semelhante proeza ao ocuparem, mais tarde, o Monte de Amaia?

Lisboa.

(23) Mais literatura sobre o assunto: VERNET 1978, p. 30-31 e 343; para a Hispânia muçulmana: PAVÓN 1990, p. 185-248; para o mundo islâmico em geral: EI, IV, p. 551b-556a

REFERÊNCIAS

ASÍN PALACIOS, Miguel (1944). *Contribución a la toponimia árabe de España*. Madrid: C.S.I.C..

ÁVILA, Maria Luisa (1985). *La sociedad hispanomusulmana al final del Califato: Aproximación a un estudio demográfico*. Madrid: C.S.I.C..

BRITO, Bernardo (1609). *Segunda parte da Monarchia Lusytana*. Lisboa: Tip. Mosteiro de S. Bernardo (ed. facsim., Lisboa: I.N.-C.M., 1975).

CARVALHO, António Transmontano de (1973). *Aloaca: Estudo histórico e filológico das palavras sagradas "Aloaca" e "Marwân" que deram origem a [...] Castelo de Vide e [...] Marvão*. Castelo de Vide: Ed. do A.. [Pequeno folheto].

CODERA, Francisco (1917). "Los Benimeruán en Mérida y Badajoz". *Estudios críticos de historia árabe española*. 2ª serie Madrid: Imprenta Ibérica (Colección de Estudios Árabes, 9). [2º estudo, com paginação própria].

COELHO, Possidónio M. Laranjo (1988). *Terras de Odiana: Subsídios para a sua história documentada*. 2ª ed. rev. e anot. por Diamantino Sanches Trindade. Lisboa [sic]: Câmaras Municipais de Castelo de Vide e Marvão. (1ª ed. Coimbra, 1924).

CORNU, Georgette (1985). *Atlas du Monde Arabo-Islamique à l'époque classique (IX^e-X^e S.): Répertoire des toponymes*. Leida: E.J. Brill.

EI = *Encyclopédie de l'Islam*. Nova ed.. Vários vols.. Leida: E.J. Brill; Paris: Maisonneuve et Larose, 1960ss.

IBN HAYYÁN II = Abu: Marwa:n Khalaf Ibn H.ayya:n. *Al-Muqtabas min anba:' Ahl al-Andalus*, [II/2]. Ed. de Mahmud 'A. Makki. Beirute: Dar al-Kitab al-'Arabi, 1973.

IBN HAYYÁN III = Idem. *Al-Muqtabis*. T. III[2]: *Chronique du règne du calife umayyade Abd Allah à Cordoue*. Ed. de Melchior M. Antuña. Paris: P. Geuthner, 1937.

IBN HAZM, Abu: Muh.ammad 'Ali:. *Jamharat ansa:b al-'Arab*. Ed. de 'Abd as-Salam M. Harun. 4ª ed.. Cairo: Dar al-Maaref, 1977 (Dhakha'ir al-'Arab, 2). [Obra de genealogia árabe, mas também de etno-geografia andaluza].

IBN AL-QUTIYYA, Abu: Bakr Muh.ammad. *Ta'ri:kh ifti:ah. al-Andalus*. Ed. de Ibrahim al-Abyari. Cairo: Dar al-Kitab al-Misri; Beirute: Dar al-Kitab al-Lubnani, 1982 (Al-Maktaba al-Andalusiyya, 2).

GUICHARD, Pierre (1977). *Structures sociales "orientales" et "occidentales" dans l'Espagne musulmane*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales; Haia: Mouton (Civilisations et Sociétés, 60).

LAVAJO, Joaquim Chorão (1991). "A *Crónica do Mouro Rasis* e a historiografia portuguesa medieval". *Estudos Orientais II: O legado cultural de Judeus e Mouros*, p. 127-154. Lisboa: Instituto Oriental/U.N.L..

LÉVI-PROVENÇAL, Évariste (1950). *Histoire de l'Espagne Musulmane*. Vol. 1-2. 2ª ed..Paris: G.P. Maisonneuve; Leida: E.J. Brill.

Idem (1976). Ramón Menéndez Pidal (dir.). *Historia de España*. Tomo IV: *España Musulmana*, por É. L.-P.. Trad. de E. García Gómez. 4ª ed.. Madrid: Espasa-Calpe.

LOPES, David (1968). *Nomes árabes de terras portuguesas*. Colectânea compilada por José Pedro Machado. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa.

MACHADO, José Pedro (1984). *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. 3 vols. (com paginação contínua). Lisboa: Confluência, s/d.

MADOZ, Pascual. *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones del Ultramar*. 16 vols.. 2ª ed.. Madrid, 1846-50 (cita-se pelos volumes).

MONIZ, Manuel Carvalho (1975). "Marvão: Achegas para a sua história". *Arquivo de Beja*, 28-32 (1971-75), p. 3-8. Beja.

PAVÓN MALDONADO, Basilio (1990). *Tratado de arquitectura hispanomusulmana I: Água* (aljibes - puentes - qanats y acueductos - jardines - desagües de ciudades y fortalezas - ruedas hidráulicas - baños - corachas). Madrid: C.S.I.C..

PICARD, Christophe (1991). "La fondation de Badajoz par Abd al-Rahman Ibn Yunus al-Jilliqi (fin IXe s.)". *Revue des Études Islamiques*, 49 (1981, publ. 1991), p. 215-229. Paris.

Idem (1991a). "Les Mozarabes dans l'Occident Ibérique (VIII^e-XII^e siècles)". *Ibidem*, 51 (1983, publ. 1991), p. 77-88.

PINHO LEAL, Augusto S.A.B. de (1875). *Portugal Antigo e Moderno*. Vol. V. Lisboa: Mattos

Moreira e Cia.

SABBA:GH (al-), H.asan Ibra:hi:m (1989). *Mu`jam ru:h. al-asma:' al-'arabiyya lin-na:s*. Damasco: Dar al-Ma'rifa, 1409H. [Dicionário semântico de antropónimos árabes].

SAMSÓ, Julio (1980). Rec. de H. **GOBLOT**, *Les qanats* (Paris, 1979). *Al-Qantara*, 1, p. 494-7. Madrid.

SERRA, Pedro Cunha (1967). *Contribuição topo-antroponímica [árabe] para o estudo do povoamento do Noroeste Peninsular*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos (Publ. do C.E.F., 16).

SIDARUS, Adel (1990). "O Alentejo durante a grande dissidência luso-muçulmana do século IX/X". *Nós e a História: Actas do Encontro Regional de História (Universidade de Évora, JAN. 1990)*, p. 31-44. S/l, s/ed.

SOUSA, João (1789). *Vestigios da lingua arabica em Portugal ou Lexicon etymologico...* Lisboa: Academia Real das Sciencias (ed. facsim., Lisboa: A. Farinha de Carvalho, 1981).

TAHA, Abdalwahid Dhanun (1989). *The Muslim conquest and settlement of North Africa and Spain*. Londres e Nova Iorque: Routledge (Exeter Arabic and Islamic Series, 3).

TERÉS, Elías (1986). *Materiales para el estudio de la toponimia hispanoárabe: Nómima fluvial*. Tomo I. Madrid: C.S.I.C.

TERRÓN ALBARRÁN, Manuel (1971). *El Solar de los Aftásidas: Aportación temática al estudio del Reino Moro de Badajoz - Siglo XI*. Badajoz: Institución Pedro de Valencia/Centro de Estudios Extremeños.

TORRES BALBÁS, Leopoldo (1972). *Ciudades hispano-musulmanas*. 2 vols.. Madrid: Instituto Hispano-Árabe de Cultura.

VASCONCELOS, José Leite de (1935). "Localização da Cidade de Ammaia". *Ethnos*, 1, p.5-9. Lisboa.

VELHO, Martim (1981). "Ibn Marwan (Ibn al-Djilliki) e Sa'dun Surunbaqi: A localização de Monsalude". Rudolph **PETERS** (ed.). *Proceedings of the Ninth Congress of the U.E.A.I. (Amsterdam, Sept.1978)*, p. 270-287. Leida: E.J. Brill (Publ. of the Netherlands Institute of Archaeology and Arabic Studies in Cairo, 4).

VERNET, Juan (1978). *La cultura hispanoárabe en Oriente y Occidente*. Barcelona: Fundación Juan Marsch; Editorial Ariel (Ariel História, 14).

APONTAMENTOS PARA HISTÓRIA DO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESTRELA DE MARVÃO

Carmen Balesteros

CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESTRELA DE MARVÃO - LOCALIZAÇÃO ESPÁCIO - TEMPORAL

O Convento de Nossa Senhora da Estrela de Marvão, localiza-se extra muros, a Nascente da denominada “Porta da Vila”.

A sua edificação, fora do circuito protector das muralhas, revela-nos que à data da sua construção, já estaria provavelmente afastado o ambiente de guerras e conseqüente instabilidade sócio-económica que caracterizaram o Portugal da Reconquista: talvez por isso, nem o edifício da Igreja, nem sequer o do Convento que se lhe adossa, foram estruturados de forma a resistir aos ataques do exterior, encontrando-mo-nos perante edifícios que não manifestam as características de “Igreja-fortaleza”, tão vulgares em época um pouco mais recuada.

Vários autores atribuem a fundação do Convento ao ano de 1448, data à qual, estaria já também longe e momentaneamente afastado, o perigo da pretensão castelhana ao trono de Portugal, não deixando no entanto, e apesar do clima de acalmia bélica, de ser estranho que esta Igreja e o respectivo Convento se abram tão despreocupadamente para o exterior. Não podemos esquecer que Marvão é uma importante fortaleza da raia, e que em épocas de guerra funcionou como estrutura defensiva fulcral para a resposta aos ataques do inimigo secular de Portugal: Castela.

AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho, contamos com a preciosa colaboração do Dr. Jorge Oliveira, das Religiosas do Convento de Nossa Senhora da Estrela de Marvão, do Sr. Dionísio Gonçalves, do Sr. António Silvério, do Sr. Joaquim Vidal e da Direcção de Edifícios e Monumentos do Sul.

Esta aparente incapacidade para resistir aos ataques do exterior leva-nos a colocar a hipótese de este espaço sagrado ter sido respeitado por ambos os tradicionais contendores, prologando-se o culto e a devoção à Senhora da Estrela de Marvão para o lado de lá da fronteira, fenómeno aliás que ainda hoje se mantém, confraternizando portugueses e espanhóis nas festas laicas e religiosas uns dos outros.

Assim, a Igreja e o Convento de Nossa Senhora da Estrela de Marvão poderão ter estado protegidos pela força intrínseca de uma crença que naturalmente não conheceu fronteiras político-administrativas.

Disto nos dá testemunho Frei Agostinho de Santa Maria no Santuário Mariano:

“... dizem que huma Senhora grande de espanha, vindo nos mesmos tempos da guerra referida, ou antes della, a visitar aquelle Santuário da Senhora da Estrela, levada da grande devoção que lhe tinha, mandára com industria formar outra em tudo muito semelhante & que em huma das visitas que lhe fazia, a recolhera em hum bauzinho, que levara, deyxando em seu lugar o que mandára fazer”.⁽¹⁾

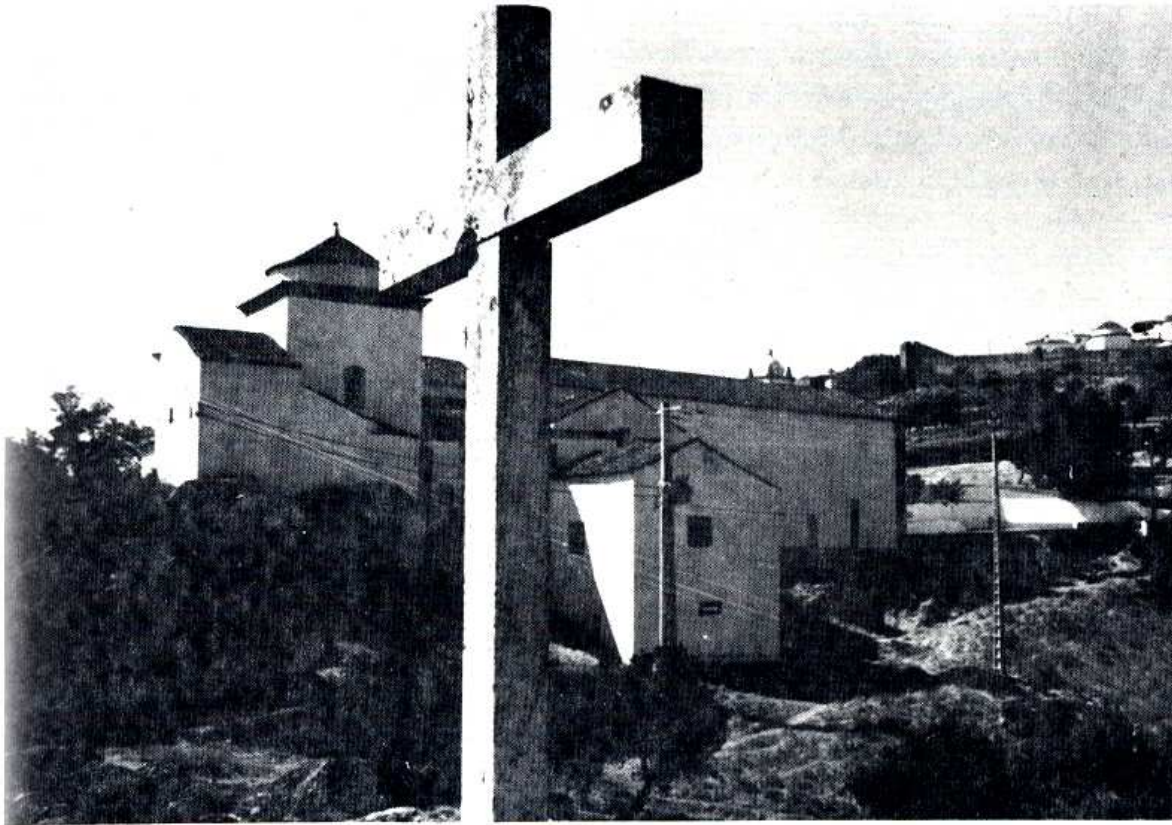
Os poderes atribuídos à Senhora da Estrela são tais que, como nos conta ainda Fr. Agostinho de Santa Maria, a mesma Senhora concorre com a fortificação de Marvão para a defesa do seu povo:

“... em huma ocafião intentarão os castelhanos tomar a Villa de Marvão por interpreza, ou traição machinada por algum que mostrou ser pouco amigo da sua pátria. E chegando depois da meya noite, quando se lhes reprefentou que tinham bem lograda a sua diligencia, repentinamente lhes amanheceo, ou se antecipou o dia. E neste tempo tocarão os religiosos os sinos, ou do Ceo mandou a Rainha da gloria aos seus Anjos, que lhe tocassem a rebate”.⁽²⁾

Não é sem razão portanto, que o mesmo autor denomina a Senhora da Estrela de “Vigilante Sentinela”, que mais de uma vez terá, com a sua intervenção, protegido os portugueses dos ataques

(1) MARIA, Fr. Agostinho de Santa - Santuário Mariano e Historia das Image: milagrosas de Nossa Senhora Tomo III, Lisboa, 1711, pp 380-381.

(2) Idem, p. 380.



1. Convento de Nossa Senhora da Estrela em 1990. Vista tomada do Norte

(Foto de C. Balesteros)

dos castelhanos.

Mas a razão da edificação da Igreja e do Convento, naquele local, ainda que fora de muralhas, prende-se sem dúvida com a lenda que a justifica e que nos relata Fr. Fernando da Soledad, Frei Agostinho de Santa Maria e Possidónio Laranjo Coelho entre outros.

Conta-se que após a batalha de Guadalete, em que foi derrotado Rodrigo, o último rei dos Visigodos, derrota essa que abriu a Península Ibérica à ocupação árabe, os habitantes de Marvão terão procurado a protecção das Astúrias, preferindo deixar a sua terra a sujeitar-se ao invasor muçulmano. As imagens que não puderam levar consigo tê-las-ão escondido de forma a evitar a sua profanação.

Entre 1160 e 1164 e no âmbito da Reconquista Cristã e formação do território português, o “morro” de Marvão voltou de novo à posse dos Cristãos.

Diz-nos a lenda que, pouco depois, numa noite de brenhas em que um pastor vigiava o seu rebanho, este foi surpreendido pelo brilho inaudito de uma estrela, sucesso esse que se repetiu durante várias noites, até que com um companheiro decidiu subir ao cimo do monte, guiado pela misteriosa luz.

Aí chegado, veio a descobrir, oculta numa pequena gruta, a imagem que durante cerca de 300 anos permanecera aguardando uma oportunidade para se revelar.

Nesse mesmo local foi a imagem da Senhora, venerada e adorada enquanto se lhe não construiu capela mais adequada. Assim, Fr. Fernando da Soledad diz-nos: "*A causa de edificarmos convento neste sítio, devemos nós à Virgem Mãe de Deos, por hu seu milagre illustre, ou aparecimento glorioso, com que fez esmerar a piedade Catholica na sua veneração e culto. (...) assim a Senhora de Marvão tem o título de Estrella por respeito das luzes com que apareceu*".⁽³⁾

A bula do Papa Nicolau V, datada de 7 de Julho de 1448, autoriza a fundação do Convento de Nossa Senhora da Estrela, mas pensamos que nessa altura existiria já e pelo menos, uma pequena capela ou ermida em que a imagem da Senhora era venerada. Possidónio Laranjo Coelho⁽⁴⁾, dá-nos no entanto uma informação importante. Para além da capela ou ermida, existiria já em 1258, nesse local, um Convento de Franciscanos e de acordo com uma notícia que o mesmo autor terá visto inserta num manuscrito da Torre do Tombo! A darmos crédito a esta informação, teríamos que fazer remontar a origem deste Convento, não ao século XV mas sim aos meados do século XIII.

DE CONVENTO DE FRANCISCANOS A LAR DE TERCEIRA IDADE DA MISERICÓRDIA DE MARVÃO

A Ordem dos Franciscanos, ligada a este Convento, desde a sua fundação até 1834, foi introduzida em Portugal logo em 1213, data em que S. Francisco terá iniciado uma cruzada de paz entre os mouros da Espanha e os de Marrocos, ou em 1217 quando S. Francisco distribuiu os seus frades por diferentes regiões, e coube à Península Ibérica um grupo chefiado por Fr. João Parente.⁽⁵⁾

(3) SOLEDAD, Fr. Fernando da - *História Seráfica Cronológica da Ordem de S. Francisco*, Parte III, Lisboa, 1735, p. 14.

(4) COELHO, Possidónio Laranjo - *Terras de Odiana*, Edição das Câmaras Municipais de Castelo de Vide e Marvão, Odivelas, 1988.

(5) LOPES, Pe. Fernando Felix - *Franciscanos*, in "Dicionário de História de Portugal", Direcção de Joel Serrão, Vol. III, Livraria Figueirinhas, Porto, 1984.

Desde o início do estabelecimento desta Ordem em Portugal, até à data da sua extinção, múltiplas foram as confrontações com o Clero Secular posto em causa sem dúvida, muitas vezes, pela sua confrontação com a pobreza e simplicidade da regra de vida a que os Franciscanos obedeciam.

Essa pobreza e simplicidade eram bastante mais rigorosas quando se tratava de frades observantes ou de frades recolectos. Fr. Manuel da Esperança na sua História Seráfica diz-nos que o frade observante na Ordem de S. Francisco é o frade pobre, descalço, penitente, humilde e cumpridor em tudo com as grandes obrigações da regra seráfica. ⁽⁶⁾

O estatuto dos frades recolectos, frades observantes franciscanos que se afirmam a partir do séc. XV, e que deviam observar especialmente o retiro e o recolhimento, era ainda mais rigoroso no que respeita ao seu vestuário, alimentação e inclusivé mobiliário das celas.

Obedecendo à regra da observância ou aproveitando as dispensas concedidas pelos pontífices - frades claustraes - os franciscanos gozavam geralmente de grande prestígio entre os fiéis. Sobre esta questão diz-nos Fortunato de Almeida o seguinte. "É certo que apesar das dificuldades que os frades menores encontravam no Clero Secular, o seu prestígio entre os fiéis aumentava todos os dias. Isso devia resultar da piedade dos frades, contra as quais se não faziam acusações sérias, mas contribuia também muito para essa aura a consideração que recebiam dos pontífices, dos reis e da nobreza". ⁽⁷⁾

Os frades claustraes do Convento de Nossa Senhora da Estrela de Marvão não escaparam a esta relação de animosidade com o Clero Secular da região: "Todos entravão cõ animo generoso neste commércio de caridade; mas ainda assi não foy poderofõ o exemplo real para modificar o espirito inquieto de alguns Parocos, os quaes vendo que os Fregueses fugião das suas Igrejas, por assistir na da Senhora da Estrela, os obrigarão a ouvir missa nellas, & a outras pensões de que estavam izentos ...". ⁽⁸⁾ Também Possidónio Laranjo Coelho ⁽⁹⁾ nos dá testemunho de que a tensão entre o Clero Secular e os Frades Franciscanos de Marvão por mais de uma vez terá explodido em contenda aberta e motivado inclusivé, a intervenção de terceiros como árbitros da situação. No entanto, parece que a população sempre terá preferido

(6) **ESPERANÇA**, Fr. Manuel da - *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, tomo I, Craesbech de Mello, Lisboa, 1659.

(7) **ALMEIDA**, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*, Tomo I, Coimbra, 1910, p. 295.

(8) **SOLEDADE**, Fr. Fernando - *História Seráfica Cronológica da Ordem de S. Francisco*, Parte III, Lisboa, 1735.

(9) **COELHO**, Possidónio Laranjo - *Terras de Odiana*, Edição das Câmaras Municipais de Castelo de Vide e Marvão, Odivelas, 1988.

os Frades do Convento aos Padres da Vila.

Interessante é também verificar que a Revolução Liberal Portuguesa parece ter encontrado empenhados defensores entre os Frades do Convento, e disso nos dá também notícia Laranjo Coelho. O Frade José Rodrigues Leitão e Fr. António da Puríssima Conceição Loureiro sofreram a perseguição daqueles que defendiam sem hesitação D. Miguel. Este último foi mesmo encarcerado e era tido como prisioneiro político de grande importância, pelos miguelistas.

É no entanto sob os auspícios da agitada Revolução Liberal que o Convento de Nossa Senhora da Estrela de Marvão vai conhecer a sua decadência com a extinção das ordens religiosas, prevista pelo Decreto de 28 de Maio de 1834.

Da responsabilidade de Mouzinho da Silveira, que por coincidência é natural de uma terra muito próxima, Castelo de Vide, este Decreto foi um rude golpe na Igreja portuguesa ao extinguir a maior parte dos Mosteiros e Conventos do país e ao proibir o ingresso de homens e mulheres nos noviciados.

Só durante a segunda metade do século XIX a maior parte das ordens religiosas extintas em 1834 voltaram de novo a Portugal, voltando entre elas também a dos Franciscanos.

No entanto o Convento de Nossa Senhora da Estrela não voltou a ser Convento de Franciscanos nem de qualquer outra Ordem até que em 1944 a Congregação das Filhas de Maria Mãe da Igreja aceitou a difícil tarefa de se responsabilizar por esta Casa.

Pensamos que após a saída dos Franciscanos do Convento, este terá, pura e simplesmente, ficado votado ao abandono e à mercê dos anos e do rigoroso clima característico desta região.

Do espólio deste antiquíssimo Convento pouco ou nada nos resta hoje, para além de algumas imagens que se encontram na Igreja, no Convento ou expostas no Museu Municipal de Marvão.

Nem sequer lográmos descobrir obra alguma da sua biblioteca. No entanto, ainda no princípio deste século Laranjo Coelho ⁽¹⁰⁾ diz ter visto no Arquivo Nacional da Torre do Tombo um manuscrito que referenciava a existência de 164 volumes na biblioteca do Convento.

É natural que esta biblioteca contasse com um razoável

(10) COELHO, Possidónio
Laranjo - *Terras de Odiana*,
Edição das Câmaras
Municipais de Castelo de Vide
e Marvão, Odivelas, 1988.

número de volumes, não só de temática religiosa mas também relativos a outras áreas do conhecimento, e visto que alguns dos frades chegaram mesmo a ser Mestres de Português e de Latim da juventude de Marvão.

O facto de não termos encontrado qualquer pista para localizarmos os referidos volumes leva-nos a colocar três hipóteses: ou os frades as transportaram consigo, aquando da sua saída forçada do Convento, ou então foram destruídas concomitantemente com a degradação progressiva provocada pelo abandono do edifício, ou desapareceram às mãos de uma religiosa que segundo informação oral tinha aversão às "*coisas velhas*".

Tudo o que hoje existe de manuscritos e documentação antiga no Convento faz parte do espólio de uma outra instituição, a Misericórdia de Marvão, cujo Lar de Terceira Idade funciona actualmente no edifício.

Os manuscritos que fazem parte deste espólio foram há pouco tempo objecto de inventariação e catalogação sob a responsabilidade do Arquivo Distrital de Portalegre. Constituem estes, um fundo que julgamos poder vir a fornecer interessantes informações sobre a Misericórdia de Marvão, dele fazendo parte documentação que remonta ao século XVI.

O Hospital da Misericórdia de Marvão foi, nos primeiros anos do nosso século ocupar o edifício do Convento.

Encontrámos arquivada na correspondência da Misericórdia uma carta datada de 1903 em que se pede autorização para serem levadas a cabo algumas obras no edifício do Convento, de modo a que este pudesse vir a receber os doentes do Hospital da Misericórdia que estariam na altura instalados no edifício anexo à Igreja do Espírito Santo e mesmo na própria Igreja, e do qual se afirma não dispôr de condições para albergar esses doentes.

A resposta a esta carta não a encontrámos, mas pressupomos que terão sido feitas ligeiras obras que permitiram a transferência de alguns doentes de um local para outro.

A gestão deste Hospital deve ter sido tarefa difícil para a administração da Misericórdia, que no ano de 1944 decidiu convidar a Congregação das Filhas de Maria Mãe da Igreja para fundar uma casa sua no antigo Convento de Franciscanos, transmitindo-se-lhe assim parte da responsabilidade do funcionamento deste Hospital.

Esta Congregação, fundada no último quartel do séc. XIX é originariamente espanhola e tem como fundadora, Madre Matilde Telles Robles, cujo processo de beatificação decorre desde 1978. Tem como objectivos fundamentais, concomitantemente a uma prática evangelizadora, o cuidar de crianças e jovens em especial dos orfãos ou desvalidos, mas também cuidar de enfermos.

Assim sendo, a gestão do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Marvão enquadrava-se perfeitamente nos objectivos desta Congregação.

Actualmente, as religiosas do Convento de Nossa Senhora da Estrela são responsáveis não já por um Hospital, instituição que cada vez mais necessita de técnicos com formação especializada, da qual as religiosas não dispõem, mas sim por um Lar de Terceira Idade que presta no Concelho de Marvão um serviço quase único e com uma procura crescente.

Estas religiosas tiveram também sob a sua responsabilidade desde a década de 60 e até à poucos meses a esta parte, um grupo de rapazes e raparigas deficientes mentais e ou orfãos que chegou a atingir cerca de 100 pessoas.

Este grupo foi recentemente transferido para Assumar, ficando a cargo de uma instituição estatal de educação especial.

A vinda das Filhas de Maria Mãe da Igreja para Portugal, insere-se no contexto da Guerra Civil espanhola, como nos descreve a Irmã Celedónia Gil. Esta religiosa faz parte do grupo de quatro que em 22 de Abril de 1945, se vieram fixar no Convento de Nossa Senhora da Estrela, a convite do então Provedor da Misericórdia de Marvão, Sr. Manuel Vivas (foto 2).

A Irmã Celedónia Gil teve a preocupação de elaborar um manuscrito em que relata a história da sua Congregação, desde que em 1932 fugiram para Portugal tendo-se fixado inicialmente na Covilhã.

Desenvolvendo-se ao longo de mais de 100 páginas, é um documento precioso pelo que guarda de informação, a qual nos é transmitida em trechos de simplicidade cativante. No entanto a crueza de algumas das situações descritas levou a que Irmã Celedónia Gil considerasse prematura a sua publicação. Pensamos que daqui a alguns anos, quando pela passagem do tempo já não existam sensibilidades que possam ser feridas, poderemos publicar



2. Irmã Celedónia Gil, uma das primeiras religiosas que em 1944 tomaram parte da responsabilidade do Hospital da Misericórdia.

(Foto de C. Balesteros)

estas memórias, tão valiosas não só para a Congregação mas também para a história deste Convento no nosso século.

Apesar do silêncio que por ora ainda se impõe, ouçamos no entanto os ecos desse dia sobre o qual já passaram quarenta anos e que a Irmã Celedónia soube trazer até ao presente: *Como solo pedidas cuatro religiosas (...) cuatro fueran destinadas para Marvão, Madre Jacinta Superiora, Sor Teresa Quintero, Sor Narcisa, e Sor Celedónia (...) esperandonas la familia Vivas y hospedandonas en su casa, hasta el dia siguiente 22 de Abril de 1945 que después de medio dia nos haríamos cargo de esta grande misión.*

En el camino encontramos los niños de las escuelas con sus batas blancas, acompañados de sus respectivos profesores e familiares, cada cual en la viatura que podia y algunos propietarios pusieran a disposición del pueblo y aldeas subian todos contentes por que venian unas señorinas para abrir el

hospital, todos con trajes domingueros e los que venian en burros caballos e carrozas los traian engalanados con verduras flores e dísticos e algunas banderolas; según nos aproximamos de el lugar mas movimiento encontrabamos y oíamos los estallidos de los cohetes y bombas (...) a la entrada de la Iglésia levantada una grande tribuna o palco, autoridades civiles, militares y eclesiásticas (...).

Das sete religiosas que hoje se encontram no Convento duas participaram ainda na calorosa recepção organizada pelo Sr. Manuel Vivas.

São elas Irmã Narcisa Gomes, natural de Salamanca e Irmã Celedónia Gil, também de Salamanca e que confessa ainda hoje ter dificuldade em perceber a língua portuguesa.

Desta Congregação fazem ainda parte duas outras religiosas cujo país de origem é a Espanha - Irmã Eugénia e Irmã Maria Viondi - sendo portanto apenas três as portuguesas.

Irmã Eugénia da Flor, natural de Madrigal de la Vera, está no Convento, apenas há cerca de um quarto de século, parte do qual deve ter sido levado a tentar desvendar os segredos e a história que contam as paredes do Convento e da Igreja.

Essas histórias sabe-as ela contar como ninguém, conduzindo os interlocutores através de um diálogo onde o "suspense" da descoberta também tem lugar.

As três religiosas portuguesas são originárias da zona norte do país, sendo elas Irmã Maria da Graça Marim, Irmã Fátima Leal Farinha, e Irmã Maria de Fátima Mendes Simões que desempenha as funções de Superiora do Convento.

O Lar de Terceira Idade conta neste momento com cerca de 70 idosos e em lista de espera encontramos um número de pessoas bastante semelhante. Das sete religiosas que compõem a Congregação nesta casa, quatro atingiram já a idade da reforma, pelo que há necessidade de que cerca de dez pessoas mais desempenhem as funções de carácter permanente. Ainda assim, o Convento tem-se socorrido também de trabalhadores integrados em programas de emprego temporário.

A preocupação constante de proporcionar àqueles que no Convento buscam envelhecer com dignidade, o carinho e o conforto que as actuais estruturas familiares têm dificuldade em proporcionar, tem levado a que o edifício do Convento tenha sido

objecto de múltiplas remodelações, transformações e acrescentos.

Nos últimos meses, zonas pontuais do edifício têm sido sujeitas a pequenas obras de beneficiação que a sensibilidade da Superiora tem orientado de forma a preservar elementos arquitectónicos antigos: caso do claustro cujas cantarias e colunais têm sido redescobertos, assim como de várias portas ogivais que de repente nos surgem a revelar a total alteração da planta original do edifício.

Outras intervenções têm sido levadas a cabo no Convento, ao longo deste século.

De algumas delas fica-nos a prova documental do registo fotográfico e mesmo a memória daqueles que ainda o lembram.

É o caso da cobertura e transformação em sala de visitas da varanda existente sobre o principal acesso ao Convento.

O importante portal em cantaria, de arco de volta perfeita que hoje garante esse acesso foi também recentemente aí colocado.

Encontrava-se, o portal, no interior da Vila de Marvão, tendo sido retirado das ruínas de uma casa na Rua do Relógio. Esta casa adossava-se à parte de baixo da Câmara Velha e pertencia ao pai do Sr. Ventura Estriga. Segundo informação oral a teria existido uma Igreja, da qual só já resta a memória dos mais velhos: a Igreja de S. João. ⁽¹¹⁾

À face nascente do edifício do Convento adossava-se o Cemitério Medieval de Marvão do qual foram recolhidas 24 cabeceiras de sepultura que hoje fazem parte do fundo do Museu Municipal desta Vila. Este importante conjunto de cabeceiras de sepultura, foi estudado e publicado por José Beleza Moreira.

O antigo Cemitério de Marvão foi desactivado na década de quarenta, datando de 1948, o primeiro enterramento que teve lugar no novo Cemitério.

De entre a documentação gráfica que publicamos, salientamos sobre estas questões a fotografia n.º 3 cujo negativo nos foi cedido pela Direcção de Edifícios e Monumentos do Sul. Esta fotografia, datada de 1943, dá-nos várias informações importantes. Mostra-nos a varanda por cima da porta de acesso ao Convento, ainda antes de ter sido transformada em sala de visitas, mostra-nos também esse acesso ainda sem o portal de cantaria com o qual viria a ser guarnecido, e sobre ele a identificação

(11) Esta informação foi-nos prestada pelo Sr. Benvido Canuto



3. Fachada do Convento de Nossa Senhora da Estrela em 1943

(Foto cedida pela Direcção
de Edifícios e Monumentos
do Sul)

da instituição que funcionava no edifício: o Hospital da Misericórdia, que dois anos mais tarde ficaria sob a responsabilidade das Filhas de Maria Mãe da Igreja.

Fica-nos ainda a imagem de uma das várias casas de romeiros aqui existentes, e das quais, adossadas à face poente do largo da Igreja, ainda hoje subsistem vestígios.

A Misericórdia de Marvão tem contado, no seu património, com um acervo de bens móveis e imóveis cujo estudo ainda se encontra por fazer. No entanto, actualmente, encontram-se, já definidos como património da Instituição os seguintes bens imóveis: Convento de Nossa Senhora da Estrela, Herdade do Matinho, uma morada de casas onde funciona o Centro de Saúde da Vila, uma morada de casas junto à Igreja de Santiago, duas garagens próximo das Portas de Rodão, uma morada de casas na Ranginha e ainda na Ranginha, seis moradas de habitação social.

Decorre ainda o processo de registo predial, de outros bens

da Misericórdia.

Esta Instituição rege-se por um Compromisso ou Estatuto de cuja primeira forma nos dá notícia Laranjo Coelho ⁽¹²⁾, datando-o de 25 de Junho de 1879.

Deste texto não encontrámos qualquer exemplar, mas podemos ainda folhear o único exemplar existente dos Estatutos aprovados em 1944, cinco meses depois da chegada das religiosas ao Convento.

Existem ainda mais duas reformulações do texto dos Estatutos, uma datada de 1958 e a última, que se encontra em vigor, datada de 1980.

Interessante é verificar algumas das diferenças existentes entre os três textos. Nos Estatutos datados de 1944 e no seu art.º 6.º, refere-se que podem ser Irmãos da Misericórdia os indivíduos de ambos os sexos que cumpram determinados requisitos.

Não podem no entanto, e de acordo com o ponto único do art.º 18, fazer parte da Assembleia Geral os Irmãos do sexo feminino. Igualmente é vedada às mulheres a participação na Mesa Administrativa de acordo com o art.º 21!

O texto dos Estatutos da Misericórdia datado de 1958, parece ser menos discriminatório que o anterior, abrindo já à participação de ambos os sexos, pelo menos a Mesa Administrativa.

O texto de 1980 abre já a ambos os sexos o direito de eleger e ser eleito para a totalidade dos corpos gerentes.

Notemos, porém, que em nenhum dos anteriores Estatutos da Misericórdia de Marvão, se estatui como neste último, que a Irmandade está sujeita ao Ordinário Diocesano, e em consequência da Igreja Católica.

A última eleição para os Corpos Gerentes da Santa Casa realizou-se em 3 de Novembro de 1990, por um período de três anos, sendo o actual Provedor da Misericórdia o Sr. António Silvério.

O CULTO E A ICONOGRAFIA DA SENHORA DA ESTRELA DE MARVÃO

Vários são os milagres e as graças, atribuídos à Senhora da Estrela de Marvão, de que as Histórias Seráficas e a tradição

(12) COELHO, Possidónio Laranjo - *Terras de Odiana*, Edição das Câmaras Municipais de Castelo de Vide e Marvão, Odivelas, 1988.

popular souberam guardar memória.

Ainda vivas se mantêm a devoção e as manifestações de fé, cuja concretização mais frequente acontece nos dias dedicados a esta Senhora. A festa decorre anualmente nos dias sete e oito de Setembro, contendo uma componente lúdica e uma forte componente religiosa.

A sua importância fazia acudir a este local muitos visitantes e romeiros que se alojavam nas casas aí existentes para o efeito. Os restos que hoje encontramos dessas casas parecem querer confirmar a importância deste espaço de romaria tradicional.

A devoção pela Senhora da Estrela assume ainda hoje e por vezes, a forma de pagamento de uma promessa por Graça divinamente concedida.

A promessa mais frequente é o “ser pesado a trigo” ou seja, oferecer-se ao Convento e à Igreja o peso de trigo equivalente ao peso da pessoa que recebeu uma graça (foto 4).

Para o efeito, existe no espaço que antecede a Capela lateral ao corpo da Igreja, uma velha balança que já sentou nos seus pratos muitas gerações de marvanenses e mesmo alguns forasteiros.

De acordo com a tradição as pesagens podem ser feitas várias vezes ao longo da vida das pessoas: quando se nasce, quando se vai para a tropa... como se de um entre tantos outros rituais de passagem se tratasse.

Sinal dos tempos é sem dúvida o facto de hoje em dia se substituir a oferta do trigo pela oferta do seu valor em dinheiro, mantendo-se no entanto o ritual de pesar aquele a quem foi concedida a Graça Divina.

À realização da festa em honra de Nossa Senhora da Estrela, liga-se mesmo o nome do local que no Concelho de Marvão é conhecido por *Mãe Velha*.

Conta a lenda que aí vivia uma rapariga cuja mãe já desaparecida, fora substituída por uma madrasta pouco bondosa.

No dia da festa, a rapariga vira-se desolada, impedida de nela participar como era seu desejo. Quisera a madrasta que ela ficasse no rio a lavar a roupa, e por isso ficou este local conhecido pelo nome de *Mãe Velha*, que pode também significar *Mãe Má*, em memória do pouco amor de uma madrasta pela sua enteada.

Mas a devoção e o culto prolongam-se também para o dia-



4. Pagamento de uma promessa de "pesar a trigo" o neto.

(Foto de C. Balesteros)

-a-dia, o quotidiano... e Estrela é também o nome que muitos padrinhos e madrinhas deste Concelho escolheram para ou seus afilhados homens ou mulheres.

Nas mulheres o nome de Estrela pode aparecer como nome próprio ou seu complemento. Nos homens, aparece geralmente como segundo nome.

O imaginário da Senhora da Estrela hoje existente, parece-nos demasiado pobre para a força de um culto que durante séculos conseguiu mesmo atravessar fronteiras e fez de Marvão um local de peregrinação.

Mesmo assim encontramos ainda, no altar da Capela lateral ao corpo da Igreja, alguns ex-votos que fizeram parte de um conjunto um pouco mais vasto que ainda no princípio do século se dispunha no mesmo local.

A documentação fotográfica que pudemos recolher foi-nos facultada pelo actual Provedor da Misericórdia, o Sr.

António Silvério que a recebeu do já falecido Sr. Jeremias da Conceição Dias. Um dos negativos em chapa de vidro, permitiu uma reprodução em que é visível o altar da capela lateral da Igreja, ao longo do qual se dispõe um pequeno conjunto de tábuas pintadas, um quadro com uma gravura que não pudemos identificar, e suspensas ao longo da capela, várias representações antropomórficas em cera.

Este conjunto de ex-Votos, existente no princípio do século não era, mesmo assim, significativo da devoção tradicionalmente dedicada a este Santuário.

Assim, pensamos que, ou existiram de facto mais ex-votos que se perderam, ou a população que aqui pagava as suas promessas preferia pagá-las de outro modo: em trigo ou em dinheiro e em bens imóveis, que aliás serviram certamente de maior proveito aos frades franciscanos.

Os quatro ex-votos que ainda hoje se conservam, dão-nos entre outras, informações sobre variantes da iconografia da Senhora da Estrela e por isso passamos a descrevê-los:

1. Ex-Voto datado de 1802 A Senhora apresenta-se vestida com um manto azul e uma túnica branca. Tem a cabeça descoberta, caindo-lhe o manto pelas costas. Segura na mão direita uma flor e no braço esquerdo o Menino, que por sua vez apresenta também na mão esquerda, uma flor semelhante à de sua Mãe.

2. A Senhora apresenta-se vestida com um manto azul e uma túnica branca. O manto cai-lhe pelas costas cobrindo-lhe também os cabelos. Segura na mão direita uma flor. No braço esquerdo segura o Menino que parece também segurar na sua mão esquerda uma flor.

3. A Senhora apresenta-se vestida com um manto azul e uma túnica branca. Tem a cabeça descoberta e o manto envolve-lhe o corpo como se de uma toga se tratasse. Segura na mão direita uma flor e no braço esquerdo, o Menino que por sua vez também apresenta uma flor na mão esquerda. Quer a Senhora quer o Menino apresentam na cabeça uma estrela de seis pontas.

4. A Senhora está vestida com um manto branco decorado de flores castanhas que lhe cai pelas costas cobrindo-lhe os cabelos. A túnica é castanha. Segura o Menino no braço esquerdo o qual segura também na mão esquerda, uma esfera encimada por uma Cruz. Quer a Senhora quer o Menino são representados coroados.

Da descrição que fazemos destes ex-Votos notemos alguns dos atributos da Senhora da Estrela: o manto azul e a túnica branca, o Menino no braço esquerdo, e a Senhora e o Menino com flores na mão. Um dos ex-Votos que descrevemos apresenta a Senhora e o Menino com uma estrela sobre a cabeça.

Da Senhora da Estrela encontramos ainda mais nove representações.

Dessas nove, duas foram talhadas em pedra de Ançã.

Nenhuma destas duas possui hoje atributos visíveis que as possam identificar claramente como Senhoras da Estrela, sendo no entanto veneradas como tal.

A primeira delas mede cerca de 30 cm de altura e pode ser datável dos inícios do século XVI (foto 5). Foi recentemente mandada restaurar pelo Sr. Rui Sequeira. Não sabemos até que ponto este restauro respeitou a policromia antiga, apresentando-se agora a Senhora com uma túnica castanha e um manto azul com bandas douradas. A túnica e o manto são decorados com flores também douradas. Um véu de cor creme cobre-lhe a cabeça e o manto cinge-lhe o corpo como se de uma toga se tratasse. A Senhora segura o Menino no braço esquerdo que levanta também a sua mão esquerda. A Mãe apresenta a perna direita ligeiramente flectida, descobrindo-se o pé direito por debaixo da túnica. A mão direita coloca-se junto ao peito o que nos leva a colocar a hipótese de esta poder, eventualmente, ser uma imagem da Senhora do Rosário adquirida para o culto da Senhora da Estrela de Marvão.



5. Imagem em "Pedra de Ançã" policromada, datável do séc. XVI

(Foto de C. Balesteros)

É provável que seja esta pequena imagem em pedra de Ançã, aquela a que se referem a tradição oral e a poesia popular, e não a outra que também em pedra de Ançã se encontra descrita por Luís Keil no Inventário Artístico do Distrito de Portalegre. ⁽¹³⁾

Parece corroborar esta hipótese, uma das lendas por nós referidas que diz que uma senhora espanhola que roubou a imagem da Senhora da Estrela, a levou em um "bauzinho". Não seria fácil transportar num bauzinho uma imagem em pedra de 70 cm de altura e cerca de 50 Kg de peso. A imagem a que a lenda se refere pode bem ser a imagem mais pequena que ocupa um volume menor e tem um peso também menor.

A documentação fotográfica de princípio do século mostra-nos esta pequena imagem dentro de um oratório de madeira policromada, do século XVIII, a encimar o trono do altar da Capela lateral da Igreja da Senhora da Estrela. No entanto, hoje em dia, presta-se culto à imagem maior e não já à mais pequena. Quando é que esta imagem se substitui ao culto da imagem mais pequena não sabemos, mas é provável que isso tenha acontecido quando esta foi levada para ser restaurada, tendo após este trabalho ficado resguardada numa das salas do Convento.

Mas a tradição oral e a poesia popular guardam o culto por uma Senhora pequenina, sendo quadra que anda vulgarmente na boca das gentes de Marvão, e de cujo autor já se perdeu o nome, aquela que reproduzimos:

Nossa Senhora d'Estrela
Senhora tão pequenina
Comadre de minha mãe
Senhora minha madrinha

Esta "*Senhora tão pequenina*" referida pela tradição, é sem dúvida aquela que nos inícios do séc. XVIII, Frei Agostinho



6. Imagem em "Pedra de Ançã" (Foto de C. Balesteros)
apresentando restos de policromia.
Escola de João de Rouen. Datável do séc. XVI.

(13) KEIL, Luís - *Inventário Artístico de Portugal*, Distrito de Portalegre, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943.

de Santa Maria descrevia com as seguintes palavras:

*“... a Senhora da Estrela, que he muyto linda. Tem dous palmos escaços; he de preciosa escultura lavrada em, pedra, e na graça soberana que mostra, está dizendo com grandes evidencias, que a obra não he humana mas Divina, porque mais parece obrada pelas mãos dos Anjos, do que pelas mãos dos homes; porque só aquelles podião expressar tão grande magestade, & soberania. Tem em os seus braços o Menino Deos, que ainda he pequenino, segundo a proporção da Imagem da Mãe Santíssima,
...”⁽¹⁴⁾*

(14) MARIA, Fr. Agostinho de Santa - *Santuário Mariano e História das Imagens milagrosas de Nossa Senhora*, Tomo terceyro, Lisboa, 1711, p. 381.

(15) *Idem.*

A imagem em pedra de Ançã a que hoje se presta culto como sendo a mais antiga imagem da Senhora da Estrela existente no Convento é, de acordo com Luís Keil,⁽¹⁵⁾ datável dos incios do séc. XVI (foto 6).

Apreenta restos de uma rica policromia onde a túnica pregueada se apresenta de cor vermelho escuro e o manto que lhe cinge o corpo em cor azul. Quer a túnica quer o manto estão decorados com bandas. A cabeça descoberta revela-nos um interessante trabalho do cabelo e da face, bem ao gosto da Renascença.

A Senhora segura o Menino no braço esquerdo que ergue para a Mãe a cara, em atitude expectante.

Luís Keil denomina esta imagem de “*Senhora com o Menino*”, e é provável que intencionalmente não a identifique como sendo uma imagem da Sra. da Estrela.

Não poderemos afirmar com rigor se nesta imagem se pretendeu ou não intencionalmente representar esta Senhora, visto faltar-lhe o antebraço direito, que a estar no seu lugar original, nos poderia provavelmente esclarecer sobre esta questão.

Certo é que esta imagem é venerada como sendo a imagem da Senhora da Estrela.

Estas duas peças, talhadas em pedra de Ançã, policromadas, e que poderão não representar necessariamente a Senhora da Estrela, mas apenas a Senhora do Rosário ou a Virgem e o Menino, parecem ser obra da famosa Escola de Coimbra demonstrando ambas as influências de João de Rouen.

Esta influência é especialmente nítida na imagem que mede 70 cm de altura e que demonstra no tratamento da face, dos

cabelos, e na decoração das vestes o trabalho da Escola deste escultor.

A imagem mais pequena recebe também a influência desta Escola, se bem que pareça ser um trabalho menos cuidado, o que se reflecte no tratamento mais simples da face e dos cabelos. De notar a decoração em folhas de rosa das vestes do Menino, muito utilizada pelos talhadores da Escola de Coimbra.

Outra das importantes imagens que fazem parte do espólio do Convento, é uma imagem em prata descrita também por Luís Keil ⁽¹⁶⁾, como sendo obra de exímio mestre do século XVI (foto 7). Outros autores fazem-na remontar ao século XVII. Mede 37 cm de altura tendo um peso em prata de cerca de 1,2 Kg. É um espantoso trabalho de perfeição e delicadeza que se afirmam na forma cuidada como foram tratadas as vestes, feições e o cabelo da Senhora. O tratamento do cabelo poderá mesmo revelar uma certa influência oriental.

É uma imagem coroada, sendo a coroa uma pequena peça móvel, também em prata.

De toda a imaginária que pudemos recolher da Senhora da Estrela, é esta a única em que a Senhora segura o Menino no braço direito bem como a única em que a Mãe oferece ao Filho uma pêra que este procura agarrar. A oferta de um fruto encontra-se frequentemente nas representações da Virgem e o Menino.

De todas as imagens que descrevemos - treze na totalidade - esta faz parte de um grupo de cinco em que a cabeça não se encontra coberta pelo manto ou por um véu.

Junto à Capela lateral ao corpo da Igreja, desenvolve-se para Noroeste, uma pequena Capela num exíguo espaço triangular, que por sua vez dá acesso, por uma escadaria, ao trono do altar da Capela lateral.

Esta pequena Capela, descrita por Frei Agostinho de Santa Maria, foi construída para aqui ser venerada a imagem da



7. Imagem de prata atribuível aos finais do séc. XVI, inícios do séc. XVII. (foto de C. Balesteros)

(16) Idem.



8. Painel de Azulejos que decora a pequena Capela que se desenvolve para Noroeste, junto da Capela lateral ao corpo da Igreja de Nossa Senhora da Estrela. Datável dos finais do séc. XVII, inícios do séc. XVIII (Foto de C.B.)

Senhora da Estrela, por ter sido neste local que, em cima de uma rocha e de acordo com a lenda, apareceu pela primeira vez a Senhora ao pastor. O autor do Santuário Mariano diz-nos o seguinte: “À ilharga desta Capella fica uma entrada estreita como porta (para a parte do Norte) aonde caberão até quatro pessoas. Dentro desta entrada fica hum grade de ferro, que terá cinco palmas de largo, que he a entrada da Capellinha da Senhora, que também corre para o Oriente. Nesta Capellinha, que se vé muyto perfeitamente adornada, & as paredes revestidas de azulejo, está collocada a Emperatriz da gloria, a Senhora da Estrella, que he muyto linda”⁽¹⁷⁾

O pano de azulejos a que se refere Frei Agostinho de Santa Maria, é provavelmente aquele que ainda hoje reveste parcialmente esta pequena Capela e que é datável dos fins do século XVII, contando-nos a lenda que envolve esta Igreja e o respectivo Convento (foto 8).

(17) MARIA, Frei Agostinho de Santa - Santuário Mariano e Historia das Imagens milagrosas de Nossa Senhora, Tomo Terceyro, Amo de 1711, p. 381.

A Senhora aqui representada está vestida com túnica e manto, que colhem a cor no azul e branco do painel de azulejos. O manto cinge-lhe o corpo e uma ponta depõe-se-lhe no braço esquerdo que também segura o Menino. O manto é decorado com estrelas de seis pontas. Esta imagem insere-se no conjunto daquelas que representam a Senhora com a cabeça descoberta, apresentando o Menino e a Senhora as cabeças envoltas em auréola luminosa.

Datáveis do século XIX, podemos ainda encontrar mais duas imagens da Senhora da Estrela que em comum representam a Senhora com estrelas como atributo.

Uma destas imagens faz parte de uma pagela que data provavelmente de finais do século XIX e da qual pudemos recolher um único exemplar. A quem rezasse uma *Salvé Rainha* diante da imagem, concedia o Cardeal Patriarca 40 dias de indulgência. É uma gravura feita na Loja de Mathias Ribeiro na Rua da Padaria n.º 17 em Lisboa (foto 9).

A Senhora apresenta-se vestida com uma túnica cingida ao corpo pela cintura. O manto cobre-lhe as costas e uma das pontas sobe até ao braço esquerdo que a prende. Neste mesmo braço segura o Menino, que se apresenta coroadado e segura na mão direita um pequeno ramo de flores.

Na mão direita, mostra a Senhora uma estrela de oito pontas. A cabeça apresenta-se tapada por um véu e coroadada. A coroa é encimada por uma pequena estrela. Esta imagem faz parte de um grupo de seis, no qual se integram os primeiros três *ex-Votos* descritos, e em que o nome da Senhora da Estrela é claramente associado à sua representação.

Nas sete imagens em que não se oferecem dúvidas quanto à identificação da Senhora são de notar alguns aspectos comuns: o uso de uma túnica branca e de um manto azul que indiferentemente cobre a cabeça ou não. A cabeça pode também apresentar-se coberta por um véu. A Senhora e o Menino podem também apresentar-se coroadados. O Menino encontra-se sempre no braço esquerdo da Mãe e como atributo a Senhora pode apresentar uma flor, ou estrelas de seis, cinco e oito pontas. O Menino apresenta também, por vezes, uma flor na mão esquerda.

A outra das imagens em que se associam à Senhora as estrelas, faz parte de uma bandeira que se encontra exposta no

APONTAMENTOS PARA HISTÓRIA DO CONVENTO
DE NOSSA SENHORA DA ESTRELA DE MARVÃO



9. Pagela representando Nossa Senhora da Estrela

(Foto de C. Balesteros)

Museu Municipal de Marvão, e que deve ter incorporado muitas vezes a procissão que, tradicionalmente em 8 de Setembro percorre a Vila desde o Convento que se localiza extra-muros (foto 10).

A bandeira encontra-se em razoável estado de conservação desenvolvendo-se num suporte de brocado de cor creme. No centro da bandeira está pintada a óleo, a imagem da Senhora.

A túnica é de cor rosa velho e o manto, azul, decorados ambos com estrelas. Cobre-Lhe a cabeça um véu azul claro, e encimando a cabeça uma coroa. Coroado está também o Menino que se encontra no braço esquerdo da Mãe.

As imagens são envolvidas por um fundo azul que vai aclarando para o interior e que por sua vez se encontra delimitado por uma cercadura ovalada de galão decorado a fio de ouro.

Pensamos ser fiável a representação da Senhora da Estrela que esta bandeira apresenta.

A imagem que actualmente recebe a honra de ocupar o trono do altar da Capela lateral da Igreja, é uma imagem de fábrica recente, que foi adquirida pelo Senhor Manuel Vivas, então Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Marvão.

Conta o Senhor Joaquim Vidal, que na primeira vez em que o padre saiu com esta imagem na procissão, substituindo-a portanto à pequenina Senhora de pedra de Ançã, o povo se revoltou, organizando uma procissão paralela e transportando nos braços, certamente com um carinho especial, o pequenino orago a quem a tradição dedica quadras e cantigas de beleza singela.

A fotografia que apresentamos mostra a imagem actual, preparada para integrar a procissão e decorada com parte das ofertas em ouro que Lhe têm sido dirigidas (foto 11). O andor mostra o pagamento de uma promessa de 1000 cravos, na festa



10. Bandeira processional do Convento de Nossa Senhora da Estrela. Atribuível aos finais do séc. XVIII, inícios do séc. XIX.
(Foto de C. Balesteros)

do ano de 1990.

Também de fábrica recente, é a imagem da Senhora da Estrela, que no azulejo, decora a fachada principal da casa do falecido Senhor Jerónimo Oliveira (foto 12). Esta casa, que hoje se encontra em venda, localiza-se no sítio da Portagem.

As cores do azulejo são o azul e o branco. A Senhora é representada com uma túnica e manto decorados com flores. O manto cobre-lhe a cabeça também coroada. A encimar a coroa encontramos uma estrela de cinco pontas. A túnica tem uma banda larga decorada com flores.

A Senhora segura no braço esquerdo o Menino, o qual à semelhança da Mãe, se encontra coroado.

O braço direito da Senhora descansa no regaço.

Estas imagens fazem parte do grupo de sete em que a Senhora se encontra claramente identificada.

Muito semelhante a esta é a imagem, também em azulejo, que decora a fachada poente da Residência Rita e Júlio Bengala em Santo António das Areias (foto 13).

Depois de analisada a iconografia hoje conhecida da Senhora da Estrela de Marvão, pensamos poder afirmar o seguinte: nada nos garante que os talhadores das imagens em pedra de Ançã tenham procurado representar intencionalmente a Senhora da Estrela.

A imagem mais pequena poderá ter sido apenas uma Senhora do Rosário enquanto que a imagem maior poderá ter sido apenas a representação da Virgem e o Menino.

Mesmo a imagem de prata que Luís Keil ⁽¹⁸⁾ identifica como representando a Senhora da Estrela, é também antes de mais uma representação da Virgem e o Menino.

Assim, em nenhuma destas imagens datáveis dos séculos XVI/XVII existe uma identificação clara de atributos específicos da Senhora da Estrela.



11. Actual imagem de Nossa Senhora da Estrela de Marvão. Festa de 1990 (Foto de C. Balesteros)

(18) KEIL, Luís - *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Portalegre*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943.

É no painel de azulejos do século XVII, que vamos encontrar uma identificação da Senhora representada, sobre a qual, a inscrição em latim nos elucidada. Podemos assim afirmar que um dos atributos da Senhora da Estrela é sem dúvida o juntar-se à Sua imagem a representação de estrelas.

Outra das representações sobre a qual não temos dúvidas tratar-se desta Senhora, é aquela que integra a bandeira proveniente da Igreja do Convento e que também representa a Senhora com as vestes decoradas com estrelas. Sendo uma bandeira processional, proveniente da Igreja do Convento, é natural que a imagem nela representada seja de facto uma reprodução fiel da padroeira do Concelho de Marvão, e não uma qualquer representação da Virgem.

É de notar a semelhança entre a Senhora representada na bandeira e a imagem pequena de pedra de Ançã.

Em ambas é semelhante a postura das vestes. O braço direito encontra-se em ambas igualmente apoiado no regaço.

O Menino, que a Mãe segura no braço esquerdo, ergue a sua mão esquerda. Em ambas as imagens a cabeça da Senhora está velada por um véu. Na imagem da bandeira as vestes da Senhora são decoradas com estrelas. Na imagem mais pequena em pedra de Ançã, a Senhora apresenta as vestes decoradas com flores. No entanto nada nos garante que estas não tivessem sido estrelas transformadas em flores pelo recente trabalho de restauro.

Mas as flores são também um possível atributo da Senhora da Estrela. Três dos quatro ex-Votos por nós descritos, apresentam a Senhora e o Menino segurando flores na mão. Estas flores parecem-nos lírios, mas nem em todas as imagens temos possibilidades de as identificar como tal.

Em quase todas as representações da Senhora da Estrela em que é utilizada a cor, verificamos que a túnica é branca e o manto azul, sendo ou não ambos decorados com estrelas.



12. Azulejo que decora a fachada da Casa do falecido Sr. Jerónimo Oliveira na Portagem. Fábrica recente.

(Foto de C. Balesteros)

Na imagem pequena de pedra da Anã, a túnica da Senhora é hoje de cor castanha, à semelhança da túnica da Senhora representada no quarto ex-Voto que descrevemos, e no qual o manto se apresenta em branco, decorado com flores castanhas.

No terceiro dos ex-Votos por nós descritos encontramos vários atributos da Senhora da Estrela: a túnica branca, o manto azul, o lírio nas mãos da Senhora e do Menino, bem como uma estrela a encimar a cabeça de cada um.

Três outras imagens em que parece não haver dúvida, tratar-se de representação intencional da Senhora da Estrela, são as que integram a pagela que já descrevemos, o azulejo da frontaria da casa do Senhor Jerónimo Oliveira, na Portagem, e o azulejo da fachada virada a poente da Residência Rita e Júlio Bengala em Santo António das Areias.

A todas estas imagens é associada a representação de estrelas, cujo número de pontas é variável. No caso da pagela a Senhora é representada em ascensão, o que a distingue de todas as outras representações da Senhora da Estrela de Marvão conhecidas.

Parece-nos assim, poder afirmar que a Senhora da Estrela de Marvão é geralmente representada com a túnica em branco e o manto em azul. Como atributos a Senhora pode apresentar estrelas na mão, nas vestes ou na cabeça.

Nas vestes e na mão direita pode também apresentar flores. A sua imagem pode também ser coroada.

O Menino que geralmente se segura no braço esquerdo da Mãe, pode também à Sua semelhança, apresentar flores na mão esquerda, estar coroado, ou ter uma pequena estrela na cabeça.



13. Azulejo que decora a fachada poente da residência Rita e Júlio Bengala em Sto. António das Areias. Fábrica recente. (Foto de C. Balesteros)

A SENHORA DA ESTRELA NO SANTUÁRIO MARIANO

O antigo Convento de Franciscanos de Marvão não é o único que tem por orago Nossa Senhora da Estrela.

Frei Agostinho de Santa Maria, no Santuário Mariano, aponta-nos a existência de pelo menos onze locais que prestam culto a esta Senhora. Interessante é verificar que estes locais se situam maioritariamente na zona Norte e Centro do país. Verificamos também existirem atributos semelhantes nas várias imagens que o autor descreve.

Semelhante é também o trabalho da pena do autor quando por vezes adjectiva as imagens que refere.

Sobre as imagens de Nossa Senhora da Estrela que inventariou, diz-nos Frei Agostinho de Santa Maria o seguinte:

- Nossa Senhora do Lugar de Val do Souto - Villa de Souto (Viseu)

“He esta Santíssima Imagem de escultura formada em pedra. A sua estrutura são tres palmos, sobre seus braços tem ao doce fruto de seu purissimo ventre, he todo encarnado, & o rosto, & as mãos da Senhora, & as roupas de seu vestido são pintadas ao antigo com perfis, & flores de ouro”.

Tom V, p. 520

- Nossa Senhora da Estrella ou da Abadia - Boydobra (Covilhã) .

Sobre esta Senhora diz-nos o autor que o Seu nome pode ser relacionado com o nome da Serra da Estrela. Na descrição da imagem adianta poucas informações.

Tom IV, p. 515

- Nossa Senhora da Villa da Redinha (Pombal)

“He esta Santissima Imagem formada em pedra de anção, de altura de quatro palmos & meyo, fora apeanha, que he lavrada na mesma pedra, em que está formada a Senhora, na mesma peanha se vé hum escudo de armas dos Sosas (...)

Tem a Senhora huma coroa da mesma pedra & em cima

hua de prata & o Menino tem outra: Está a Senhora offerecendo ao Santissimo Menino o peyto, que o tem sobre o braço esquerdo, & com a sua mão direyta lho oferece toda inclinada para elle o qual com mostras de se querer aproveitar, está com a mãozinha pegando nelle com grande ancia. Tem uma toalha de velilho de prata, que lhe está ricamente, & hum manto de tela, & tem hum cortinado de damasco carmesim franjado de ouro, & guarnecido de passamares de ouro, & está fechada com vidraças”.

Tom IV, p. 483

- Nossa Senhora da Estrela do Convento de Santa Clara de Coimbra.

O autor do Santuário Mariano diz-nos que neste Convento havia duas imagens da Senhora que não tinham título, sendo uma delas de pedra. Como as imagens não tinham título, os Frades e os estudantes provenientes da Beira intitularam-nas de Senhora da Estrela.

- Nossa Senhora da Estrella do lugar de São Payo (Gouveia)

Sobre esta Senhora, informa-nos o autor, que o nome de “*Estrella*” lhe provem da proximidade deste local em relação à Serra do mesmo nome.

- Nossa Senhora da Estrella do Collegio dos Bentos (Campolide)

Neste Colégio existem três imagens da Senhora da Estrela. Uma delas é um quadro pintado e a Senhora é descrita da seguinte forma:

“... tem em a mão direyta huma estrella, & sobre o braço esquerdo o Sol de Justiça Seu Santissimo Filho Jesus Menino (...). Vesse a Senhora sobre hum trono de serafins acompanhada de outras que estão cantando”.

A segunda imagem é uma escultura de madeira:

“... outra Imagem de vulto de escultura de madeyra estofada, em pé, com o Santissimo Filho Menino sobre o braço esquerdo, & na mão huma estrella de prata dourada grande...”

Outra das três imagens é também uma escultura mas em cerâmica:

“He esta Sagrada Imagem formada em barro, mas de tão admirável escultura, & de tão primorosa mão, que parece senão póde obrar pela mão dos homens, cousa que exceda: está ricamente estofada com coroa de prata na cabeça, na mão direyta a estrella, & sobre o braço esquerdo hum muyto bello & rico Menino.

Tomo VII, pp. 21, 22, 23

- Nossa Senhora da Estrella (Abrantes)

“...de escultura de madeyra, & tão pequena que não passa de dous palmos; está com o Santissimo Filho muyto chegado a si, & não dá lugar a que este se possa adornar com vestidos, & só se lhe põe hum manto, & huma coroa de prata; vesse a Senhora com o rosto inclinado para o Santissimo Filho, que tem sentado sobre o braço direyto; mas em tal forma, que assim a Senhora como o Santissimo Menino igualmente estão olhando para o povo, como quem lhe está dizendo, que ella he a Estrella do melhor Norte...”

Tomo VII, p. 344

- Nossa Senhora da Estrella do mar (Tesouro da Casa de Bragança)

Esta imagem é uma pintura da qual o autor faz a seguinte descrição:

“... com o Santissimo Filho sobre o braço esquerdo, o qual se vê com o globo do mundo na mão esquerda; & a Senhora tem dous Anjos, que a estão coroados com huma coroa preciosa imperial, & fechada (...) tem na testa huã estrella, (...) aos lados tem outros dous Anjos que lhe fazem companhia; tem a Senhora na mão direyta hu crio aceso, & infiado nelle hu navio, em significação de que aquella luz guia todos os perigos do mar (...).

Tomo VIII, P. 177.

- Nossa Senhora da Estrella do Monte Minhoto - Cernache do Bom Jardim (Certã)

“ A Imagem da Senhora da Estrella está collocada no Altar mór; he de pedra, & a sua estatura são dous palmos, & quatro dedos, he de tam soberana, & perfeyta escultura, que se julga ser obrada pelas mãos dos Anjos. Tem o Menino Deos em

seus braços, & elle está pegando com huma mão no bico do peyto da Senhora, & com tanta graça, que causa muita devoção, nos que com atenção o reparão”.

Tomo III, p. 428

Deste Inventário das Senhoras da Estrela referidas no Santuário Mariano, faz ainda parte a Senhora da Estrela do Convento de Belém, e a Senhora da Estrela de Marvão cuja descrição oportunamente apresentámos.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal, Tomo I*, Coimbra, 1910.

COELHO, Possidónio Laranjo - *Terras de Odiana*, Edição das Câmaras Municipais de Marvão e Castelo de Vide, Odivelas, 1988.

COELHO, Possidónio Laranjo - *Marvão (Elucidário breve de uma visita a esta vila)*, 3ª ed., 1988.

ESPERANÇA, Fr. Manuel da - *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*, Tomo I, Craesbech de Melo, Lisboa, 1659.

KEIL, Luís - *Inventário Artístico de Portugal*, Distrito de Portalegre, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943.

LOPES, Pe. Fernando Felix - *Franciscanos*, in “Dicionário de História de Portugal”, direcção de Joel Senão, vol. III, Livraria Figueirinhas, Porto, 1984.

MARIA, Fr. Agostinho de Santa - *Santuário Mariano e História das Images milagrosas de Nossa Senhora*, Tomo Terceyro, Lisboa, 1711.

SOLEDADE, Fr. Fernando da - *História Seráfica da Ordem de S. Francisco*, Parte III, Lisboa, 1735.

A LÁPIDE ÁRABE DA SERRA DE S. MAMEDE

António José de Sousa Caria Mendes
Artur Goulart de Melo Borges

1. - A DESCOBERTA

Divulgámos, durante o I Encontro de Arqueologia do Nordeste Alentejano, a descoberta de uma estação arqueológica no Pinoco da Serra de S. Mamede.

Atribuímos então ao achado, com base nas características do material de superfície recolhido e numa primeira abordagem, uma datação correspondente ao período da dominação romana ou proto-cristã peninsular.

Encontámos, posteriormente, dois fragmentos de mármore branco dos quais, um seria um pequeno pedaço de uma placa de revestimento mural e o segundo, possivelmente, parte de um gonzo de uma porta.

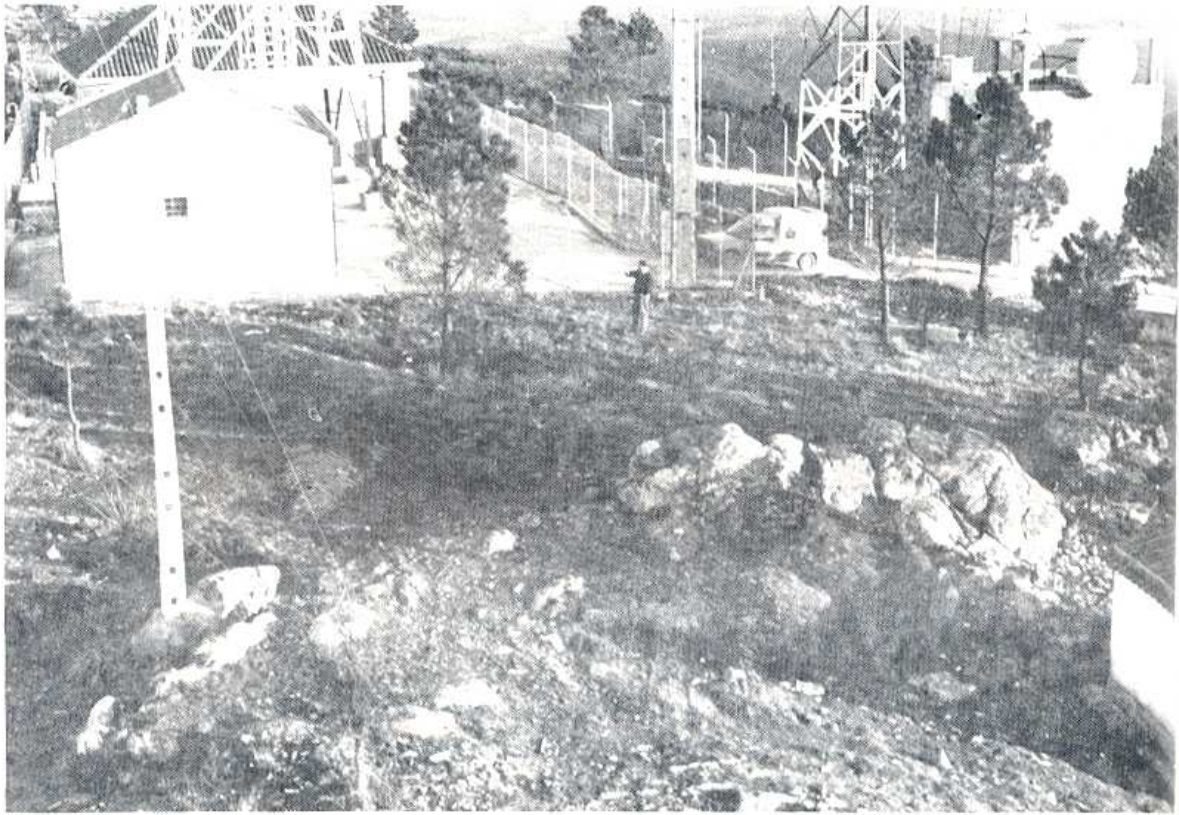
Vivamente interessados pela estação, fomos na Primavera de 1989, acompanhados pelo Dr. Jorge Oliveira e pela Dr.^a. Carmen Balesteros, proceder ao reconhecimento do local.

Nessa ocasião o Dr. Jorge Oliveira encontrou, entre umas fráguas existentes no local, um novo fragmento do mármore que nos entregou.

No mesmo dia procedemos à sua limpeza e verificámos a existência de uma inscrição árabe em caracteres cúficos muito delida.

Do facto demos imediato conhecimento ao dr. Jorge Oliveira a quem entregámos o fragmento de lápide para que fosse

**A LÁPIDE ÁRABE DA
SERRA DE S. MAMEDE**



1. Serra de S. Mamede - Local de recolha da inscrição.

(Foto de A. J. Caria Mendes)

estudado em Évora acordando, então a sua oferta posterior ao Museu Municipal de Marvão, onde se encontra exposta na secção de Epigrafia.

Ficou a dever-se ao Dr. Artur Goulart de Melo Borges, arabista e Conservador do Museu de Évora o seu estudo epigráfico.

2. - LOCALIZAÇÃO

A estação arqueológica do Pinoco de São Mamede situa-se a cerca de 40 metros a Este-Sudeste do Vértice Geodésico de 1ª Ordem que assinala o ponto mais elevado do território nacional a Sul do Rio Tejo, num pequeno planalto cuja cota média é de 1020 metros de altitude e encima a Serra de S. Mamede. Junto situam-se as antenas dos serviços da TELECOM e da RTP bem como o posto de vigia de incêndios dos Serviços Florestais.



2. Serra de S. Mamede - Local de recolha da inscrição visto de um outro ângulo (Foto de A. J. Caria Mendes)

O acesso ao local (S. Mamede) encontra-se referenciado a partir da E.N. 246-2 que se dirige do cruzamento junto à Quinta dos Cantarinhos para S. Julião e Porto da Espada.

A lápide foi encontrada entre as fráguas que se situam a cerca de 25 metros a Nordeste da área da estação arqueológica.

Geologicamente, o local é constituído por ortognaisses graníticos, alcalinos, biotíticos, derivados de granitos porfiróides de grão fino, orientando-se sensivelmente na direcção Noroeste-Sudoeste.

O Pinoco de S. Mamede possui as seguintes coordenadas hectométricas de Gauss obtidas a partir da Carta Militar de Portugal à escala de 1/25000, folha nº 348, N 665 608, ou X = 266,5 e Y = 260, 8.

3. - DESCRIÇÃO

O fragmento da lápide árabe apresenta uma forma poligonal irregular devido à fragmentação, cujo comprimento máximo é de 20 cm e a espessura constante mede 2,5 cm.

Talhada em mármore branco apresenta uma textura granulométrica fina.

Apresenta-se muito desgastada pela erosão pelo que a sua inscrição apenas pode ser apercebida com a utilização da luz rasante.

No campo epigráfico existem seis linhas dispostas regularmente.

O fragmento de lápide com inscrição árabe encontrado recentemente no alto da serra de São Mamede (Portalegre) tem uma importância significativa no conjunto lapidar muçulmano existente em Portugal, não tanto pela epigrafia em si, praticamente ilegível, mas pela sua localização.

Existem no nosso País cerca de seis dezenas de lápides com inscrições árabes⁽¹⁾ e, da maioria delas, conhece-se a origem ou o sítio em que foram encontradas. Verifica-se que aparecem em povoados, geralmente como material de construção reaproveitado, mas sempre em possível relação com um cemitério mulçumano ou um edifício num aglomerado habitacional. Esta lápide pelo contrário, é a única encontrada num local tão isolado e montanhoso como é o alto da serra.

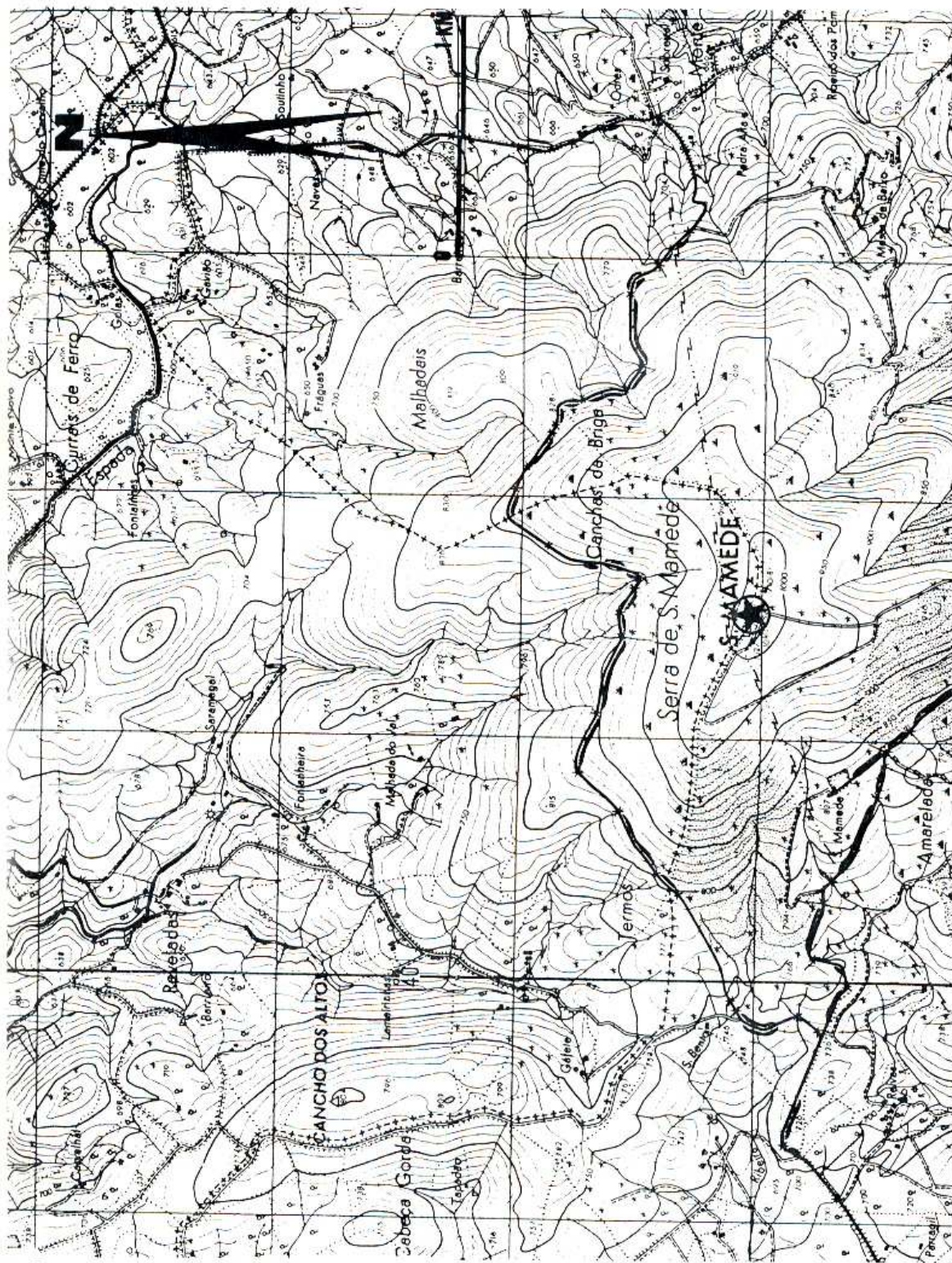
Deste facto podem ser tiradas algumas ilações que, infelizmente para já, não podem ser corroboradas pela epigrafia. Na verdade, uma deterioração muito profunda da superfície da lápide não permite identificar mais que o número de linhas, e uma ou duas palavras e letras isoladas.

O fragmento é totalmente preenchido pelo campo epigráfico de seis linhas com uma escrita incisa, em cúfico simples e uma paginação bastante regular. O nome **Allah** na primeira linha, integrando o que parece ser a **basmala**, dá-nos indicação do início da inscrição, levando a concluir que este fragmento deve conter a parte superior do campo epigráfico.

O tipo de escrita incisa, com um certo carácter de espontaneidade, e a forma da letra são frequentes na epigrafia

(1) BORGES, Artur Goulart de Melo, "Panorâmica da epigrafia árabe em Portugal", *Actas do Encontro de Estudos: "O Legado Cultural do Médio Oriente em Portugal (Judeus e Mouros)"* Lisboa, UNL, 1989 (em publicação).

A LÁPIDE ÁRABE DA
SERRA DE S. MAMEDE



★ Local de recolha da lápide Árabe de S. Mamede

desta zona peninsular sobretudo entre meados do século XI e o séc. XIII.

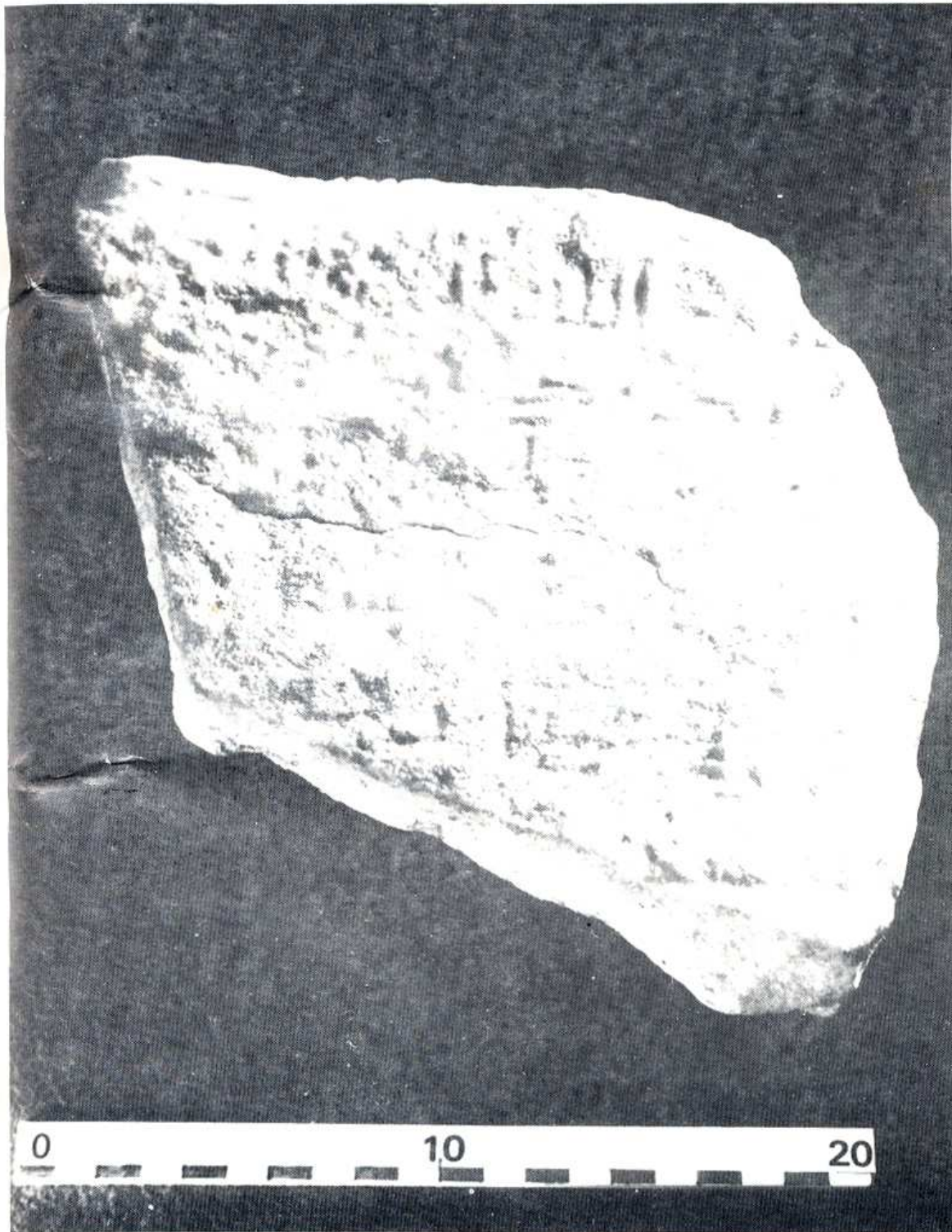
Uma das hipóteses que o aparecimento desta lápide provoca, prende-se com a tentativa de explicar o porquê da existência de uma lápide em tal sítio. Sabemos que, com a instabilidade criada desde o final da dominação almorávida, a formação de pequenos reinos independentes - as segundas Taifas - e a consequente flexibilidade de fronteiras, aumentou a necessidade de vigilância com a apropriação de locais altos para instalação de "ribats" a permitir uma extensa visibilidade e inclusive uma sinalização apropriada.

É igualmente a partir da mesma altura que se dá o grande incremento do sufismo, com o aparecimento inclusive de uma corrente místico-cavaleiresca dirigida por Ibn Qasi que agregará numerosos adeptos e provocará uma série de transformações políticas no ocidente do Andaluz⁽²⁾. À fuga da vida mundana e busca do ascetismo que levava os sufis a procurar sítios ermos para uma prática devocional de acordo com a sua doutrina, junta-se por vezes a necessidade de vigilância e defesa militar, coisas aliás indissociáveis para qualquer fiel muçulmano com o dever da "guerra santa" contra um inimigo comum. Assim sendo, estes "ribats" reduzem-se por vezes a uma torre de vigia (atalaia) e/ou um oratório - lugar de oração e posto avançado de vigilância.⁽³⁾

Referir-se-á esta inscrição da serra de São Mamede à construção de um desses "ribats", ou será a memória funerária de um santo asceta ou de algum dos seus discípulos? São apenas hipóteses, entre outras possíveis, para as quais talvez a arqueologia possa vir a encontrar confirmação. Em qualquer dos casos, esta lápide assume uma importância relevante pelo simples facto de manifestar a ocupação e utilização efectiva deste lugar na época muçulmana.

(2) **IBN AL-ABBAR**, *Al-Hullas as-Siyarâ*, ed. H. Mones, Cairo, 1963-64, (tradução em Lopes, David, *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano*, in Boletim da Segunda Classe, III, 1909-1910, pp 331-340); **IBN AL-KHATIB**, *Amal al-A'mal*, (Trad. em Lopes, op. cit. pp 341-347, 362-368); **DOMINGUES**, J.D. Garcia, *História Lusó-Árabe*, Lisboa, Pro Domo, 1945; **GOODRICH**, David Raimond, *A Suffi Revolt in Portugal: Ibn Qasi and his Kitab Khal' al-Na'layn*, (Ph.D.), Columbia University, 1978

(3) **BORGES**, Artur Goulart de Melo, "As «kubbas» alentejanas", *I Congresso sobre o Alentejo*, I, Évora, 1985, pp 198-203



3. Inscrição árabe encontrada no topo da Serra de S. Mamede

Foto de M. Ribeiro

RITOS DE PASSAGEM NO NORDESTE DE SÃO MAMEDE

Concelho de Marvão

João Nunes Vidal

O Homem Marvanejo tem na verdade as suas raízes na terra em que nasceu, terra que lhe serve de mestra e que lhe proporciona o conhecimento exacto da natureza. É esta terra de Marvão que lhe molda a personalidade, que lhe ensina a actividade, que lhe fornece até as palavras que pronuncia.

Há pois entre o homem e a terra uma cadeia de relações que lhe molda a alma, a maneira de ser e de sentir... enfim a sua própria cultura etnográfica que, se for definida como o prof. Edward Tylor é *“esse todo complexo que inclui os acontecimentos, a fé, a arte, a moral, a lei, os costumes, bem como todas as outras faculdades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”*.

A cultura popular do concelho de Marvão é acima de tudo uma linguagem que lhe serve de expressão, filha do conhecimento terreno, espiritual, biológico, histórico e social. Linguagem pura e generosa que nos revela os velhos contos e lendas tradicionais, as décimas populares, as quadras harmoniosas, os provérbios, as orações, as adivinhas, as sentenças... a música para dançar, louvar, folgar e trabalhar... a arte das mãos rudes e calejadas que trabalham a madeira, o ferro ou a cortiça ou apenas com uma agulha fazem trabalhos notáveis.

No entanto, a cultura do povo do Concelho de Marvão, não foge à regra do que na realidade se passa em todo o País. Tem sofrido o embate destruidor da cultura das cidades e a forma em

que melhor se moldava a alma das populações rurais vai desaparecendo quase na totalidade, face ao progresso materialista que nada respeita. O tempo em que vivemos bem pode ser classificado como a “*época do nomadismo*”, pela indiferença com que o homem se desloca de lugar para lugar sem criar laços de amizade pelo recanto humilde e familiar em que nasceu, cresceu e formou a sua personalidade. Assim se perde a continuidade da cadeia que unia a alma das populações rurais.

Sem fidelidade à terra em que se nasce não pode haver continuidade histórica, nem tão pouco riqueza espiritual.

“Todo o ser vivo” - diz Barrés - “nasce duma raça, dum solo, duma atmosfera e o génio não se manifesta como tal senão quando depende estreitamente da terra e dos mortos”.

É pois, obedecendo à tradição que resulta a grandiosidade, a estabilidade, a força e o carácter do povo do Concelho de Marvão.

É por isso urgente regressar à tradição, regressando ao seio amoroso da terra-mãe, evocando, pelo menos, tradições já perdidas ou em vias de extinção, pois será duvidoso caminhar para o futuro sem fincar os pés no passado e na tradição.

Por tudo isto, este trabalho relacionado com os “**Ritos de Passagem no Concelho de Marvão**” outro objectivo não tem do que evocar usanças e costumes quase todos desaparecidos, mas que fazem parte da nossa herança colectiva e que estiveram na alma de todos os marvanenses.

A MULHER GRÁVIDA

A mulher grávida tem de seguir certos “*preceitos*” para que a criança que vai nascer não venha marcada com “*defeitos e sinais*”.

Preceitos - rituais, práticas.

Por tal motivo a mulher grávida não deve trazer no “*arregaço*” ou nos bolsos do avental certos objectos que por si só marcarão a criança que está para nascer:

- Se traz uma chave a criança pode nascer com o lábio rachado.

- Se traz um terço ou qualquer fio a criança nasce marcada nas costas.

- Se traz um lenço a criança pode nascer muda.
- À mulher grávida deve dar-se tudo o que pedir e que lhe apeteça para que **“não venha a botar a criança”**.
- A mulher grávida não pode ser madrinha para que não morra o filho e o afilhado.
- A mulher grávida deve ir a festas, bailes e romarias para que a criança venha a ser pessoa alegre e **“lavutadora”**.
- A mulher grávida não pode transitar por caminhos com **“cruzilhadas”** onde normalmente aparecem as **“bruxas”** e os **“lobisomens”** para que não venham a chupar o sangue do menino.
- A mulher grávida, quando se avizinha o parto não deve assistir a funerais por causa dos **“espíritos maus”** que podem atacar a criança.
- A mulher grávida, nos últimos tempos da gravidez, deve beber vinho e comer bacalhau para que venha a ter muito leite para amamentar a criança, mas não deve beber café para que a criança não venha a ser nervosa.
- Se a criança chorar no ventre da mãe é sinal de que virá a ser **“pessoa de virtude”**... por exemplo santo ou curandeiro e nascerá com um sinal nas costas - uma cruz por exemplo. Porém a mãe não pode revelar a ninguém que ouviu a criança chorar no seu ventre para que não perca a virtude.

Botar a criança - abortar

Lavutadora - pessoa sociável

O PARTO

Chegada a hora do nascimento da criança, o que a mulher naturalmente pressente, logo o marido, algum familiar ou amigo se apressa a chamar a **“aparadeira”**, parteira curiosa da povoação que efectua todos os actos necessários ao nascimento da criança e de que ela é bem conhecedora.

De referir aqui a Tia Antónia Emília, da Portagem, das mais conhecidas e competentes da primeira metade do século actual.

A **“aparadeira”**, providenciava então para que fosse aquecida água em abundância para lavar a criança e a mãe. É a **“aparadeira”** que veste as primeiras roupas à criança e que a mãe foi preparando durante a gravidez:

- Os cueiros de flanela, com bordados, ou então de *"casteleta"* com barras de *"fitilho"* ou *"ponto marca"*.

Ponto marca - ponto de cruz

- Os paninhos de tecido branco por vezes bordados e com rendas.

- A *"touca"* com laços e fitas.

- Um pano de linho para servir de *"penso"* ao umbigo.

- Um cinto de pano com trançadeira para segurar cueiros e paninhos.

- Uma camisa de linho com bordados.

A tesoura com que foi cortada a *"umbigueira"* da criança será guardada para que, quando ela for crescida, corte a porção de umbigo que então caíu e que foi guardada num frasco de vidro para os ratos a não comerem. Com este facto pretende-se que a criança venha ser pessoa adulta muito habilidosa.

Parcelras - placenta

A parturiente para se livrar das *"parceiras"* deve soprar numa garrafa de vidro. As parceiras devem ser enterradas num lugar húmido para que a mãe venha a ter leite em abundância. Porém nunca devem ser enterradas perto das raízes das parreiras para que a criança não venha a ser bêbeda.

A primeira água que lavou a criança é bom remédio para quem tem *"pano"* (manchas) na cara... quem se lavar com ela perde as sardas.

Pessoas das relações - pessoas amigas

Familiares, vizinhos, pessoas das relações vão então fazer a visita à mãe e à criança... oferecem o açúcar, chá, chocolate, arroz, etc... e são *"obsequiados"* com cacau quente, fatias de ovo, queijo, *"carne de fumo"*. Porém quando chegarem junto da mãe e da criança devem dizer: - *"valha-te Deus mais o teu braçado"*.

Carne de fumo - Carnes de porco, do fumeiro (chouriço, lombos, paios, etc...)

Durante trinta dias a mãe tem de andar com um lenço atado à cabeça, não pode lavar roupa, nem fazer grandes esforços... diz-se que está de *"regimento"*.

- Se a criança nascer num domingo, pode vir a ser padre ou freira.

- Se nascer numa segunda-feira, será professor ou doutor.

- Se nascer numa quarta-feira será cavador ou lavrador.

- Se nascer numa quinta-feira será ferreiro ou costureira.

- Se nascer numa terça ou sexta-feira, não é bom, porque são dias de bruxas.

- Se nascer no dia de Camões será poeta.



1. Mãe e filhos 1912

- Se nascer pelo Natal será santo ou santa.
- Se nascer pelo São João será pastor.
- Se nascer no dia 3 de Maio irá ao Brasil e será marinheiro.

Quando uma menina nasce "*de rabo*" nunca poderá vir a ser mãe

A CRIANÇA

Quando a mãe está a amamentar a criança não pode beber nada. Se por acaso se esquece e bebe com ela ao peito tem logo que a levar a mamar a outra mãe que tenha também tido criança há pouco tempo. Se assim não fizer a criança pode vir a sofrer do "*mal da gota*".

Sempre que a mãe veste a criança deve benzer-lhe a roupa: "*em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo*".

Ao lavarem-se os cueirinhos não se devem torcer, para a criança não sofrer dores.

A água de lavar a criança atira-se para detrás da porta para ela não vir a ser amuada, ou então atira-se por uma parede acima para ser boa subidora.

Se a criança em pequena andar com as mãos fechadas será "*agarrada*" e se andar com elas abertas será "*liberal*".

As unhas da criança, antes de ela falar, devem ser cortadas com os dentes, nunca com uma tesoura, para ela não perder a fala.

É mau pregar um botão na roupa da criança, com ela vestida. Toda a mãe que o fizer tem que dizer três vezes: "*eu te coso, ponto furricoso. Eu a coser, o menino a crescer, o ponto a apodrecer e o Senhor tudo pode fazer*".

Quando se vai com uma criança para o ar da noite, leva-se uma codêa de pão e ao entrar de novo em casa atira-se para atrás das costas e diz-se: "*luar, luar, deixa o menino que está por acabar de criar*".

Se nascerem cedo os dentes à criança, cedo a mãe terá outra: "*quem cedo adenta, cedo aparenta*".

Quem quiser que a criança comece a andar depressa não lhe mata o primeiro piolho que lhe encontrar, antes o põe a caminhar.

Agarrada - pouco afável,
pouco dada
Liberal - afável, participativa



2. Prato branco e candela para benzeduras

Não se pode passar a criança por cima de uma mesa de um para o outro lado, para não vir a sofrer de dores nas costas.

As crianças são normalmente deitadas em berços de madeira, com embaladeiras e quase sempre de fabrico artesanal... muitas vezes um “*canastrão*” de madeira de castanho, pode servir para o efeito... e a mãe canta cantigas de embalar:

Canastrão - cesto comprido de madeira de castincheira, feito pelos canasteiros.

Tira-te daí papão,
De cima desse telhado,
Deixa dormir o menino,
Um soninho descansado.

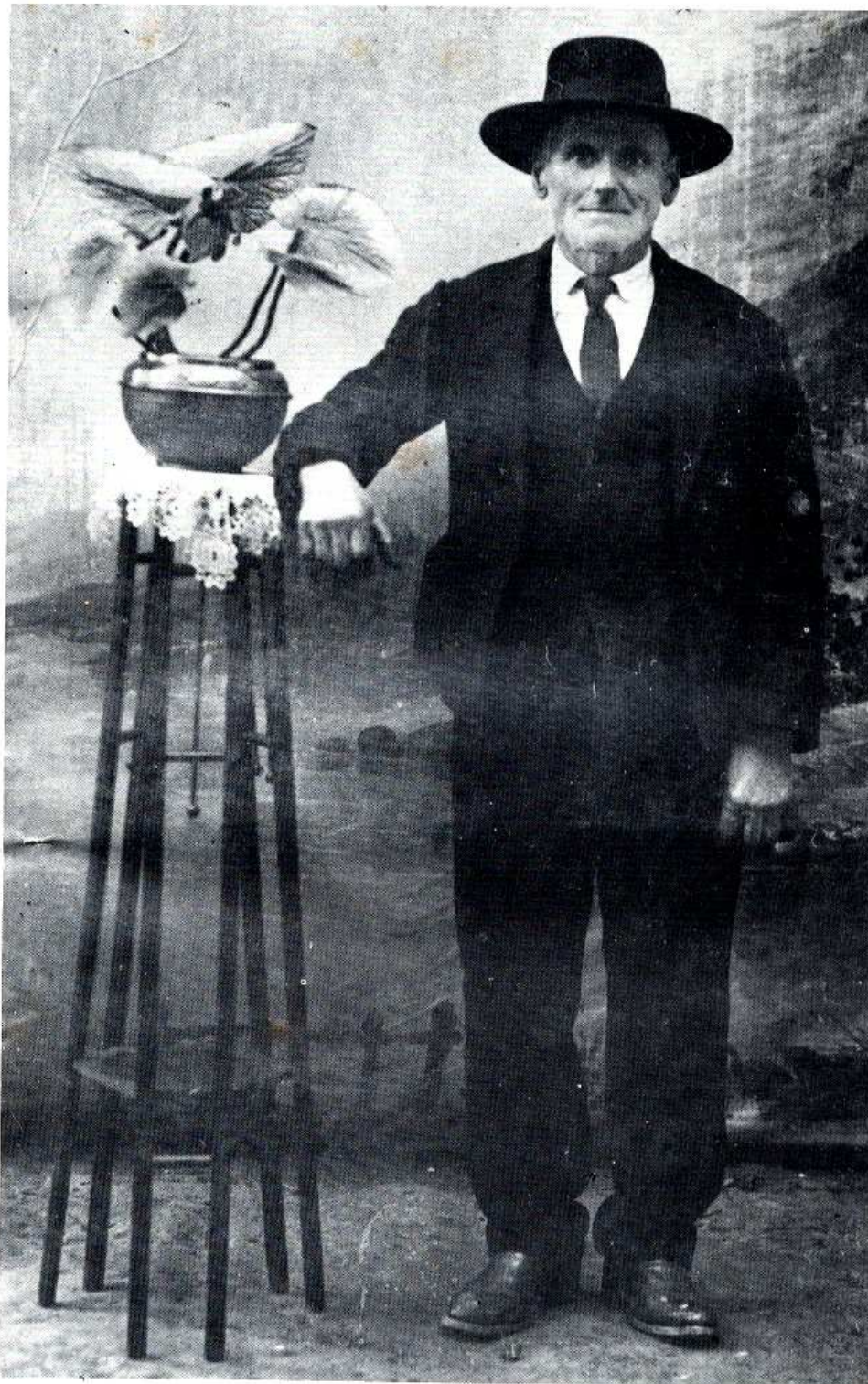
O meu menino tem sono,
O sono não lhe quer vir,
Venham os anjos do céu,
Ajudá-lo a dormir.

Não cantes mais cotovia,
Deixa a baga do loureiro,
Deixa dormir o menino,
Que está no sono primeiro.

Quando a criança tem “*prisão de ventre*”, então há que aparar um talo de couve, embebê-lo em azeite e introduzi-lo no “*rabo*” da criança. Se a criança se queixar de “*dores no ventre*” fricciona-se-lhe a barriga com azeite virgem.

Se a criança for apanhada pelo “*mau olhado*” ou pelo “*quebranto*” há que levá-la a uma benzedeira para que faça as “*rezas*” necessárias para afastar o enguiço:

*“Deus é Verbo... e o Verbo é Deus
Deus te remiu, Deus te criou,
Deus te livre
De quem para ti olhou...
Em nome do Pai, do Filho e do
Espírito Santo,
Virgem do Pranto,
Tirai-lhe este quebranto”*



3. Padrinho de Baptizado - 1908

Para afugentar os maus olhados, a criança traz escondida, no interior da roupa uma pequena bolsa onde está uma figa, um “*sino-saimão*” e uma meia-lua.

Quando o quebranto era provocado pela lua, originando dores de cabeça, então a reza era a seguinte:

*“Lua que por aqui passaste
A cor do menino levaste
E a tua deixaste...
Tu voltarás a passar,
A cor do menino deixarás
e a tua levarás.
Em nome do Pai, do Filho
e do Espírito Santo,
Virgem do Pranto
Tirai-lhe este quebranto”*

Depois das benzeduras rezam-se três Avé Marias e três Pai Nossos. Em seguida, deita-se num prato branco com água, três pingos de azeite da candeia. Se não houver quebranto o azeite não se dissolverá na água, mas se houver quebranto o azeite espalha-se, formando desenhos, onde a benzedeira vê a figura da pessoa que originou o quebranto.

Quando a criança começa a mudar os dentes, pega no que cair, atira-o para o sítio onde as galinhas o não comam e diz: “*um dente fora e outro melhorando na cova*” ou então atira-o para a borralheira da chaminé e diz: “*dentinho, dentão-toma para lá um pôdre e dá pr’a cá um são*”.

Bichas - lombrigas

Se a criança sofre de “*bichas*” põe-se-lhe um rosário de alhos ao pescoço e esfrega-se-lhe a testa com um dente de alho e diz-se:

“Eu que mato? Mato bichas e lombrigas da tua moleirinha, da tua gargantina, dos teus bracinhos, dos teus ombrinhos, do teu peitinho, da tua barriguinha, e dos teus pézinhos, com água benta da manhã de São João e assim o teu corpo há-de soldar, crescer e medrar pelo poder da Virgem Maria - Pai Nosso e Avé Maria”.

Se a criança sofrer de “*quebradura*” passa-se pelo vime na



4. Baptizado

noite de São João. Quando for meia-noite a criança é levada ao local onde se encontra o vime. O vime é rachado ao meio e duas pessoas seguram as partes fendidas para que o menino possa passar e então uma menina chamada Maria e um menino chamado João, vão passando a criança pelo vime rachado e vão dizendo: *“Toma lá Maria este menino quebrado, que t’o dá João e dá-mo pr’a cá são... Em louvor do São João...Pai Nosso e Avé Maria.”*

Depois de o menino ter sido passado três vezes pelo vime, este é ligado com um dos seus paninhos... se o vime não secar (... e quase nunca seca) a criança cura-se... mas se o vime secar a criança não se cura.

PADRINHOS E BAPTIZADO

Nascida a criança há que convidar os padrinhos. Se for menino serão os avós paternos e se for menina os avós maternos... isto quando se trate do primeiro filho.

São os padinhos que escolhem o nome da criança, nome que é sempre composto a partir do nome próprio dos padrinhos:

Exemplo: padrinho - João
 madrinha - Maria
Nome: menino - João Maria
 menina - Maria João

De notar o apelido **“Estrela”** muito usado no concelho de Marvão. É uma homenagem à Padroeira do Concelho - Nossa Senhora da Estrela - daí Maria da Estrela, José da Estrela, Ana da Estrela, etc...

Quando os padrinhos não forem pais ou sogros ficam a tratar os pais da criança por compadres: - **“Senhor Compadre....Senhora Comadre”**.

Combinada a data do baptizado, os padrinhos têm a obrigação de mandar fazer, na melhor costureira do local, o fato do baptizado para o afilhado. De tecido azul se for menino, de tecido rosa se for menina. A costureira, dita a sua própria moda, sem quaisquer figurinos... Bordados ou rendas enfeitam a capa, a touca, o vestido, a camisa, as **“calcinhas”**, a combinação. Os



5. Bolos Flatos para o Baptizado

padrinhos igualmente mandam fazer fatos novos para a cerimónia.

Para a festa do baptizado são convidados familiares e amigos. Antes de saírem de casa com a criança, a caminho da Igreja, os padrinhos devem fazer-lhe o sinal da cruz... Fazem com as mãos uma cruz sobre a criança e dizem: *“Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo...que este menino cresça e se faça homem para alegrias e tristezas que a vida lhe possa dar”*.

Depois da cerimónia religiosa há almoço *“requintado”*, oferecido pelos pais da criança, onde não falta a sopa de sarapatel, o *“ratatau”* de cabrito (guizado com batatas), as mioladas, as *“carnes de fumo”*, o arroz doce e outras iguarias... os padrinhos oferecem amêndoas aos convidados.

Alguns dias antes já foram feitos os bolos fintos, no estilo dos casamentos, para oferecer aos das suas *“relações”*.

A madrinha é que leva a criança à Igreja... mas deve entrar pela porta principal e não por uma lateral e ao regressar tem que o fazer pelo mesmo caminho de ida.. *“não é bom voltar por caminhos travessos”*.

Os padrinhos têm que saber o *“Creio em Deus Padre”* todo direitinho, se eles se enganam numa palavra, quando a criança for grande aparecem-lhe *“coisas de noite”* - o diabo em forma de animais.

Os padrinhos ao entregarem a criança aos pais, depois de baptizada dizem: *“um mourinho te levei, um anjinho te entreguei. Que o Senhor o livre da morte e o deixe criar pr’a boa sorte”*.

A roupa que a criança usou antes de ser baptizada, nunca mais se lhe veste sem ser lavada, porque é roupa de um mourinho

Requintado - cerimonioso

Ratatau - Guizado de carne de cabrito com batatas

Caminhos travessos -
Caminhos não normais,
através de veredas

Mourinho - criança não baptizada pela Igreja

vária

UMA SINGELA DEMANDA ENTRE OS JUIZES DE FORA DE MARVÃO E CASTELO DE VIDE e do consequente despacho régio

Manuel Inácio Pestana

Era costume e prática antiquíssima e inalterável, segundo regras disciplinares de carácter jurídico-administrativo, substituírem-se, nos impedimentos, os corregedores das comarcas do nosso antigo reino de Portugal pelos juizes de fora da câmara mais próxima, assim considerada legalmente apta para o efeito.

Vem esta sumária informação a propósito de uma questão - na aparência singela demanda - que se levantou entre Marvão e Castelo de Vide no distante mês de Junho do ano de 1787.

Não havia corregedor em Portalegre nessa data por motivo de vaga aberta e logo se colocou o problema de saber quem é que efectivamente assumiria o encargo de tal despacho.

A tal "*prática antiquíssima e inalterável*" parecia impor uma decisão a favor do juiz de fora de Marvão, cabendo ao juiz de fora de Portalegre decidir.

Porém, o que então se passou foi tão-somente o seguinte: servindo Manuel Pedro Tavares de juiz de fora de Portalegre, resolveu este cometer as funções ao seu colega de Castelo de Vide, esquecendo a força da lei consuetudinária, "*com o qual estranhavel facto se ofendeu o juiz de fora de Marvão*", ofensa que este considerou atingir também o já então chamado e invocado **consenso público**.

Se era a câmara mais antiga mais próxima da sede da comarca, se era já de prática perpetuada, concordando-se que ambas as vilas se situavam à mesma distância de duas léguas, por

caminhos diferentes, naturalmente, por que razão se optou por Castelo de Vide?

Alegou-se, repare-se, que o caminho para esta última localidade era *“mais fácil e serve às partes, menos aspero, fragoso e violento”* do que o de Marvão e ser ainda Castelo de Vide terra mais populosa e *“de maior concurso”*, i. e., de maior movimento, deste modo se tentando explicar que não houvera da parte do juiz de Portalegre qualquer intenção particular de afectar a antiquíssima vila de Marvão. Isto foi concluído pelo Provedor da Comarca, chamado a intervir, conclusão levada depois, com desenvolvimento, ao conhecimento do Procurador da Real Coroa.

Daqui resultou despacho final da Rainha D. Maria mandando dizer ao magistrado de Marvão que *“pela comissão dada ao juiz de fora de Castello de Vide para servir o emprego de Corregedor da Comarca de Portalegre na auzencia do Proprietario e juiz de fora da mesma cidade [na altura da vaga aberta] se não vos cometeo injuria nem spolio porque - declara - se obrou o que a lei permite”*.

E que assim o tenha entendido aquele juiz de Marvão, a quem, ainda por cima, em certo jeito repreensivo, a Rainha recomendava que se abstinésse também de sair de fora do Reino sem sua licença, denúncia de escapadelas que teria chegado aos pés do trono...

Não logrou, pois, o juiz de fora de Marvão alcançar o uso de um direito tão comprovadamente antigo, como fez constar, porque outros poderes mais altos se levantaram e, porque, pode deprender-se da parte final do processo, ele não estaria então gozando dos melhores favores de quem sustinha as rédeas das decisões mesmo em demandas de singela importância.

FONTE: L.^o do Senado Municipal de Portalegre / N.^o 3/fls. 72 v.

A ESTÁTUA ROMANA DA ESCUSA Aramenha - Marvão

Jorge Oliveira

1. CONDIÇÕES DA DESCOBERTA E IDENTIFICAÇÃO

Quando há já alguns anos recolhíamos bibliografia sobre o Concelho de Marvão, veio-nos ter às mãos um texto escrito em castelhano da autoria de D. José de Viu, editado em 1852 e intitulado “*Estremadura. Coleccion de sus Inscripciones y Monumentos*”. O seu autor, utilizando um estilo ao gosto dos relatos de viagem da época, descreve os vestígios históricos e arqueológicos da Estremadura Espanhola fazendo, contudo, referências a aspectos que observou em viagens pela zona fronteiriça portuguesa. Entre esses relatos torna-se de particular importância o referente ao Concelho de Marvão. Pela sua importância para a História desta região, vejamos o que este autor nos diz nas páginas 243 e 244 do Tomo I:

“... en el sitio que hoy se llama San Saldovar en el delicioso prado de Marvan, sobre la orilla izquierda del Sever. Todavía se conservan ruinas romanas; pero puede inferirse lo que sería esta ciudad, considerándose que en lo que va del presente siglo han sido estraidas á Inglaterra mas de veinte lindas estatuas de muy grande mérito entre otras muchas mutiladas y de otros preciosos restos. En la inmediata plaza da Marvan hay una gran cantidad de columnas de mármol azul destinadas, segun á su vista misma se nos ha informado, para aserralas ó hacerlas trozos con destino á proyectiles en caso de necesidad. Esto escandaliza; pero

mas aun nos ha encolerizado el ver una magnífica estatua consular de mas que de tamaño regular, servir de mascarón para arrojar el agua por la boca en una quinta de la Escusa inmediata á la desgraciada Meidobriga. Esta estatua fue escavada poco tiempo há, haciendose una pared, con otras curiosidades que fueron tiradas; y despues de servir de juguete, la dieron el inoble destino que ahora tiene, habiéndola desfigurado en el semblante cual puede concebirse. Su cincel no puede ser mas puro. No queremos hablar de las profanaciones de Meidobriga. “ (Viu, 1852)

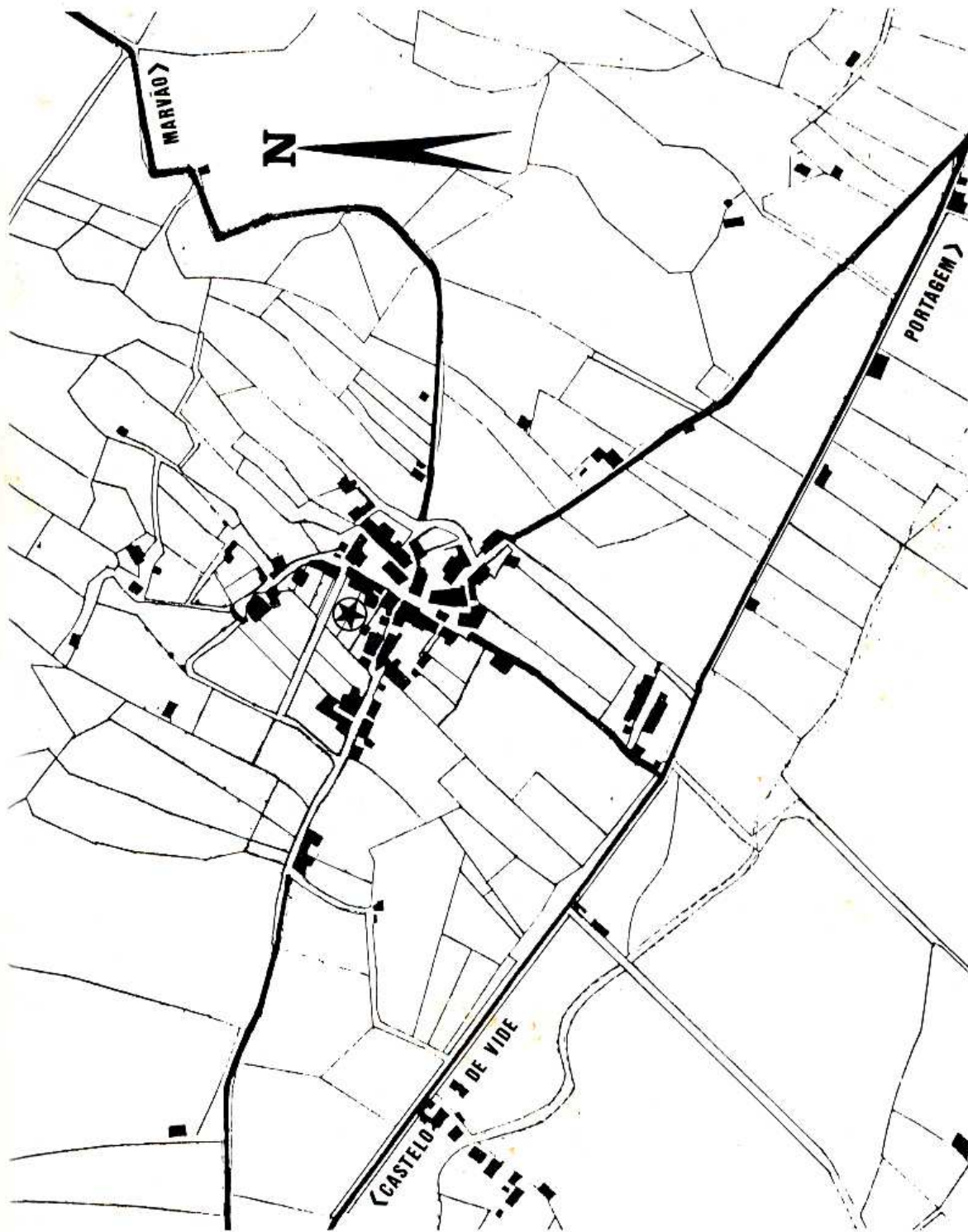
Naturalmente, D. José de Viu ainda localiza a cidade de “*Meidobriga*” na Freguesia de S. Salvador da Aramenha, à qual ele chama de “*S. Saldovar*”. Estas ruínas só viriam a ser finalmente identificadas por Leite de Vasconcellos em 1935, banindo-se, definitivamente, o nome Medóbriga ou Meidóbriga do topónimo das ruínas da Aramenha e ligando, finalmente, Ammaia ao Concelho de Marvão. Até essa data (1935), julgava-se Ammaia na cidade de Portalegre. Medóbriga viria a ser localizada por Jorge Alarcão em Ranhados, no Concelho de Meda. (Alarcão, 1973).

Embora D. José de Viu, localizasse “*Meidobriga*” erradamente, não há dúvidas de que as ruínas a que se refere no texto são as de Ammaia.

Logo que, pela primeira vez, lêmos o texto iniciámos uma pesquisa, interrompida frequentemente por outros afazeres, com vista à localização, quer da estatua levada para a povoação da Escusa, quer em relação às colunas transportadas para Marvão.

No que se reporta às últimas, pudemos, ainda, localizar, no Castelo de Marvão, algumas colunas, certamente romanas, mas não de mármore azul. Duas encontram-se tombadas em frente à porta principal da cisterna grande. Servem de sustentação de terras para canteiros de flores. Um fragmento de outra estrangula o acesso à cobertura da Praça d’Armas.

Se a localização das colunas foi tarefa fácil, o mesmo já não se verificou em relação à “*estatua consular*” que D. José de Viu pôde observar na fonte de uma quinta na povoação da Escusa. Percorremos as principais quintas com fontes dos arredores da povoação, Inúmeras cantarias talhadas pelos romanos detectámos,



★ Escusa - localização da Quinta onde se encontrava a estátua.

mas da estátua nenhuma informação chegava.

Se, como D. José de Viu nos informava que “*mais veinte lindas estatuas*” tinham sido levadas para Inglaterra, facilmente, também esta teria desaparecido. Durante alguns anos parámos com a pesquisa.

Recentemente, quando procurávamos informações sobre o infeliz Convento de Santo António da Escusa, veio, a talhe de foice, indagarmos no Café do sr. Joaquim Jorge se alguém tinha conhecimento da existência de uma fonte com uma estátua. Ao proprietário do Café não lhe era estranha uma “*estátua de um bispo*” no quintal de um dos seus vizinhos. Mandou-nos falar com o Sr. Joaquim Bugalho que mora algumas casas acima. Confirmava-se. O Sr. Joaquim Bugalho tinha vendido, havia para mais de trinta anos, uma estátua de um bispo. O negociador tinha sido o saudoso aquarelista Dr. João Tavares que efectivara o negócio a pedido do, já bastante doente, José Maria dos Reis Pereira, o Poeta José Régio.

A troca de três mil escudos, a “*estátua do Bispo*”, como lhe chamava no local, saía da Escusa e ia enriquecer a já famosa colecção de antiguidades de José Régio.

Na Escusa, a estátua estava acimentada num nicho da fonte da casa que o Sr. Joaquim Bugalho havia comprado em 1955 à família Semedo. Nesta fonte, a estátua não servia de conduta de água, tinham-lhe colocado uma tosca cabeça de argamassa, cujos restos ainda pudemos observar junto à fonte. Como nos informou o seu anterior proprietário, estava totalmente caiada e não se vislumbrava o largo orifício que hoje apresenta. Estava, certamente, tapado com argamassa. A bica da fonte localizava-se alguns centímetros abaixo do nicho onde se guardava a estátua.

Com a informação de que tinha sido levada para a casa de José Régio, procurámos, nas áreas de acesso ao público, localizar o monumento. Não se encontrava. Pedimos para consultar o inventário e nada constava. É, então, que uma das funcionárias se lembrou que no pátio interior estava uma “*estátua de mármore já sem cabeça*”. Ali estava no meio de vasos de flores, coberta de pó e teias de aranha uma figura togada, talhada em mármore branco.

Estava localizada uma estátua romana proveniente da Escusa. Seria a mesma a que D. José de Viu se referia?

A informação de 1852 diz-nos que se encontrava numa



1. Local onde se encontra a estátua (Casa Museu José Régio Portalegre).

(Foto de J. Oliveira)

quinta e que pela boca saía a água.

A estátua que se encontra na Casa-Museu José Régio não apresenta já a cabeça e a que lhe foi colocada quando ainda se encontrava na Escusa não possibilitava a passagem de água.

O orifício que se pode observar, entre as pernas, parece ter servido para condução de água, mas nem já esta abertura era funcional aquando da sua estância na fonte da casa da Rua da Mina, Antiga Rua da Fonte, propriedade do Sr. Bugalho. Parece, portanto, que a estátua teria já funcionado de fachada de outra fonte.

Se se tratar da mesma estátua que D. José de Viu observou em 1852 ela terá passado, pelo menos, até chegar a Portalegre por três fontes distintas. Em 1852, possuiria cabeça e pela boca jorraria água. Posteriormente, teria sido decapitada e perfurada, intencionalmente, junto ao local dos órgãos genitais para por aí passar uma condução de água. Posteriormente, já na Rua da Fonte,

ter-lhe-iam tapado com argamassa a abertura e colocado uma nova cabeça. Nesta altura, já não funcionaria como conduta de água, mas tão só como uma “*estátua de bispo*” que decora uma fonte.

Não estamos, portanto, seguros para poder afirmar que se trata da mesma estátua referida por D. José de Viu.

Tratando-se, ou não, da mesma estátua o que importa referir é que esta que agora se divulga deverá ter tido a mesma origem que a descrita por D. José de Viu. Estamos em presença de uma figura togada talhada em mármore branco do tipo Estremoz, proveniente, certamente, das ruínas da antiga cidade romana de Amaia. Importa aqui referir que a zona que pensamos ter sido o “*forum*” de Ammaia dista pouco mais de mil metros da fonte onde se encontrava e que, quer a casa do Sr. Bugalho, quer outros edifícios da Escusa apresentam abundantes silhares romanos. Parece, portanto, não haver grandes possibilidades de erro se atribuímos esta estátua à cidade de Ammaia. Embora hoje não se conheçam outras provenientes desta cidade, parece, se atendermos ao texto de 1852, que elas abundavam nesta cidade. Mais de vinte foram levadas para Inglaterra, fora muitas outras mutiladas, assim nos informa o autor que temos estado a seguir.

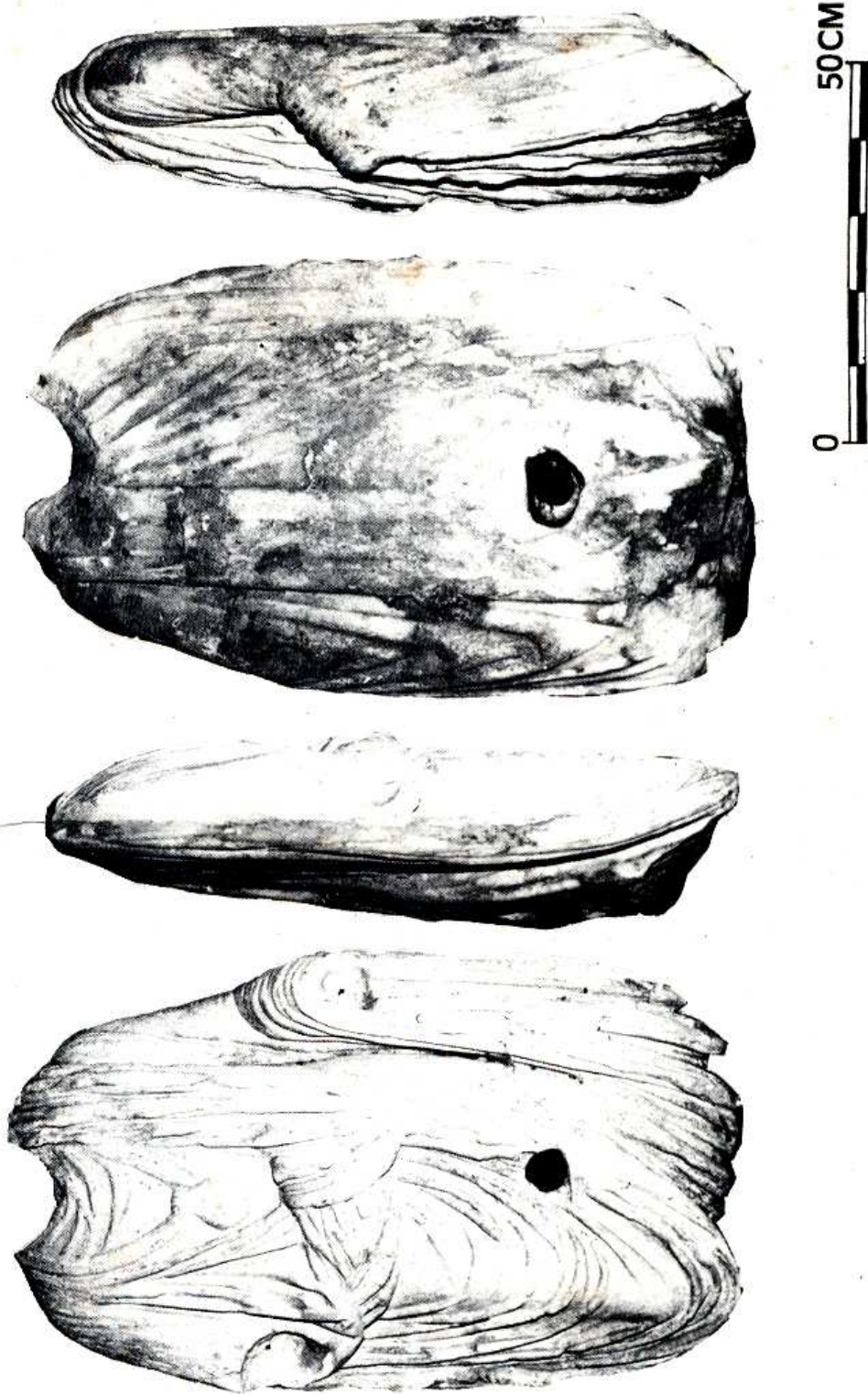
2. DESCRIÇÃO DA ESTÁTUA

A peça que hoje se conhece representa uma figura humana, do sexo masculino, à qual falta a cabeça, parte dos braços e parte das pernas abaixo dos joelhos.

Apresenta hoje um comprimento máximo de 97 centímetros, largura 60 centímetros e espessura máxima, na zona do braço esquerdo de 32 centímetros. No braço do lado direito a espessura é menor (20 centímetros).

Na base encontra-se fracturada imediatamente abaixo da primeira dobra (“*sinus*”), faltando, portanto, a segunda dobra da toga e algum prolongamento da “*lacinia*” e certamente os pés que, neste género de estátuas, são vulgarmente visíveis.

Na zona onde se anexaria a cabeça são visíveis restos de argamassa e fragmentos de granito que perteceram à cabeça que lhe foi colocada posteriormente.



2. Estátua Romana da Escusa.

(Foto de J. Oliveira)

Dos membros superiores faltam os elementos que não faziam parte do bloco principal. Assim, falta o antebraço direito e a mão esquerda. Nos locais onde estes se uniriam, para além do alvéolo de encaixe, pode observar-se o espigão de ferro que uniria os elementos em falta. Na zona da cabeça não nos foi possível detectá-lo, atendendo à já referida concentração de argamassa.

A pouca espessura da peça leva-nos a pensar que se destinaria a estar encostada a alguma parede, ou mesmo a ocupar o espaço de algum nicho. Alimenta, ainda, esta hipótese o leve esboçamento do panejamento da face posterior, comparativamente ao da face anterior. Se na face posterior o pregueado do panejamento da toga está, também, parcialmente encoberto pelos restos de cimento que ainda subsistem, a parte da frente não mostra já todo o relevo das pregas e da "*bullae*" que possuiria originariamente, devido às camadas de cal com que foi coberto e ao processo, certamente pouco recomendável, com que posteriormente lhas tentariam tirar. Contudo, observa-se facilmente, que se trata de uma figura com uma toga colocada ao modo clássico.

Do ombro esquerdo pende o "*umbo*" que se vem dobrar na cintura. Na face posterior envolve o ombro direito e desce sobre o joelho, onde forma a primeira dobra ("*sinus*"). A segunda dobra já não existe. Desta, a toga subiria novamente ao ombro esquerdo pendendo, finalmente, para a face posterior onde ainda se nota bem a "*lacinia*".

Como mandam as normas, o ombro direito e parte do peito não eram cobertos pela toga, sendo bem visíveis devido à "transparência" da túnica.

Na estátua da Escusa é observável sobre a túnica uma "*bullae*". Esta "*bullae*", com um diâmetro de sete centímetros pende do pescoço por um colar.

As "*bullae*" eram usadas, quando em traje de cerimónia, pelos jovens até aos dezassete anos de idade. Havia "*bullae*" de ouro, prata, marfim ou cabedal. Só os filhos dos grandes magistrados usavam "*bullae*" de ouro. Em tempos mais recuados as "*bullae*" seriam considerados como amuletos contra a inveja. Mais tarde, passaram a ser símbolos de distinção, usados pelos jovens de famílias abastadas. Praticamente todas as "*bullae*" conhecidas apresentam sinais de terem possuído gravações que decoravam ambas as faces.



0

50cm

3. Estátua Romana da Escusa.

(Foto de J. Oliveira)

Os portadores de "*bullae*" usavam-na até atingirem a maioridade, altura em que passariam a cobrir-se com a toga "*uirilis*". A "*bullae*" aparece, portanto, associada à toga "*praetexta*", que difere da dos adultos (*toga uirilis*) por apresentar, ao contrário desta que é totalmente branca, uma faixa púrpura paralela à orla.

Estamos, portanto, em face da estátua de uma importante criança ou jovem da Roma antiga. Que criança ou jovem seria este que mereceria uma estátua, neste recanto do Império e da qual existem outros paralelos? Tratar-se-á, certamente, de alguém, pós República, a quem estava destinado o Império. Um príncipe, portanto. Nestas circunstâncias parece-nos ser apenas possível figurar Nero ou o seu meio-irmão Britânico.

Contudo, após a morte de Nero, o Senado proclama a seu respeito a "*Damnatio Memoriae*" (maldição à sua memória), originando, por consequência, a destruição obrigatória de todas as suas estátuas e a omissão do seu nome de todos os edifícios públicos. Não se conhecem, assim, retratos de Nero. A presente estátua, actualmente muito danificada, ainda apresentava a cabeça original em 1852. Parece, portanto, tratar-se da estátua do seu meio-irmão - Britânico, filho de Cláudio e de Messalina. Seria normal, quando se pretendesse destruir uma estátua, que o primeiro acto fosse a decapitação. Ora esta apresentava até aos meados do século passado a cabeça original como nos informa D. José de Viu. Será, assim, com grande probabilidade a estátua de Britânico.

A este jovem estava destinado o Império, mas com o assassinato de sua mãe por ordem de Cláudio, começa a sua desgraça. O Imperador Cláudio casa posteriormente com sua sobrinha Agripina, que entrava, assim nas suas terceiras núpcias e que do primeiro casamento tinha um filho, Nero. Agripina consegue a adopção de Nero por parte de Cláudio e casa-o com Octávia, filha do seu actual marido e de Messalina, irmã, portanto, de Britânico. Este, é praticamente afastado, assim, do título de imperador.

Com a morte de Cláudio, envenenado pela mulher, Nero assume o poder e é proclamado Imperador. Pouco tempo depois, no ano 55, num banquete oferecido por Nero, Britânico morre também envenenado.

Parece-nos, deste modo, ser a estátua do infelizmente

Britânico a que se encontra actualmente na Casa Museu José Régio em Portalegre, proveniente da cidade romana de Ammaia e da qual se conhecem outros exemplares espalhados pelo espaço que outrora formou o Império romano, como seja o caso da que foi encontrada no "forum" de Veleia e que actualmente se conserva no Louvre.



4. Estátua de Britânico proveniente do "Forum" de Veleia. Museu do Louvre.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de; *Portugal Romano*, História Mundi, Editorial Verbo, Lisboa, 1973.

ALARCÃO, Jorge de; *O Domínio Romano em Portugal*, Forum da História, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 1988.

ALMEIDA, D. Fernando; FERREIRA, O. da Veiga; *Uma Bula de Ouro Encontrada em Portugal*, "O Arqueólogo Português", Série III, Vol. II, Lisboa, 1968.

BORNECHUE, H.; MORNET, D.; *Roma e os Romanos*, E. P. U., S. Paulo, 1977.

DIAKOV, V.; KOVALEV, S.; *História da Antiguidade - Roma*, Editorial Estampa, Lisboa, 1976.

GARCIA Y BELLIDO; *Esculturas Romanas de España e Portugal*, Madrid, 1949.

GRIMAL, Pierre; *A Vida em Roma na Antiguidade*, Biblioteca Universitária, publicações Europa-América, Mem-Martins, s/d.

GRIMBERG, Carl; *História Universal - O Império Romano e a sua época*, Vol. 5, publicações Europa-América, Lisboa, 1966.

MATOS, José de; *Subsídios para um Catálogo da Escultura Luso-Romana*, Dissertação de Licenciatura em História, Faculdade de Letras de Lisboa, 1966.

OLEIRO, J. M. Bairrão; *O Retrato do Imperador Galieno*, "Brotéria", Vol. I, Lisboa, 1950.

SERRANO, Carlos Callejo; *La Valentia Fundada por Junior Bruto*, Diputación Provincial de Cáceres, 1981.

VASCONCELLOS, J. Leite de; *Localização da Cidade de Ammaia*, "Ethnos", Vol. I, Lisboa, 1935.

VEYNE, Paul; *História da Vida Privada - O Império Romano*, Vol. I, Dir. de Philippe Ariès e Georges Duby, Círculo de Leitores, 1989.

VIU, D. José de; *Estremadura. Colección de sus Inscripciones y Monumentos*, Tomo I.; Madrid, 1852.

tempo de escrita

POESIA

Júlio Barbas

MOTE

SOU FILHO DA POUCA SORTE
VIVO "NAQUESTA" ESCURIDÃO
TENHO APENAS UM TRANSPORTE
É UM CARRINHO DE MÃO

VOLTAS

Nada me metia medo
Quando do Grémio dei partida
A viagem era comprida
E já não era nada cedo
Não pude ir em segredo
Como tal veículo "estrambolque"
Senti calafrios da morte
Estava frio e suava
Só por vergonha não chorava
SOU FILHO DA POUCA SORTE

II

No meio dos “varales” metido
Desci a Rua da Sé
Tudo vinha a ver o que é
Que tinha contecido
Ouvi então um estranho rugido
Que até metia aflição
Veio toda a população
Prà rua fazer fescata
Eu dizia-lhes em voz alta
VIVO “NAQUESTA” ESCURIDÃO

III

Quando cheguei ao Rossio
O caminho não era mau
Mas o carro chiu, chiou, chiau
Até me dava fastio
O sinaleiro deu um assobio
Inda ameaçou com um chicote
Dizendo que raio de “chilindróque”
Que tanto barulho vem a fazer
Então tive que lhe dizer
TENHO APENAS ESTE TRANSPORTE

IV

Continuei a seguir
Pela Rua de Santo André
Fazendo enorme banzé
Acordando que estava a dormir
Tudo de mim se ficava a rir
Fazendo de mim mangação
Não havia nenhum cão
Que não me viesse a ladrar
E eu já farto de empurrar
O MEU CARRINHO DE MÃO

MOTE

ESTOU COXO INFELIZMENTE
É BEM TRISTE A MINHA VIDA
TÃO BOAS PERNAS TEM CERTA GENTE
EU TENHO UMA PERNA PARTIDA

VOLTAS

I

Até me tenho lembrado
Desta vez é que esmoreço
Uma perna metida em gesso
Parece que estou aleijado
Mesmo quando estou deitado
Só pareço um inocente
Chego-me pra trás e pra diante
Mas tenho que me aquietar
Pois não me posso especar
ESTOU COXO INFELIZMENTE

II

Já a Deus tenho pedido
Isto não aconteça outra vez
Esteve direita, passou dum mês
Nunca me tinha acontecido
Dou mil voltas ao sentido
Já de tudo me dá lida
Dos pés ao fundo da barriga
Tudo me dá comichão
Eu queixo-me e é com razão
É BEM TRISTE A MINHA VIDA

III

Tudo isto me aconteceu
Já não tenho desembaraço
Sem quase poder dar um passo
Nestes pontos me vejo eu
Porque é que Deus não me deu
Uma perna suplente
Até se debota o dente
Em me ver assim tão mal
E neste nosso Portugal
TÃO BOAS PERNAS TÊM CERTA GENTE

IV

Assomei às minhas janelas
E já era quase sol posto
Para maior ser o desgosto
Vi passar umas donzelas
Foram-se os olhos atrás delas
Iam todas em corrida
Davam pulos em seguida
Qualquer delas pulava alto
Eu sem poder dar nenhum salto
TENHO UMA PERNA PARTIDA

POESIA

José da Silva Máximo

CABEÇUDOS

ALDEIA PITORESCA DO CONCELHO DE MARVÃO

I

Cabeçudos, terra cheia
De beleza e tradição;
É uma pequena aldeia
Do Concelho de Marvão.

II

É a sua freguesia
Santo António das Areias;
Que a conta com simpatia
Entre outras lindas aldeias.

III

Entre sobreiros e rochas
Situa-se a povoação;
As suas lendárias sochas
São motivo de atracção.

IV

Sochas que antigamente
Serviram de habitações,
E que hoje simplesmente
Servem de arrecadações.

V

Uma pequena Ermida
No centro da povoação,
É ali que tem guarida
Senhora da Conceição.

VI

Sempre muito arranjadinha
Com vasos de lindas flores,
Dessa pequena Ermidinha
Se orgulham os moradores.

VII

São as senhoras, vizinhas
Que a cuidam a preceito;
Protectora das Alminhas,
Todas lhe vão dar um jeito.

VIII

No mês de Julho ou Agosto
Esta gente hospitaleira
Com que alegria e bom gosto
Festejam a Padroeira!..

IX

Uma fonte de água pura
Cristalina e saborosa
Saindo da rocha dura
Nunca bebi tão gostosa!..

X

Uma estrada construída
Leva-nos à povoação;
Que pena não ter saída,
Não ter continuação!..

XI

Uma escola fechada
Encontrará ao chegar;
Já foi luz prà criançada
Uma dó, não funcionar!..

XII

Tem um comércio que sem
Ser um super-mercado,
Abastece e muito bem
O pequeno povoado.

XIII

É uma aldeia bonita
A cheirar a rosmaninho;
Merece a sua visita
Um pouco do seu carinho.

XIV

Venham sempre aos Cabeçudos
Ver como o Sol ali brilha!..
Ficarão quedos e mudos
Perante esta Maravilha!..

MARVÃO E SEU PANORAMA

I

Do Castelo de Marvão
Um dia ao entardecer
Vi ao longe a vastidão
Até a vista perder!..

II

Vi os vales, vi os montes
Vi casinhas isoladas;
Em tão largos horizontes
As coisas mais engraçadas.

III

Vi de Monsanto, o Castelo
No Concelho da Idanha;
Castelo Branco tão belo
E muitas terras de Espanha.

IV

Vi as rochas de granito
Vi sobreiras e olivais;
Nada me foi interdito
Vi Montalvão, vi Perais.

V

A Serra de São Mamede
A da Estrela também;
Onde a vista já se perde
E não cursa mais além.

VI

Vi os pássaros pelas costas,
Lá em baixo o Rio Sever;
Castanheiros nas encostas
Que dão a sombra a quem quer.

VII

Vi os carros nas estradas
Lá ao fundo, pequeninos!..
Fazer curvas apertadas
Arriscando seus destinos.

VIII

Meu sentido extasiado
Eis que passa um avião,
Senti um sopro apressado
Quase lhe toquei co a mão!..

IX

É assim mesmo, Marvão!..
De beleza estonteante;
Se a Vila em si é paixão
O horizonte é deslumbrante!..

X

Quem veio ao Mundo e não viu
Onde Marvão se ergueu,
Se ao Castelo não subiu
Nem sabe quanto perdeu!..

GALEGOS ONDE CRESCI

I

Galegos terra raiana
Galegos terra tão bela;
Sete dias por semana
Sinto saudades dela.

II

Galegos onde vivi
Passei minha mocidade;
Galegos onde cresci
E conquistei amizade.

III

Galegos quando te vejo
Alegro meu coração;
Ver-te sempre é meu desejo,
Para ti minha afeição.

IV

No teu Cancho de Abrunheiro
Eu e o José "Serrador"
Calças rotas no trazeiro
Na Lagem do Escorregador!

V

No Ribeiro de S. Braz
Que há tanto tempo deixei,
Nos meus tempos de rapaz
Tantos banhos que lá dei!

VI

À Fonte Santa, a correr
Água pura, cristalina,
Quantas vezes fui encher
Uma bilha pequenina!

VII

A Escola que frequentei
E onde estudei no duro;
A Igreja onde rezei
A Deus pelo meu futuro.

VIII

Se te abandonei assim
Foi meu destino, afinal.
Tu podes passar sem mim,
Mas eu sem ti, passo mal.

IX

Não duvides que te quero
Que te continuo amando;
Dou-te um abraço sincero
Ao ver-te de vez em quando!

X

Deus te guie em teu caminho
Teu Povo Bendito seja;
Bem mereces seu carinho
Galegos, Deus te proteja!

POESIA

Clara P. F. Oliveira

MARVÃO

I

Com seu castelo altaneiro.
Suas encostas verdejantes,
Marvão mostra um roteiro
Que encanta os visitantes.

II

Reparai nos castanheiros
Como estão verdes e floridos!
Vede também os pinheiros
Com seus ramos ao céu erguidos!

III

Parecem querer apontar
A Lua e as estrelas
Para as poderem contar
Quando as noites são belas.

IV

No meio de tanta beleza
Parece o homem sonhar!
E o que é bom da Natureza
Se aprende aqui a amar!

V

Se subirdes lá acima
Vereis as aves pelas costas...
E tereis uma obra prima
Lá dentro das suas portas.

VI

São as Igrejas e as ruas,
São os portais e janelas
E são as muralhas suas
Que nos contam histórias belas.

VII

E há um silêncio sagrado
Que apetece respeitar
Pois parece que ao nosso lado
Estão os Anjos a rezar.

VIII

Este silêncio se quebra
Com o estoirar dos morteiros
Quando a festa se celebra
Com bastantes forasteiros.

IX

Dia 8 de Setembro
Se festeja a Padroeira,
Desde há muito, muito tempo,
É das festas a primeira.

X

Do Concelho é a mais bela,
Com maior significado!
Nossa Senhora da Estrela
Esteja sempre ao nosso lado!

SANTO ANTÓNIO DAS AREIAS

I

Santo António é uma aldeia
Do Concelho de Marvão,
Parece que tem uma teia
Que prende os que lá vão.

II

É uma teia perigosa
Que nos prende e nos enleia,
É como o cheiro da rosa
A beleza desta aldeia.

III

Não há nada que não tenha
Do que é essencial.
É uma terra pequena
Das melhores de Portugal.

IV

Quem quiser ter a certeza
Do que aqui estou a dizer
Venha ver sua beleza,
Venha ver prà conhecer.

V

Não será desperdiçado
O tempo que assim gastar
Pois será do seu agrado
Esta terra visitar.

POESIAS POPULARES

Quadras da tradição popular recolhidas por
João Nunes Vidal

QUADRAS POPULARES RELACIONADAS COM O RIO SEVER

Águas Partidas

No balseiro do Rio Sever,
O rouxinol trina, trina...
- Foi o meu amor prà guerra,
É bem triste a minha sina

Escusa

Moleiro do Rio Sever,
Anda sempre enfarinhado...
Cobra a maquia a seu jeiro,
Traz sempre a gente enganado.

Galegos

As pedras do Rio Sever
Parte delas têm virtude,
Deito-me nelas doente
E acordo com saúde

Às águas do Rio Sever,
Às de outro se vão juntar,
Só no mundo não tem par
Quem sózinho quer andar...

Ponte Velha

Lá vai o rio a correr,
Contente no seu caminho,
Rega hortas e mais hortas,
Faz moer o meu moinho.

Portagem

Nossa Senhora da Rocha,
Que dais às moças solteiras?
Graças e águas do rio
E o fruto das nogueiras.

Nossa senhora da Rocha,
Varrei do rio as areias,
Quero ir à procissão
Não quero romper as meias!

Porto da Espada

Um dia ao Rio Sever,
Fui lavar as minhas mágoas,
Mas as penas eram tantas
Que escureceram as águas

Rasa

A Ribeira de Marvão,
As pedras arrasta; arrasta;
Por causa das raparigas
É que o calçado se gasta!

O rio passa à minha casa,
Mas não me mata este ardor...
Porque a sede que me mata...
Não quer água, quer amor!

Santo António das Areias

O Rio vai seco,
Já se secaram as flores;
Pra lá do rio é que eu tenho
Duas dúzias de amores.

Ó água tem-me no rio,
Não sejas tão corredia...
Quem quer bem, trata por Tú-
- Amor não tem senhoria!

São Salvador de Aramenha

Nogueira ao lado do rio,
De nozes só lá tem duas,
Não olhes pr'a mim, não olhes,
Que estou cheio de ofensas tuas.

OS CÃES

J. Caldeira Martins

Quem quiser saber da graça e dos gostos destas gentes de Marvão, há-de vir um dia comigo vacinar-lhes os cães.

Deparamos com pessoas de todas as idades mas sempre alguém com memória de décadas recordará os alvoroços dos tempos dos cães raivosos. Por isso ali está, porque *“seja que não seja, desde que se começou com isso da vacina nunca mais achegou a verem-se p’raí cães derramados”*. E, ou com medo do regresso aos horrores do passado ou para fugirem às coimas do presente, certo é que poucos são os relapsos à privação. Como todos os anos por mim passam cães e donos, posso dizer, glosando o lugar-comum, que quanto melhor conheço os cães, mais sei dos gostos dos homens.

Temos por exemplo os cães-de-guarda. Aparecem por caminhos mal-andamosos, arrastando com as imprecações do dono, renitentes a abandonarem o *paito* de todo o ano. Estranhados, esperam pacientemente a hora do regresso, a não ser que os donos, delegando neles o ajuste de desentendimentos antigos, discretamente os açulem para lutas formidáveis que logo acodem a dissuadir.

Contrastando com estes, medra a classe do cão, chamemos-lhe... urbano. Vem à vontade, a chouto, sem açamo nem corrente ao ver aquele adjunto de parentes, aproxima-se enfasiado. Um reconhecimento breve e é a fatal atracção pelas rodas do automóvel

em busca de conhecidos odores. Satisfeita a curiosidade, alça a perna sem pudor e deixa também a sua mensagem. Tenho para mim que cães desta condição só têm na vida uma certeza: as malas dos carros existem porque eles as merecem. Ai de quem se descuide a abrir a porta da bagageira com tais tratantes ali por perto. Obrigatoriamente irão entrar e refastelar-se que nem uns justos, sem pruridos na consciência. E a incompreensão com que recebem toda a diligência que educadamente empreendamos com vista ao seu despejo...

De qualquer modo, tenho por estes sujeitos uma discreta afeição. Compartilhada, aliás, com uns que só nos visitam quando vem o Verão; animais de aspecto singular, caprichosos, extravagantes. São cães artistas, os cães dos títeres. Mas a falar deles não me perderei por serem ralos e estarem de passagem.

Outros que por aqui não abundam são os alontrados de gordos. Mesmo assim, os seus donos levarão dos circunstantes rodas de mal-governados ou desabafos do estilo “e ainda que o pão está caro...” Sabendo eu que aquilo até pode ser doença. Pouca cultura científica, é o que é!

Que volta a manifestar-se nos conselhos aos que trazem cães inçados de carraços, encanaviados, de peles sobrados e carnes fugidias, com as arcadas das costelas a quererem romper; então não faltará quem disserte sobre os malefícios de deixar dormir os cães dentro de canastros. Convenhamos que, mesmo sendo esta terra de canastreiros, não haveria vasilhame que chegásse.

Também um gentio são, neste concelho, os cães malhados. Uns, por características de pelagem. Outros, com um pau que é para aprenderem a conhecer o dono. E alguns acumulam. Isto a fazer fé nos donos, gente que gosta tanto de caçar como de caçoar. Nós todos sabemos como os caçadores têm pouco crédito nesta sociedade.

Por falar em caçadores; uma boa maneira de os conhecer é atentear nos nomes que escolhem para os cães:

Porei, a começar, os poucos-imaginativos, que desde os primeiros ardores cinegéticos vêm mantendo dinastias de **Catitas** e **Doninhas** como quem acende cigarros em baronias mal-

apagadas.

Depois vêm os incapazes de resistir à atracção clubista e, mesmo em tempos de menor fulgor desportivo, mantêm uma fidelidade canina ao Glorioso da Luz. Mas nem sempre como neste caso, o nome do cão simboliza simpatia, recordação agradável, homenagem. Veja-se o que acontece com os homens públicos, os políticos, os governantes, em que a frequência com que as suas graças são aproveitadas para chamadoiros de cães, é proporcional à animosidade que a população por eles nutre. E tenho constatado que ainda hoje, a todos o pândita **Nehrú** leva a palma. Ou será só uma questão de fonética?

Infelizmente escassos são os leteratos. Ficam-se por um ou outro **Jau**, indício de olhos que terão passado como cães por vinha vindimada pela biografia de Camões ou que, na melhor das hipóteses, espreitaram os “Bichos” de Torga.

Mas há também quem se preocupe com os grandes mistérios do Universo e pretenda ajudar à paz cósmica acasalando o cão **Sol** com uma cadela **Lua**. (Para além da cacofonia ficará, deste animal em cio, um tema para um poeta romantico: Lua aluada).

Pela influência de Espanha, aqui ao lado, respondem as **Lolas**, os **Pepes**, as **Sevilhas**, restos sabe-se lá de que afectos e andanças.

Uma última categoria de caçadores são os de designios insondáveis. Quem me explicará o motivo que levou aquele sujeito dos Alvarrões a apelidar o rafeiro de **Popelina-a-Trinta-e-um**? Vocação de tendeiro? Vício de charadista? Não sei.

Mas os mais das vezes os cachorros ainda vêm moirinhos. Por serem novelas ou porque as alcunhas se confundem com graçolas e insultos; daí os donos preferirem omiti-los. Quando assim é, ficam ao sabor do que, no momento, a minha imaginação ditar.

Como daquela vez lá em baixo, na Portagem, no Largo das Almas. (Nome bonito este, Largo das Almas, de todas as almas. Almas boas, que de outro modo seriam espíritos. Que os tempos a vir não o transformem no largo de uma alma só, mesmo que estimável, alma de político ou de comendador). Dizia eu que há

anos, aí me apareceu o senhor Moreno com a sua matilha e o seu inseparável neto. Que eles não são nada um sem o outro. O cachopo, que bacharel!, vive com o avô o dia-a-dia das pessoas do campo, ganhando artes e práticas que de pouco lhe aproveitarão se, chegado a homem, um dia tiver que partir. Mas até lá, também moleiro há-de ser, como o foi toda a sua geração. Naquela matilha todos os anos os cães mudam mas os nomes persistem, repetidos e vulgares: **Catita, Andorinha, Pombinha**, Daí o meu espanto daquele dia:

- Senhor Moreno, como se chama o cão?

- **Independente!**

Independente? Onde é que este cidadão foi desencabecinar o **"Independente"**?

Confesso que ainda pensei tratar-se de qualquer alusão às minhas incursões cíclicas por terras da política. Mas o senhor Moreno é homem respeitador, que não ia ter para comigo tal deselegância...

- **Independente**, senhor Moreno?!

- Bô!! Querêdes ver que já se não se vão alembrar? Tão o senhor é que o crismou, no ano passado. Até tirou o nome aí do rádio.

Mas esta! Ainda por cima o padrinho era eu. E era tal a convicção com que o homem o afirmava que nem pensei sequer em duvidar. Mas... **"Independente"**?

Que o tirei do rádio!...

Espera, já sei!

Era uma daquelas situações em que não havia tempo para tentar descortinar no animal um tique, um gesto, uma parecença merecedora de um rótulo que minimamente lhe assentasse. Com pouca fé liguei o rádio do automóvel. Nem de propósito: Luis Cília, cantor de incomodidades, trinava as desditas de um marginal lisboeta - o **Lulu do Intendente**. À falta de melhor, fica este, pensei. E escrevi-o, com letra de forma, no Boletim de Identificação do canídeo. Por onde nunca mais o senhor moreno passou a vista, nem precisa. Porque o animal ainda hoje só responde por **"Contigo-se-parece"**.

memórias

A fotografia pode revestir-se de um carácter documental histórico-etnográfico de inestimável valor, como prova a *trilogia* que apresentamos.

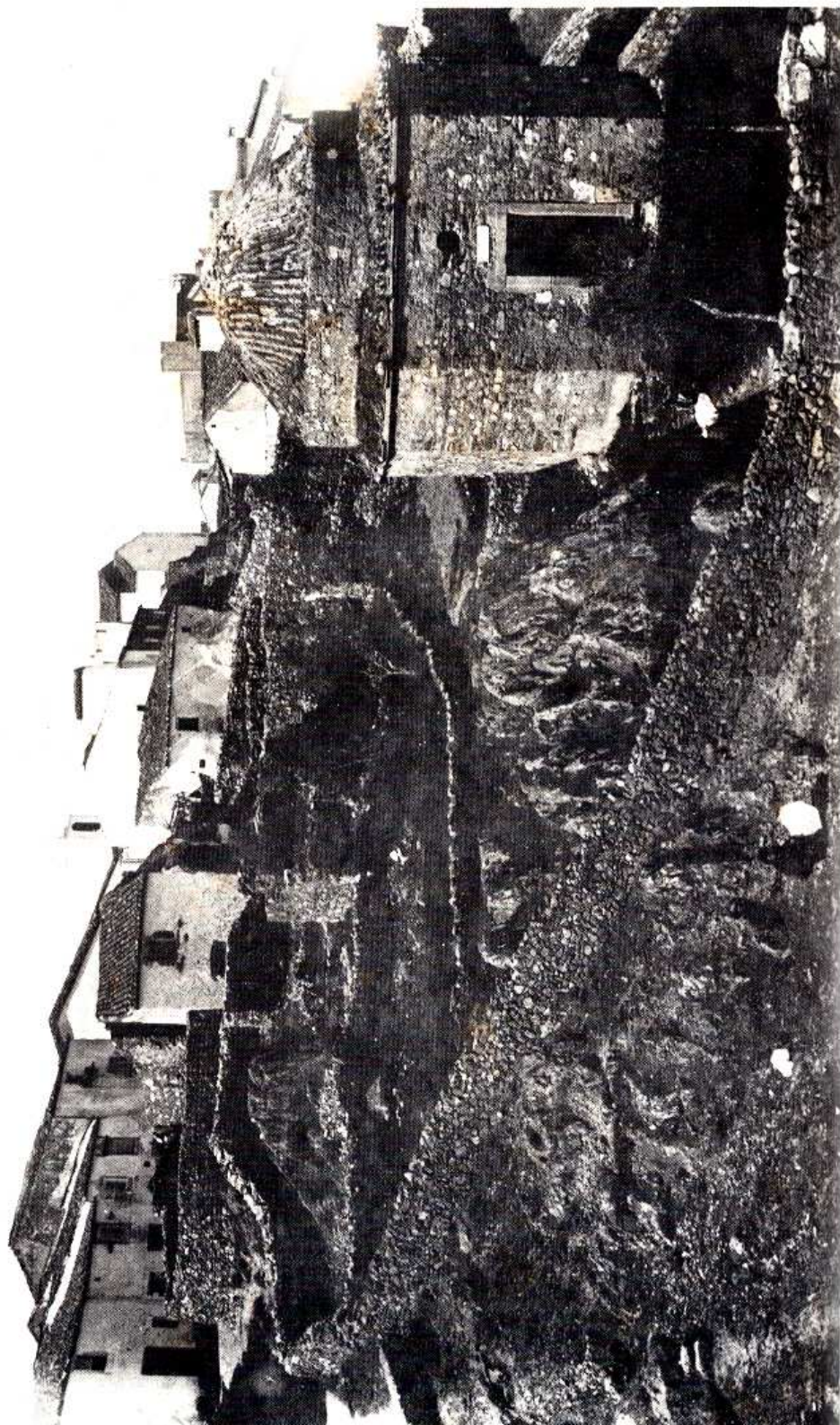
Porém, no presente número da Revista **IBN MARUÁN**, a sua inclusão obedeceu a desígnios mais amplos e aliciantes não bastando, para tal, estabelecer nelas dissemelhanças entre o **passado** e **presente** ou rever raízes de um saudosismo insipiente.

Desejámos, fundamentalmente, através de imagens fotográficas do mesmo local dispostas a par e obtidas com a distanciação temporal de algumas décadas, encontrar **memórias** colectivas e individuais que, numa dinâmica vivencial de espaços e pessoas, consolide o **presente** perspectivando o **futuro**.

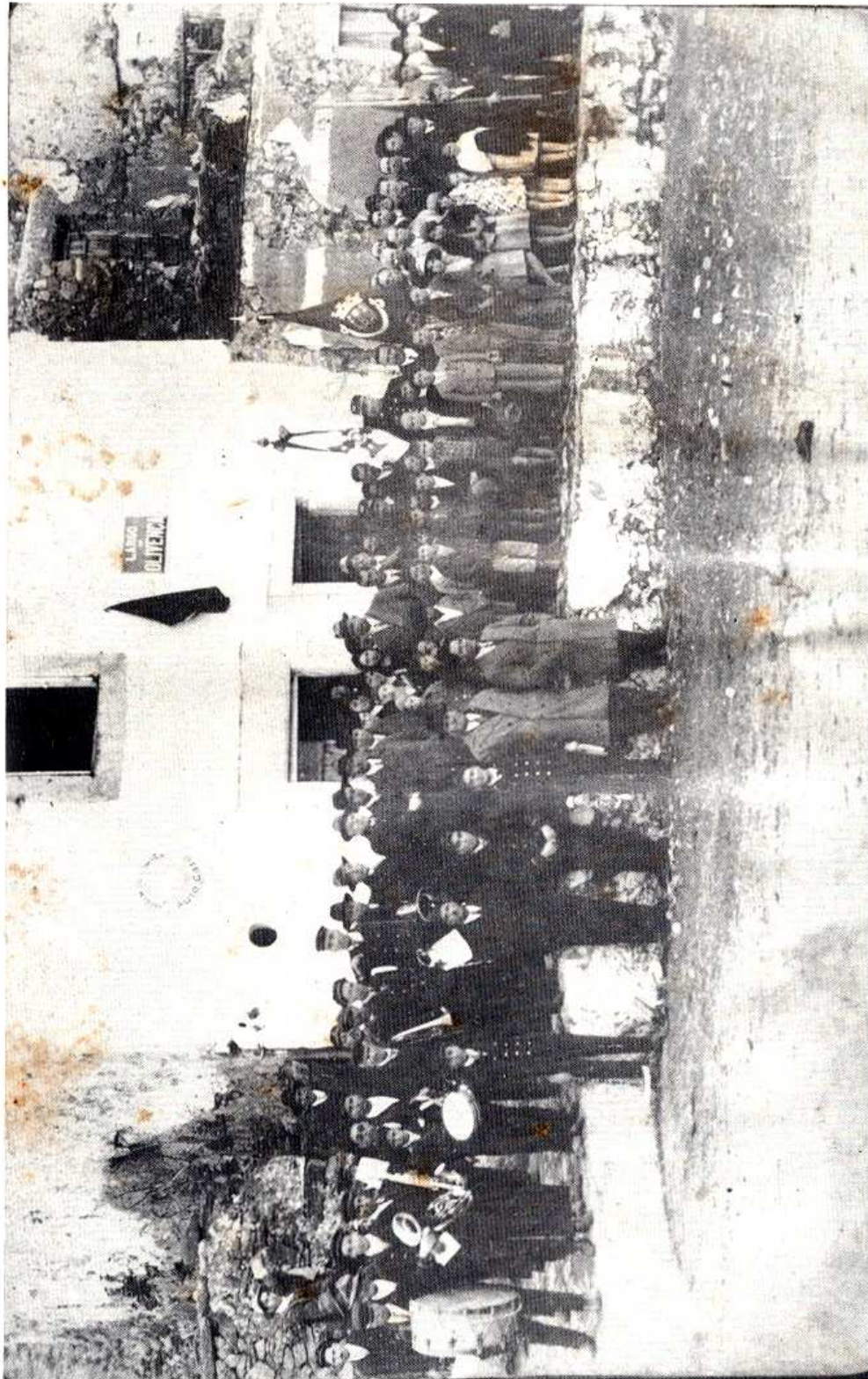
A. J. S. C. M.













leituras novas

SOBRE "OS VERSOS QUE EU FIZ"

MÁXIMO, José da Silva - "*Os Versos que eu Fiz*". Edição da Câmara Municipal de Marvão, Marvão, 1989

"O poema (...) é o limite da linguagem, no sentido de ter como peculiaridade a tensão estabelecida entre a busca de a tudo converter em formas do dito e a geração, por efeito deste mesmo esforço, de novas camadas de não dito."

Luis Costa Lima

A poesia tem sido, ao longo dos tempos, o melhor veículo de expressão de sentimentos, de observações críticas, de prazer, mas tem sido também uma forma de jogo, umas vezes solitário, outras de cumplicidade entre escritor e leitor.

Transportar para a escrita as sensações torna-se difícil pelo que, só alguns conseguem entrar no estreito canal que conduz à divulgação dos seus trabalhos. Por todas as terras e recantos de Portugal quantos poetas existirão que não chegam a ultrapassar as fronteiras de si próprios, mantendo-se anónimos, ignorados?

O surgimento de iniciativas de edição que as autarquias vão tornando possível, conduzem assim estes poetas anónimos para o mundo das letras, enriquecendo um património cultural que devemos cada vez mais acarinhar e defender. Não são só os monumentos de pedra, nem é só a paisagem que merecem ser defendidos, também as gentes, os falares, os poetas populares, os artesãos merecem ser defendidos e preservados, porque eles são o marco vivo da nossa nacionalidade, da nossa região, do lugar em que vivemos. Cumpre pois, às entidades oficiais defender e conservar vivos nas memórias, todos os que contribuem para o enriquecimento da nossa cultura popular.

Nascido no dia 2 de Outubro de 1925 no lugar de Ponte



Velha, Concelho de Marvão, José da Silva Máximo viu editada pela Câmara Municipal de Marvão, uma compilação de poemas intitulada: “Os Versos Que Eu Fiz”, a qual vai ser objecto de algumas considerações sobre o seu conteúdo.

O livro “Os Versos Que Eu Fiz” de José da Silva Máximo, pode ser considerado como um conjunto de poemas sobre vivências, observações e experiências, condensadas nas páginas que o compõem.

No poema de abertura, o autor adverte de imediato o leitor para a possibilidade dos seus versos poderem não ser do agrado de quem lê:

“Se estes versos que vais ler
Não forem do teu agrado,
Se eles não te dão prazer,
Só eu é que sou culpado!...”

Nesta introdução, José da Silva Máximo, pretende precisamente que os seus versos sejam motivo de prazer para o leitor e, se tal não acontecer ele é o único culpado porque não conseguiu despertar o prazer e a curiosidade ao leitor. Logo a seguir diz:

“Deixa-me o livro fechado,
Se isso te acontecer;
Melhor não soube fazer,
Mil desculpas e obrigado!...”

Notam-se nestes quatro versos a modéstia e a simplicidade do autor, que vão estar presentes ao longo da obra.

O poema “Um Pouco da Minha Vida” é composto por vinte e cinco quadras onde o autor descreve a sua vida desde o nascimento até à idade de cinquenta e dois anos, fazendo referência aos seus pais, à sua profissão, aos seus filhos, à sua mulher e à sua grande felicidade. Trata-se de um poema de características autobiográficas, em que o autor pretende partilhar com o leitor os momentos mais importantes da sua vida.

Noutros poemas, o aspecto telúrico é denunciado em

versos de forte apego à terra/natureza. “O Paraíso do Campo” é elucidativo desta faceta de José Máximo. Veja-se a beleza desta quadra:

“Lá no prado ou lameiral,
Anda o gado apascentando.
Que sensação sem igual,
Os chocalhos badalando!...”

ou este outro:

“Não deve haver concerteza
Nada mais puro e singelo!...
Que viver da Natureza
Tudo que é puro é tão belo!...”

Versos simples, mas carregados de sensações, despertadas pela observação das belezas que o campo nos oferece.

O tema do Amor é também focado em alguns dos poemas de José Máximo. “O Que é o Amor”, é um poema de contradições, a fazer lembrar um pouco o soneto de Camões: “Amor é fogo que arde...”. A palavra Amor é jogo, é uma peça que se move em todos os sentidos necessários para fazer/desfazer composições, para contrapor estados e sensações. em termos líricos é, talvez o poema mais forte desta colectânea.

“Amor é chama que arde,
O amor é água que corre.
Amor é vida que vive,
Amor é ódio que morre!...”

Notem-se aqui as oposições: chama/água; vive/morre; o jogo: Amor é vida que vive/ Amor é ódio que morre.

Interessante é também a última quadra deste poema:

“O amor é chorar cantando,
O amor é uma praga!...
Amor é ficar pensando
Que amor com amor se paga!...”

A beleza da composição poética desta quadra revela-se em cada uma das definições e, em especial, na utilização final do ditado popular: “Amor com amor se paga!” A colocação deste provérbio no final do poema tem um profundo sentido conotativo que conduz aos múltiplos sentidos da palavra Amor.

Ao longo do livro de José da Silva Máximo, aparecem ainda poemas dedicados a terras e lugares, nomeadamente Marvão, Santo António das Areias, Évora, Barragem da Apertadura, outros ainda sobre a observação do quotidiano.

Os poemas: “Para Quem Escrevo Eu?”, “Ser ou não Ser Poeta” e “Para Terminar”, podem ser considerados como uma trilogia que tem como base as vontades, os desejos, as dúvidas sobre o que é a poesia e quem são aqueles que se interessam pelas obras poéticas.

“Para Quem Escrevo Eu?”, é um poema de desejo, de incentivos; veja-se esta quadra:

“Os meus versos inocentes,
Ao tempo de serem lidos.
Dessem saúde aos doentes,
Calor aos desprotegidos!...”

São versos de amor humano, mensageiros de fraternidade e de vontade de sensibilizar o leitor para coisas simples mas importantes que, por vezes, passam despercebidas. Trata-se afinal, de um estado de alma que pretende partilhar com os outros.

“Ser ou não Ser Poeta”, é um poema de humildade, de interrogações, de comparações e de hesitações entre o poeta letrado e o poeta autodidacta; o poeta que aprendeu a escrever poesia e o poeta que faz versos à medida das suas capacidades.

“Eu nem sei como me atrevo,
Com tão mesquinho saber
Arriscar tudo o que escrevo,
Pensando versos fazer!...”

“Para Terminar”, último poema deste livro de José da Silva Máximo, é ao mesmo tempo, uma dedicatória e um agradecimento a todos os que leram os seus versos.

“Se estes versos alguém leu
Pra seu entretenimento,
Oxalá diga que deu
Por bem empregado o tempo.”

Ao poeta cabe a missão de criar um mundo novo, cabendo à poesia transmitir ao leitor conhecimentos e sensações por mais simples e evidentes que sejam.

A poesia popular, embora simples, comporta uma mundividência própria que não é, muitas vezes, dominada por outros tipos de poesia; daí a sua beleza intrínseca que passa despercebida à maioria do público leitor.

O esforço cada vez maior de algumas entidades tem permitido a divulgação de poetas populares desconhecidos, contribuindo assim para o enriquecimento da nossa cultura despertando ao mesmo tempo o interesse dos leitores para este tipo de obras.

Bom será que estes autores populares não fiquem confinados às fronteiras concelhias, sendo desejável que as suas obras atinjam um carácter mais expressivo de divulgação.

Évora, 30 de Setembro de 1990
Carlos Marques

A PROPÓSITO DO "LIVRO DE HORAS DOS OLHOS D'ÁGUA EM MARVÃO"

MAÇÃS, Delmira - "*Livro de horas dos Olhos d'Água em Marvão*", Edição da Autora, Lisboa, 1991

Foi recentemente posto à venda um interessante trabalho da autoria de Delmira Maças. Com o sugestivo título de Livro de Horas dos Olhos d'Água, dividido em doze tempos de leitura - do Trabalho ao Mito, antecido pelo Funeral - onde a autora conta, de forma apaixonada, num texto rico de sentimentos o nascer e o morrer (!) do lago dos Olhos de Água. Mais do que um livro que nos diz das "Horas" do Lago e da sua História envolvente e por vezes paralela, é um trabalho composto por doze orações onde o ciclo da vida biológico e poético transparece. Magistralmente escrito, a autora transforma o saudoso lago dos Olhos d'Água num ser vivo, ou não fosse a água vida, no qual o leitor se envolve e em crescendo se apaixonava. Delmira Maças que na sua prosa poética vive o grande amor pelo seu/nosso lago, facilmente transporta o leitor do branco do papel para o bucólico e fresco espaço que foi e será, temos esperança, os "Olhos d'Água".

Se de facto este livro é o produto dum trabalho intimista, dum luta pessoal pelo seu/nosso lago, ele é também uma homenagem, prestada por uma filha, a um grande Homem, António Maças, a quem a História e a Arqueologia portuguesa tanto devem.

Não bastasse o texto literário, a informação etnográfica, a testemunha social e política para conferir a este a importância já reconhecida, transcrevem-se ainda noventa e sete cartas inéditas do Professor Doutor Leite de Vasconcelos para António Maças, fundamentais para a História da Arqueologia portuguesa. De

Delmira Maças



LIVRO DE HORAS
DOS
OLHOS D'ÁGUA
EM MARVÃO

1913 a 1936 a correspondência entre o fundador do nosso maior museu (Museu de Etnografia e Etnologia) e um dos seus principais colaboradores (António Maçãs) revela-se de extraordinária importância para o conhecimento da pessoa que foi o sábio Leite de Vasconcelos e do seu amigo António Maçãs, bem como das actividades arqueológicas nesta região do Alto Alentejo. O infatigável labor de Leite de Vasconcelos e dos seus colaboradores para formar o, actualmente chamado, Museu Nacional de Arqueologia é bem evidente na documentação divulgada por Delmira Maçãs. Deve-se de facto, a seu pai a preservação e estudo de grande parte do património arqueológico do Concelho de Marvão. Pedindo, comprando, alertando e escavando António Maçãs conseguiu que da cidade romana de Ammaia (Aramenha) chegasse até nós, ainda que no Museu de Lisboa, um rico e cientificamente importante espólio sem o qual seria impossível conhecer tão bem a presença romana nesta região. Nem todo o espólio arqueológico recolhido por António Maçãs foi entregue no Museu Nacional, muito e de significativa importância é guardado pela autora do Livro de Horas na sua casa de Portalegre. Conservado com o cuidado que António Maçãs e Leite de Vasconcelos lhe dedicariam este património prolonga a luta, ainda não perdida, para que os Olhos d'Água voltem a ser o que foram. É vontade de Delmira Maçãs doar a última colecção de seu pai ao Museu do Concelho de Marvão, Museu da sua terra que ele tão bem soube amar, mas, só o fará quando o lago voltar a ter água, quando voltar a ter vida. E é esta a sua luta, e esta é a razão de ser deste livro, onde a autora, sem papas na língua, nos conta as venturas e desventuras dum lago com que se identifica.

Em trabalho tão completo pena é que Delmira Maçãs não transcreva integralmente, como o fez em relação à Câmara de Portalegre, as tomadas de posição públicas da Câmara de Marvão sobre o diferendo da exploração de água na freguesia da Aramenha, que seriam fundamentais para que os vindouros melhor ajuizassem a situação que se criou.

O Livro de Horas é leitura obrigatória para quem o Concelho de Marvão e área de influência seja tema de estudo.

Jorge Oliveira
1991

SOBRE O “LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO DA BARRAGEM DA APERTADURA”

OLIVEIRA, Jorge; BALESTEROS, Carmen - "*Levantamento Arqueológico da Barragem da Apertadura*". Edição da Câmara Municipal de Marvão, Marvão, 1989

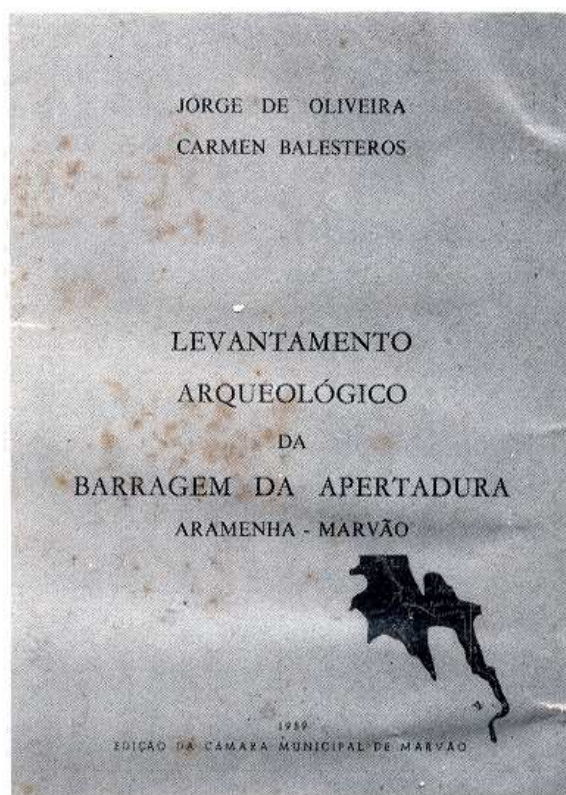
Quando todos sabemos da vulgar inconsequência em que caem a maioria dos projectos de investigação que se desenvolvem entre nós, vemos uma publicação como esta é, a um tempo, gratificante e estimulante.

O bom exemplo vem, uma vez mais, da Câmara Municipal de Marvão e da Direcção Geral de Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos: uma Autarquia e um Serviço estatal que já, por mais de uma vez, mostraram o seu empenho na salvaguarda do nosso tão mal “fadado” património cultural.

O “Levantamento Arqueológico da Barragem da Apertadura”, da autoria de Jorge de Oliveira e Carmen Balesteros é igualmente em si um bom exemplo.

A uma “Introdução” que explica à sociedade a problemática complexa que envolve um levantamento arqueológico do género, segue-se um criterioso “Levantamento Bibliográfico”, normal coadjuvante deste tipo de trabalhos; no caso está plenamente justificado o dar-se “o ponto da situação” sobre a localização e a importância de **Ammaia**, a cuja área de influência não escaparia certamente a zona prospectada.

Deixam os autores transparecer uma certa frustração pela cronologia em que se inserem os vestígios arqueológicos detectados. Cremos que sem razão. A metodologia segura a que já nos habituaram Jorge de Oliveira e Carmen Balesteros, presta desde já bom serviço à causa da Arqueologia Industrial.



Ficamos a aguardar, nas melhores expectativas, a conclusão ou pelo menos o desenvolvimento do “projecto de estudo” que os autores nos prometem. De lamentar será que todo o património que nos é dado a conhecer se submerja nas águas da Barragem da Apertadura, sem que haja a possibilidade de pelo menos se proceder a um levantamento gráfico e fotográfico exaustivo da Azenha do Pomar do Vidal, a melhor conservada e, no dizer dos autores, «a última azenha do Concelho de Marvão».

J. Caeiro
Universidade de Évora



CAMARA MUNICIPAL DE MARVÃO